

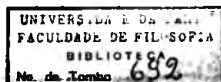
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

OS DONOS DOS FRUTOS DE OURO

ANTONIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS

Dissertação Apresentada ao Mestrado
em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Bahia.

Salvador - Bahia
1979



APRESENTAÇÃO

O interesse pelo estudo da sociedade cacauera não é recente. Talvez já seja até merecedor de um pequeno ensaio, onde se poderia expor - criando de maneira livre - os momentos mais importantes (e os menos, por que não?) das andanças pe las terras do cacau, da busca de arquivos, de documentos perdi dos, de depoimentos valiosos.

Entre o passado que os estudos evidenciam e o pre sente que observo, discuto e sinto, se fosse o caso de escolher, preferiria o primeiro. À parte qualquer sentimento saudosista, admito que a região que conheci nessa década, me pareceu fria, vazia de calor humano, já escravizada pelo seu mito: o cacau.

Os resultados da atividade econômica principal - logicamente concentrados em mãos de uma minoria, parece ter servido para apagar do cotidiano e da mente das demais classes da região a natureza cruel da contradição sobre a qual sobrevi vem.

Neste hipotético ensaio, as instituições oficiais do cacau comporiam um capítulo à parte. Tenho até a impressão que o comentado "folclore" dos coronéis do cacau tenha se trans ferido para esses órgãos, que no fundo expressam a vitória da burguesia cacauera, na sua luta por se tornar hegemônica.

Este preâmbulo serve apenas para mostrar como é difícil a tarefa de separar, após sete anos, o que é realmente meu, pessoal, e o que é fruto do trabalho coletivo, das conver sas e discussões com os colegas.

Gostaria de mencionar contudo, aquelas pessoas que por um convívio mais íntimo, certamente devem compreender melhor as preocupações que motivaram a realização dessa disser tação. Nesse caso, estariam: Regina, Angelina, Lessa, Júlio e Agei, companheiros no primeiro instante de contato com o obje to de estudo, o qual se tornaria constante nos últimos anos.

Ana Bianchi e Gumercindo, amigos feitos através do estudo da região, aos quais devo agradecer pelos comentários úteis, especialmente pela intimidade que ambos adquiriram no trato da sociedade cacaueteira, capazes de entender alguns dos seus preciosos "segredos".

Quanto à elaboração do presente trabalho, devo registrar os meus agradecimentos:

ao Professor Luis Henrique Dias Tavares, pela capacidade de entender e sugerir pontos importantes, assim como pela crítica final às partes mais fundamentais desse estudo;

a Aída e Yolanda pela dedicação na coleta de material na fase final do trabalho.

aos colegas da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola pelo estímulo e compreensão quando da realização das tarefas finais, assim como à Coordenação dessa instituição pela facilidade concedidas, especialmente na reprodução do texto final;

e, com muito amor, a Mirian, um apoio constante, uma força, a quem cabe também o mérito, se houver, das quantificações que aqui aparecem.

S U M Á R I O

Pa.

INTRODUÇÃO	5
PRIMEIRO CAPÍTULO - A Região Cacaueira no Século XIX	11
SEGUNDO CAPÍTULO - Burguesia Cacaueira: Formação da Unidade	23
CAPÍTULO TERCEIRO - A Burguesia Cacaueira e o <u>Est</u> do da Bahia: a questão do poder	78
CONCLUSÕES	113
FONTES DOCUMENTAIS	117
BIBLIOGRAFIA	118

I N T R O D U C T O R Y

A história da Bahia está definitivamente marcada no século XX, pelo aparecimento da cacauicultura como atividade econômica importante e de largo efeito social e político. Mesmo situando-se fora dos limites de influência de Salvador - das suas classes sociais, do seu poder - é inegável a capacidade modificadora do cacau, não só quando do seu aparecimento como atividade dinâmica no início do século, como também pelas transformações acontecidas no interior da região produtora e consequentes reflexos sobre o Estado.

Entende-se assim o porque da atração que a temática cacau tem despertado sobre estudiosos vinculados a diferentes áreas do conhecimento. Por outro lado, é sabido a própria riqueza da literatura que tem como cenário as coisas e a gente do cacau, seus modos e gostos, conquistas e fracassos.

No caso do cacau não se pode dizer que tenha acontecido um fenômeno de curta duração, pois uma de suas características mais significantes foi justamente a permanência como líder entre os produtos da agricultura estadual, responsabilizando-se, quase sempre em níveis elevados, pela formação da renda interna e externa do Estado.

Quanto ao tema que a presente dissertação tenta analisar parece se constituir em um problema relevante não apenas para a economia cacauceira, mas numa questão central para a própria economia baiana. Tanto os produtos agrícolas de exportação como os voltados para o mercado interno, no passado e no presente, encontram na variável intermediação comercial um ponto sensível, que toca a todos eles de forma decisiva.

Afinal de contas, a fração comercial tem sido quase sempre creditada a responsabilidade pelos infortúnios e perdas dos produtores, os quais, ao mesmo tempo que negam em relação a eles próprios qualquer imprevidência e irresponsabilidade, acusam os comerciantes que só apreciam "lucros e vantagens, mas não aceitam riscos"⁽¹⁾.

Decorrentes do "grande problema" aparecem outros menores, porém importantes para a compreensão da história econômica e social. Quem são esses comerciantes? Qual a origem so

cial dos mesmos e de que modo se enriquecem? Qual o significado, no caso das economias agro-exportadoras, da presença de capitais estrangeiros como financiadores da produção? Onde está essa burguesia comercial? Apenas nas metrópoles ou também nos centros urbanos de tamanho médio? Não se interessariam realmente em exercer o poder político, que a base material, pelo menos em tese, diz ser seu? Quais os processos utilizados para interferir e fazer chegar a nível decisório suas aspirações?

Responder a pelo menos parte dessas questões se constituiu em preocupação constante deste estudo. Certamente algumas delas, devem receber ao longo do segundo e terceiro capítulos uma contribuição, que, se não acabam de uma vez com as dúvidas levantadas, permitem encaminhar, dar mais um passo com o objetivo de esclarecer os citados pontos.

* A fonte insistentemente procurada, que com certeza forneceria muitos subsídios ao tema, foi a documentação de uma casa comercial exportadora. Por motivos que não cabe aqui analisar não foi possível ter acesso à citada fonte, capaz de esclarecer aspectos como a origem do comerciante, a formação do capital, o volume dos negócios, com quem se negociava, os instantes que mais favoreciam o ingresso dos comerciantes na atividade produtiva, a admissão de sócios provenientes da grande propriedade, etc.

O impedimento de fazer uso dessa documentação, obrigou a procura e conseqüente consulta dos arquivos - basicamente relatórios e correspondências - das Associações Comerciais da Bahia, Ilhéus e Itabuna. Especialmente as duas últimas que abrigavam nos seus quadros comerciantes e produtores de cacau forneceu um retrato dos interesses e necessidades das citadas categorias sócio-profissionais, reunidos em grupos de pressão que, pelo menos regionalmente, gozavam de prestígio e detinham uma capacidade reconhecida de influir.

Infelizmente essa fonte já mostra as duas frações reunidas, coesas, sob a proteção do interesse comum e por isso mesmo despersonalizado, vazio da prática cotidiana, do dia a dia de uma casa comercial. As associações comerciais eviden

ciam muitas vezes sô de forma indireta os interesses prioritários da classe que reúne no seu interior. Dessa forma, reinvidicações como melhoria dos transportes e comunicações, uma bandeira permanente no decorrer da Velha República aparece como aspiração da sociedade como um todo. Logicamente o era, porém o problema como era posto impossibilita perceber, por exemplo, até onde são verdadeiros os interesses das casas comerciais com sede em Salvador em promover o Porto de Ilhéus à categoria de porto alfandegado, possibilitando o comércio direto entre Ilhéus e os países consumidores, retirando conseqüentemente a capital do Estado do circuito.

Caminhou-se por outro lado, com o sentido de levantar as quantidades e os valores globais da economia cacauera.

Na verificação da base material da burguesia caucira se buscou homogenizar as fontes de dados, com o sentido de evitar distorções dos mesmos. Quanto às séries de valor foram deflacionadas, através da transformação dos valores encontrados em mil réis em libras⁽²⁾.

Para o estudo das séries, inicialmente foram traçados os gráficos em escala aritmética, buscando identificar uma curva matemática que melhor se ajustasse as mesmas, identificando-se dessa forma a tendência a longo prazo. Para isto utilizou-se o método dos mínimos quadrados, com origem no primeiro ano das séries, após o que, eliminou-se a tendência, para analisar as flutuações existentes. Como medida de dispersão considerou-se apenas o coeficiente de variação, não para cada ciclo, mas para toda série.

Para melhor visualização dos dados, esses foram transformados em índices, sempre adotando-se o ano inicial da série como ano base. A série de preço de cotação de cacau foi obtida a partir das séries de volume e valor de exportação de cacau.

Chama-se atenção para a dificuldade existente na realização de uma análise comparada, através da utilização si

multânea dos dados referentes ao volume da produção e da exportação. Enquanto a série de produção de cacau aparece totalizada tendo como base o ano agrícola, as demais seguem o ano civil. Acrescente-se ainda o fato de que parte considerável da exportação não corresponderia à produção do mesmo ano, motivado pela causa anterior e por ocorrência como a organização de estoques, falta de transportes, etc.

Quanto à questão do poder, a orientação foi a de identificar as origens de uma classe - a burguesia cacauceira - que historicamente viria a se constituir como fração hegemônica, provocando alterações na composição de forças no âmbito da própria classe dominante estadual. Entre 1900 e 1930, em que pese sua hegemonia econômica, a burguesia cacauceira não conseguiu expandir o seu poder além das fronteiras da região produtora. Contudo observa-se que no decorrer desse período já se faz notar, por parte da fração de grandes produtores, o afastamento da região, uma tendência que se consolidaria posteriormente.

A importância do estudo da classe dominante formada a partir da monocultura do cacau, quanto às suas origens, contri- bui não só para o conhecimento da citada classe, da sua importância no interior da própria sociedade estadual, mas para situar em relação às demais classes da região produtora quem são realmente os dominantes.

Por outro lado, tendo em vista os desdobramentos posteriores: a intimidade com o Estado, a adoção do intervencionismo como remédio para todos os problemas, os momentos do ICB, CEPLAC, CONCAUBA, COPERCACAU, CCPC, de reinterpretá-los à luz das diferentes etapas que atravessou a cacauicultura. Entre estas, a primeira corresponderia exatamente ao período da Velha República, quando se consolidou a base material que viabilizaria posteriormente o acesso ao poder político por parte da burguesia do cacau.

Observando-se o interior da região produtora parece ser relevante estudar quais os motivos e as bases que sustentam o salto brusco do domínio dos "coronéis" para o intenso debate ideológico da década de trinta, quando inicialmente a Aliança

ça Liberal e posteriormente a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira consideram a região como uma espécie de prioridade dentro do próprio Estado da Bahia.

Nessa mesma perspectiva tentar verificar as alte rações na estrutura de classes da região, e sua relação com a luta política. Durante a primeira República a disputa se resu miu às divergências internas da própria oligarquia, mas para as décadas seguintes começaram a aparecer sinais que reproduzem uma nova divisão a nível político, como foram os casos dos agru pamentos acima mencionados e posteriormente, da própria expres são regional do Partido Trabalhista Brasileiro na região.

Restaria dizer por fim, que "Os Donos dos Frutos de Ouro", não pretende ser, e não poderia ser de outra forma dado a própria natureza do mesmo, conclusivo sobre todas estas questões.

Se constitui no entanto em mais um passo, que po daria perfeitamente se chamar "São Jorge dos Ilhéus (o outro lado do romance)", dado à semelhança temática e o tipo de preo cupação, e que só serve para salientar o caráter prioritã rio do tema para o conhecimento da história regional e do Estado da Bahia.

NOTAS:

(1) A TARDE, ed. 25/07/1977, Pg. 14.

(2) A cotação da libra foi retirada de VILLELA, Aníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889 - 1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, Pg. 410, Tabela VII, Brasil, Indicador de Preços e Taxa Cambial, 1889/1945.

CAPÍTULO PRIMEIRO:

A REGIÃO CACAUEIRA NO SÉCULO XIX

Até meados do século passado, o sul da Bahia se apresentava como parte desintegrada da província. Voltados para os cultivos de subsistência, os moradores daquela região se limitavam a ocupar uma estreita faixa de terra próxima ao litoral. As comunicações se faziam através de uma navegação costeira, cujos barcos tocavam os diversos portos regionais.

Essa atividade contudo, não se constituía em algo constante, permanente. Ao contrário, esse comércio sempre se mostrou inconstante, dependendo na maioria das vezes da ocorrência de um excesso de produção de gêneros agrícolas, o que motivava o deslocamento do mesmo em direção às vilas próximas e o Recôncavo.

A própria história da capitania de São Jorge dos Ilhêus explicita as condições em que se desenvolveu aquela região baiana. A venda efetuada pelos filhos de Jorge de Figueiredo Correa a Lucas Giraldes não trouxe qualquer significado social e econômico, tanto assim que em 1744 a antiga capitania passou a Coroa portuguesa⁽¹⁾.

Segundo o mesmo autor, Ilhêus na segunda metade do século XVIII, nada mais tinha que fizesse parecer uma vila, mais parecia uma pobre aldeia de 280 fogos e mais ou menos 2.000 almas⁽²⁾. A lavoura baseava-se na mandioca e arroz, que descascado era vendido para a Bahia, acrescido de alguma madeira e era de se "esperar que esta (aquela) comarca venha dentro em poucos anos a ficar despovoada"⁽³⁾.

Quanto ao cacau, desde o século XVIII, se constituía em objeto de cultivo no sul do Estado, muito embora não tivesse qualquer sentido comercial.

A versão mais aceita⁽⁴⁾, informa que a introdução do cacau na Bahia se deu por volta de 1746, no atual município de Canavieiras. Somente em 1752 é que as plantações teriam se estendido até Ilhêus.

A cacauicultura como prática não sistemática se estendeu por todo sul do Estado. Em diversas localidades apare

ceu acompanhada de outros cultivos, marcando o caráter policultor da área. Ainda em Vilhena está anotado a presença do cacau em uma fazenda de nome Traipe, de propriedade dos monges beneditinos, onde era cultivado ao lado de mandioca, café, algodão, legumes e cana, destinando-se toda essa produção para a vila de Porto Seguro⁽⁵⁾.

O reduzido sentido comercial da produção porém, não significou que uma pequena quantidade de cacau deixasse de ser comercializada. Em fins do século XVIII o cacau já aparecia na pauta de exportações da Bahia, tendo sido exportados 900 quilos em 1778 e 2.160 quilos em 1798⁽⁶⁾. Todavia, o desenvolvimento da economia cacauzeira - transformando-se em atividades principais do sul do Estado - seria uma realidade posterior.

Em meados do século passado, apesar do cacau já ter adquirido alguma importância, a produção do Pará ainda era responsável por 80% do cacau exportado pelo Brasil. A Bahia então participava com o restante, através da produção das comarcas do sul, com uma participação média de 30.000 arrobas, representando um valor de 108:000\$000⁽⁷⁾.

Seguramente pode-se afirmar que a partir dos anos trinta do século XIX, o cacau passou a se constituir em artigo constante entre os exportados pela Bahia. De 1835/1836 e 1849/1850 foram registradas as seguintes quantidades:

1835/6 - 46,9 t	1843/4 - 131,4 t
1836/7 - 22,9 t	1844/5 - 180,7 t
1837/8 - 28,2 t	1845/6 - 200,6 t
1838/9 - 79,3 t	1846/7 - 204,9 t
1839/40 - 102,2 t	1847/8 - 244,9 t
1840/1 - 111,1 t	1848/9 - 301,7 t
1841/2 - 78,6 t	1849/50 - 303,9 t ⁽⁸⁾ .

Esse progresso deve ser creditado não só as condições edafoclimáticas, que em muito contribuíram para o desenvolvimento da cultura, mas a certas condições de caráter social e econômico que serão analisadas a seguir.

TABELA 1
 EXPORTAÇÃO DE CACAU DA BAHIA
 1850-1889

EXERCÍCIO	Quantidade (Arrobas)	Valor (Mil Réis)	Preço Médio (Réis)
1850-51	19.985	48:330\$	2\$418
1851-52	19.499	42:218\$	2\$165
1852-53	18.204	33:982\$	2\$165
1853-54	32.182	64:551\$	2\$006
1854-55	26.485	57:372\$	2\$166
1855-56	34.232	113:557\$	2\$225
1856-57	29.682	144:011\$	4\$852
1857-58	42.947	309:857\$	7\$215
1858-59	32.740	127:517\$	3\$895
1859-60	38.625	168:029\$	4\$350
1860-61	42.676	204:158\$	4\$927
1861-62	35.724	176:027\$	4\$927
1862-63	50.507	209:009\$	4\$138
1863-64	59.860	175:865\$	2\$938
1864-65	55.277	173:225\$	3\$134
1865-66	...	209:607\$...
1866-67	...	295:337\$...
1867-68	57.263	279:861\$...
1868-69	88.737	430:771\$...
1869-70	82.758	399:397\$...
1870-71	97.689	355:472\$...
1871-72	...	420:306\$...
1872-73	80.537	378:756\$	4\$703
1873-74	75.686	310:952\$	4\$108
1874-75	63.180	248:133\$	3\$927
1875-76	93.327	358:729\$	3\$844
1876-77	99.600	517:269\$	5\$193
1877-78	117.203	809:477\$	6\$907
1878-79	64.442	585:166\$	9\$080
1879-80	102.425	985:260\$	9\$619
1880-81	144.784	855:537\$	5\$770
1881-82	...	961:410\$...
1882-83	...	916:676\$...
1883-84	...	1.210:584\$...
1884-85	...	1.563:504\$...
1885-86	...	2.299:341\$...
1886-87	160.912
1887-88	233.896
1888-89	...	1.134:481\$...

FONTE: Propostas e Relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa, pelos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1853, 1857, 1859, 1867 a 1869, 1872, 1882 e 1885, 1885, 1887 e 1888.

Falla dos Presidentes da Província. Bahia, 1854, 1857, 1861, 1862, 1867, 1869, 1870, 1879, 1881.

ZEHNTNER, Leo. Le cacao dans l'Etat de Bahia. Berlin. Verlag. Friedlander f Sohn. 1914.

APUD. Bahia. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. A inserção da Bahia na Evolução Nacional I. Etapa - 1850-1889. Salvador, 1978. Vol. 2 Atividades Produtivas.

Originariamente se constituindo como produto es treitamente vinculado à demanda externa, o cacau logicamente teve desde o princípio uma íntima relação com os mercados consu midores. O aumento do volume exportado esteve então relacionado com o desenvolvimento do mercado interno americano, a consolida ção da revolução industrial na Europa e o elevado teor de calo rias conseguida com a industrialização das amêndoas, tornando o produto transformado em gênero alimentício de valor apreciável.

Quanto à expansão da produção convém salientar que por ser um artigo novo nas economias agrário-exportadoras, o cacau no decorrer do século XIX conhece uma oferta inferior à procura, do mesmo modo que ocorre uma competição pouco inten sa entre países produtores⁽⁹⁾.

Por outro lado, a existência de terras livres no sul do Estado apresentava-se como opção real para moradores de diferentes regiões do Estado. Desde o Recôncavo até o Sertão, onde por motivos diversos, tanto as lavouras de exportação, co mo as destinadas ao mercado interno, não apresentavam a renta bilidade de tempos anteriores.

Dessa maneira, o cacau se estabeleceu favorecido por uma série de eventos, tanto de natureza interna, quanto ex terna. Cresceu e se consolidou de uma forma livre, desorganiza da. Integrou-se no circuito comercial, onde a intermediação co mercial além de se apropriar, determinava o destino do exceden te econômico.

Desde as primeiras roças e logicamente com a am pliação da área cultivada e do volume da produção se fez presen te de forma decisiva a classe agro-comercial através de seus agentes, prontos a financiar os "fregueses", em operações finan ceiras justificadas pela falta de crédito, mas que estabeleciam as condições para o posterior avanço da fração comercial sobre as atividades produtivas.

O cacau sendo um produto agrícola e vinculado co mo sempre esteve à demanda externa, não podia ser diferente e/ ou fugir ao mercado conformado pelos demais gêneros da agricul

tura baiana destinados ao mercado estrangeiro. Uma realidade, na qual a lavoura se encontrava em mãos dos grandes comerciantes e indiretamente dos importadores estrangeiros⁽¹⁰⁾, motivado não só pelas oscilações do mercado, pela flutuação dos preços, mas acentuada no caso do cacau pelo próprio distanciamento da zona produtora, da capital da província da Bahia.

A questão do distanciamento do centro provincial na origem da cacauicultura pode ser compreendida como uma marca decisiva nas relações que posteriormente viria a classe dominante daquela região a desenvolver com a classe hegemônica estadual, ligada aos interesses canavieiros e ao grande comércio de exportação. O entendimento por parte da citada classe dominante de que os lavradores constituíam uma "classe tributária da grande lavoura de exportação e das populações urbanas, que tinham a seu serviço as autoridades"⁽¹¹⁾, implicava numa colocação marginal, mesmo para os cultivos de exportação que não estivessem relacionados com Salvador/Recôncavo.

Dessa forma entende-se, por exemplo, que após um período em que se desenvolve livre de impostos e taxas específicas, o cacau passasse a se constituir num dos produtos sobre o qual incidiam as mais pesadas taxações. Assim, de uma tributação inicial, englobada entre os produtos que deviam pagar "meio dízimo de miunças"⁽¹²⁾, o cacau já a partir de 1870 paga 17% de direitos, divididos entre tributos do Império e da Província.

O crescente interesse pelo produto pode ser evidenciado pela sua também crescente participação na pauta, quando passou de 0,5% em 1850/51 para 14,9% em 1885/86. Nesse período acontece uma inversão no que tange às exportações de cacau do Brasil. O Pará, tradicional fornecedor de maior parte da exportação de amêndoas de cacau conhece uma brusca queda da produção, ao mesmo tempo em que a produção baiana cresce, assumindo esse último Estado a liderança tanto na produção, como no comércio cacauceiro, atingindo em 1878/79 uma participação de 99,8% sobre a exportação total de cacau do Império do Brasil⁽¹³⁾.

O desenvolvimento da cacauicultura e, o consequente fortalecimento de uma classe formada segundo os interesses

dessa atividade, seria um problema posterior. Por todo século XIX não passou a lavoura do cacau de se constituir em mais uma cultura que se desenvolvia no Estado e fornecia sua contribuição à receita estadual. Por ser ainda uma "novidade", não despertando por isso mesmo interesses mais fortes em torno da sua atividade e por sua reduzida participação, se comparada as contribuições do açúcar, fumo e café, esteve sempre numa posição secundária, segundo determinações das classes vinculadas à lavoura canavieira.

Essa relação açúcar-cacau, isto é, a luta travada entre as duas frações dominantes pelo exercício de uma hegemonia dentro do Estado, parece se constituir em um problema relevante dentro da própria história econômica da Bahia.

Quanto ao início desse confronto, importa salientar no momento apenas, que em fins do século XVIII, o conselheiro Ferreira Câmara em memória que escreveu para a Academia Real das Ciências de Lisboa, aconselhava a cultura do cacauzeiro e dizia que esta cultura devia na Bahia ser preferida à da cana de açúcar, por ser mais lucrativa e menos dispendiosa⁽¹⁴⁾.

A natureza técnica e econômica do "conselho" não foi levada em conta. O que tinha valor na Bahia - tanto na colônia como no império - era a vontade, a decisão e o gosto da sociedade canavieira do Recôncavo. As demais atividades econômicas não eram consideradas, posicionadas que eram como simples tributárias do açúcar, ou seja, dos interesses da burguesia agrocomercial exportadora.

Aos grupos vinculados à produção e comércio do açúcar pouco importava considerar o atraso tecnológico do seu sistema produtivo, a sangria provocada pelo desenvolvimento do café no centro-sul e as crises de mercado, cada vez mais frequentes pela concorrência internacional.

Dessa forma, a crise estrutural em que se viu envolvida a Bahia no decorrer do século XIX, por consequência dos interesses dos grupos dominantes não foi situada em toda dimensão. Os momentos difíceis atravessados pelas populações vincu-

ladas às culturas do açúcar, fumo e algodão não foram retratadas de maneira real, nem no discurso oficial, nem através das medidas propostas pela própria crise dominante.

A explicação para este comportamento está inicialmente situada no fato de que na economia canavieira do Recôncavo, a apropriação do excedente econômico ficou quase sempre à cargo da fração comercial, aliás, esta é uma tendência, inicialmente consolidada com o açúcar, mas posteriormente comum aos demais produtos agrícolas de exportação.

No relacionamento entre as duas frações da classe dominante restou à fração derrotada economicamente a ocupação do espaço político, dentro da máquina burocrática-administrativa do Estado, garantindo uma posição privilegiada, a qual, pode-se dizer hoje, secular, histórica.

Nesse acordo, pouco valia por exemplo, a constatação de que os grandes comerciantes de açúcar é que adiantavam "as provisões de boca e vestuário aos senhores de engenho, para a família e os escravos, emprestando dinheiro a juro alto - favorecendo o ócio ... despesas suntuosas, orgias, jogo, responsáveis pela crise das casas ricas e pela perda do fruto do trabalho servil"⁽¹⁵⁾.

O endividamento dos produtores, a perda de renda pelos "senhores de engenho" e seus herdeiros era encarado de forma secundária, pois eram os próprios que formavam ou indicavam representantes para formarem o corpo de dirigentes da província/estado, tendo assim garantido medidas de caráter público em benefício próprio e segundo suas determinações.

Nessa conjuntura se situam os motivos e os meios que possibilitaram que a região cacaueteira crescesse sua população a uma taxa média anual de 6,98%, entre 1892 e 1920, tendo o município de Ilhéus sozinho conhecido um crescimento em torno de 7,98% ao ano, no mesmo período.

Entre os citados anos, a região cacaueteira que abrigava naquele primeiro ano 1,36% da população da Bahia, salta pa

TABELA 2
PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO
BAHIA - 1850-89

(Em t)

EXERCÍCIOS	Participação nas Exportações Baianas			
	Açúcar	Fumo	Cacau	Café
1850-51	69,8	12,6	0,5	4,6
1851-52	58,3	14,2	0,5	4,2
1852-53	65,8	8,0	0,0	3,2
1853-54	59,5	16,8	0,6	4,7
1854-55	53,6	13,6	0,5	8,6
1855-56	49,4	12,7	0,9	8,0
1856-57	50,3	16,5	0,8	6,8
1857-58	43,8	14,2	2,3	8,9
1858-59	56,8	15,7	0,8	6,0
1859-60	26,6	30,9	1,6	9,3
1860-61	32,0	18,3	2,4	12,0
1861-62	45,9	26,2	1,1	6,7
1862-63	38,3	30,0	1,2	9,8
1863-64	41,2	21,3	1,4	9,1
1864-65	44,9	14,6	1,2	11,5
1865-66	36,5	20,4	1,1	9,0
1866-67	37,8	17,6	1,8	10,1
1867-68	38,8	16,2	1,3	9,7
1868-69	46,1	16,2	1,2	7,9
1869-70	30,5	28,2	2,0	10,1
1870-71	38,8	28,6	2,0	5,6
1871-72	30,1	21,9	1,9	4,8
1872-73	27,2	31,0	2,1	9,9
1873-74	25,1	32,9	2,4	15,5
1874-75	38,1	31,0	1,6	14,1
1875-76	20,4	40,7	2,4	23,3
1876-77	37,0	29,5	3,2	18,6
1877-78	24,8	35,3	4,9	18,8
1878-79	30,2	40,6	3,6	9,9
1879-80	22,0	35,9	5,4	20,0
1880-81	42,3	22,4	5,6	15,4
1881-82	5,9	...
1882-83	7,7	...
1883-84	7,6	...
1884-85	11,2	...
1885-86	14,9	...
1886-87
1887-88
1888-89	4,7	...

FONTE: Propostas e Relatórios apresentados a Assembléia Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda, Rio de Janeiro, 1852-88.

FALLA dos Presidentes da Província, Bahia, 1851-89.

CÁLCULOS: GTEP/CPE

APUD, Bahia. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas CPE. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional 1a. Etapa: 1850-1889. Salvador, 1978. Vol. 2 - Atividades Produtivas.

TABELA 3
POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA MESMA:
ITABUNA, ILHÉUS, MICRO REGIÃO CACAUEIRA E BAHIA
1872-1940

ÁREA GEOGRÁFICA	P O P U L A Ç Ã O								Taxa Média de Crescimen to Anual		
	1-8 7 2		1 8 9 2		1 9 2 0		1 9 4 0		1872/ 1892	1892/ 1920	1920/ 1940
	Unidade	% em re lação à Bahia	Unidade	% em re lação à Bahia	Unidade	% em re lação à Bahia	Unidade	% em re lação à Bahia			
Ilhéus	5.682	-	7.629	-	63.912	-	113.269	-	1,48	7,89	2,90
Itábuna	-	-	-	-	41.980	-	96.879	-	-	-	4,27
T O T A L	5.682	0,41	7.629	0,40	105.892	3,18	210.148	5,36	-	-	-
MR 154 - CA CAUEIRA	19.616	1,42	26.293	1,36	174.013	5,21	351.574	8,97	1,47	6,98	3,58
BAHIA	1.379.616	100,00	1.919.802	100,00	3.334.465	100,00	3.918.112	100,00	1,67	1,99	0,81

FORTE: 1) 1872-1892, VIANA, FRANCISCO VICENTE. Memórias sobre o Estado da Bahia. Salvador, Tip. do Diário da Bahia, 1893. 101-104.

2) Anuário Estatístico - Anno 1924. Bahia Imp. Of. do Estado, 1926, segundo Censo de 1920.

3) Anuário Estatístico do Brasil - Ano VIII - 1947 - Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional Estatístico - Serviço Nacional de Recenseamento, 1955.

APUD: GARCEZ, ANGELINA NOBRE ROLIM e FREITAS, ANTONIO FERNANDO GUERREIRO DE. História Econômica e Social da Região Cacaueira. Rio de Janeiro, Carto-gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.

ra 5,31% da população do Estado, evidenciando uma chegada constante de aventureiros, trabalhadores, pequenos comerciantes, viajantes, todos em busca de novas oportunidades, que a fronteira agrícola do sul da Bahia prometia.

Essa foi a época onde o trabalhador do Norte do Estado "cansado das suas culturas ... do desânimo da lavoura do açúcar, acham o sul como El-Dorado, onde a fortuna se faz em um dia ..." (16). O sul era visto como sinônimo de fortuna e salvação, recebendo centenas de pessoas "tristes, definhados, em farraços ... que internam-se pelas mattas ainda virgens", surgindo "os primeiros núcleos das fazendas - as riças", objeto de disputas devido ao "domínio ainda imarcado, as lutas pela defesa de sua casa" (17).

Como já foi salientado anteriormente, a classe dominante provincial se apresentava dividida entre duas frações distintas, mas com interesses complementares. Formavam uma espécie de bloco onde "estariam solidários na dominação os comerciantes estrangeiros, principalmente, ingleses, controladores de comércio externo, comerciantes baianos, controladores de um comércio de escravos, de um comércio interno e do contato direto com os produtores de açúcar, e, por fim, os senhores de engenho, que apesar de não hegemônicos ao nível econômico, são amplamente compensados pelo exercício do poder político local, pela posição de prestígio na corte pelo controle de cargos na administração imperial" (18).

Este bloco no poder é quem elabora e decide as questões - tanto fundamentais como secundárias - que afetam à sociedade baiana no seu todo. Fortaleceram e revitalizaram os produtos tradicionais, sem considerar as dificuldades a nível do mercado para colocar estes mesmos produtos. Dessa forma, nada mais natural do que a perda da posição que a Bahia detinha entre as províncias do império.

Os reflexos se fazem sentir tanto a nível econômico, quanto político. No primeiro caso, o fato da renda da exportação não continuar crescendo, favoreceu o fortalecimento da tendência da província se transformar mais em importadora do que em exportadora, causando dificuldades à toda população.

Politicamente, a Bahia perde prestígio e poder di-
 ante das demais elites provinciais, o que se consolida a partir
 de 1870, com a transferência do polo dinâmico para o sul com a
 cafeicultura. A Bahia, a classe dominante da província nada res-
 tou, a não ser persistir ocupando espaço no aparelho político,
 mas devido à própria debilidade econômica, se viu incapaz de
 promover alterações significativas no panorama interno da pro-
 víncia⁽¹⁹⁾.

NOTAS:

- [1] VILHENA, Luis dos Santos - A Bahia no século XVIII. Salva-
 dor, Editora Itapua, 1969, Pg. 490.
- [2] *Id. ibid.*, Pg. 492.
- [3] *Id. ibid.*
- [4] TAVARES, Joaquim da Silva - O comércio do cacau, particu-
 larmente no Estado da Bahia. Salvador, s.c.p., 1913. Sepa-
 rata de Broteria. Série Vulgarização Científica, Pg. 14.
- [5] VILHENA, Luis dos Santos, *op. Cit.*, Pg. 521
- [6] Para a primeira informação cf. TAVARES, Joaquim da Silva,
op. Cit., Para a segunda as anotações de Braz do Amaral a
 Accioly, Ignácio - Memórias Históricas e Políticas da Pro-
 víncia da Bahia. Salvador, Imprensa oficial do Estado, 1937.
 V. 3, Pg. 160.
- [7] SOARES, Sebastião Ferreira - Notas Estatísticas sobre a
 produção agrícola e Carestia dos Gêneros alimentícios no
 Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, Pg. 112.
- [8] TAVARES, Joaquim Silva, *op. Cit.*
- [9] Bahia. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia.
 Fundação de Pesquisas - CPE. A Inserção da Bahia na Evolu-
 ção Nacional, 1a. etapa - 1850/1889. Salvador, 1978. Vol 7
 Atividades produtivas. Cacau, Pg.171.
- [10] ALMEIDA, Rômulo - Traços da História Econômica da Bahia no
 último século e meio. Salvador, Instituto de Economia e
 Finanças da Bahia, 1951, Pg. 6
- [11] *Id. ibid.*
- [12] Lei Provincial nº 512, de 19/06/1854.
- [13] Bahia. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. *op.*
Cit., Tab. 1, Pg. 168.

- [14] SOARES, Sebastião Ferreira - op. Cit., Pg. 113.
- [15] CALMON, F. M. de Góes - Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica e Comercial na Bahia de 1823 a 1900 Salvador, Diário Oficial - ed. de 02/07/1923, Pg. 377/378.
- [16] PINHO, Joaquim Wanderley de Anáujo. A cultura do Cacau na Bahia. Diário Oficial do Estado, ed. 02/07/1923, Pg. 235.
- [17] Id. *ibid.*
- [18] Bahia. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1a. Etapa: 1850/1889. Salvador, 1978, Vol.1 - A Bahia no século XIX. A Bahia Econômica e Social, Pg. 47/48.
- [19] Id. *ibid.* A Bahia e a Vida Política do Império: Auge e Declínio das suas elites, Pg. 100.

CAPÍTULO SEGUNDO:

BURGUESIA CACAUEIRA: FORMAÇÃO DA UNIDADE

2.1 - SITUANDO O PROBLEMA

O problema maior que se tem formulado quando se tenta estudar a sociedade cacaueira baiana tem sempre como referência as relações entre produtores e comerciantes de cacau. A colocação do problema, embora significativa e em suas linhas gerais correta, tem sido prejudicada quando se elaboram análises tendo em vista produtores e comerciantes como categorias sócio-profissionais antagônicas e formando frações de classes em permanente oposição.

A interpretação que defende, por exemplo, que "a dependência do cacauicultor face aos comerciantes e exportadores, aliada ao fato do lavrador não ser colocado a par dos preços do produto no mercado estrangeiro, teria concentrado os grandes lucros nas mãos dos pequenos comerciantes, das casas comissárias e dos exportadores"⁽¹⁾ está apenas parcialmente de acordo com o real.

Ao considerar as frações produtora e comercial em permanente antagonismo não se privilegiou a possibilidade da própria dinâmica do desenvolvimento social e econômico de determinado organismo social, favorecer o surgimento de um grupo misto, com interesses originariamente distintos, mas com capacidade de, a partir de determinado momento, desempenharem funções comuns, formando uma só classe dominante.

Essa hipótese pode ser comprovada para o caso da sociedade cacaueira, pois se inicialmente produtores e comerciantes se apresentavam separados, tal não aconteceria permanentemente. A concepção de burguesia cacaueira está intimamente ligada à aceitação de que o comerciante-exportador e os grandes produtores formaram as duas frações que deram origem à classe em exame. O desenvolvimento da cacauicultura possibilitou o aparecimento de um segmento unificado, com interesses na produção e no comércio, simultaneamente.

As condições em que se desenvolveu a economia do cacau - uma fronteira agrícola, elevado crescimento populacional, múltiplos interesses em jogo, região produtora com precária infra-estrutura de transportes e comunicação - permitiram que ape

nas uma elite, produtora e comercial, capitalizasse os lucros produzidos pela atividade econômica no seu todo.

Apesar de admitir o caráter misto da classe dominante regional, não se pode negar que produção e comércio se constituíram em atividades opostas, no que toca à situação dos médios e pequenos produtores, que permaneceram a mercê das políticas postas em prática pela burguesia cacaueira.

Por outro lado, essa mesma burguesia não conseguiu exercer um pleno domínio sobre o processo econômico envolvendo o cacau. A dependência da demanda externa, possibilitou que os consumidores estrangeiros exercessem uma série de pressões, de natureza diversa, sobre os países produtores.

Os exemplos são vários e sucessivos. Suspensão das compras, pressão baixista sobre a Bolsa de Valores, elevação do custo dos fretes, suspeição da qualidade do produto recebido, formaram o espectro de medidas utilizadas pelos consumidores externos e que afetavam diretamente os objetivos internos da burguesia do cacau.

O Sindicato dos Agricultores de Cacau, veículo dos interesses comerciais baianos, manifestou seguidamente suas preocupações aos governos estadual e federal, solicitando a intervenção dos mesmos, face às exigências dos importadores⁽²⁾.

Internamente, nota-se também que as duas frações que formaram a burguesia cacaueira sofreram as consequências de fenômenos que afetaram a sociedade como um todo. Não existe por comparação, entre os efeitos destes fenômenos sobre a classe dominante regional e os percebidos pelos médios e pequenos produtores e os trabalhadores da zona cacaueira.

Afinal, ocorrências do tipo cheias dos rios, pragas, flutuação de preços, dificuldade de transporte favoreceram à burguesia cacaueira. Nestes instantes anormais, é que essa classe conseguiu terreno mais favorável para ampliar e consolidar a sua dominação econômica e o seu poder político.

2.2 - A CAMINHO DA UNIDADE

Mesmo em condições normais, nos instantes em que produção - comércio - consumo apresentam-se sincronizados, a classe dominante regional conseguiu vantagens nas suas relações com o médio e pequeno produtor. Além dos problemas acima apontados, considere-se a importância, por exemplo, da falta de armazéns para a produção e, principalmente, a escassez de crédito como elementos decisivos para que a burguesia cacauceira detivesse o controle do circuito econômico interno, atuando como intermediária e financiadora da produção⁽³⁾.

Certamente a falta de crédito se constituía como o ponto fundamental. Assim, apesar das seguidas reivindicações dos produtores⁽⁴⁾, somente em março de 1917 é instalada a primeira agência bancária de Ilhéus, pertencente ao Banco do Brasil⁽⁵⁾. A agência de Itabuna apenas seria aberta em 1924. Anteriormente, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado abriu uma agência em Ilhéus em 1905⁽⁶⁾, todavia, dada a escassez dos recursos financeiros e as exigências para a realização de operações, encontrou-se impedido de concretizar os inúmeros negócios que a dinâmica economia regional estava exigindo.

A ausência de uma política de crédito mais de acordo com o caráter, muitas vezes, instável dos negócios do cacau, levou à adoção sucessiva de políticas emergenciais. A troca de correspondência entre J. J. Seabra, Governador do Estado e Epitácio Pessoa, Presidente da República⁽⁷⁾, no decorrer do mês de novembro de 1921, bem evidencia o caráter imediato e passageiro das medidas.

Naquela ocasião, respondendo a apelos do Sindicato dos Agricultores de Cacau e das Associações Comerciais de Ilhéus e Itabuna o Governador Seabra reivindicava medidas que impedissem a pressão baixista na Bolsa. Segundo o mesmo, essa ocorrência se devia ao fato da divulgação de informações falsas quanto a estimativa de uma grande safra. Defendendo os interesses da lavoura, solicitava o então governador que fosse providenciado um aviso urgente aos cônsules brasileiros em Nova York, Havre, Hamburgo, Marselha e Londres, desmentindo a notícia. Ao mesmo

tempo, solicitava "facultar Banco do Brasil nesta cidade e Ilhéus emprestar sobre caução cacau superior, prazo 120 dias, juros convencionais, único meio obstar lavradores cedam pressão baixista, despeito escassez de gênero"⁽⁸⁾.

A safra 1921/22 apresentou-se muito abaixo das observadas nos anos imediatamente anteriores. No caso, uma produção, de apenas 25.834 t (Tabela 4), representava cerca de 40% da safra 1920/21 com suas 59.616 t. A causa do ocorrido, contudo, se situava na própria região produtora e decorria das enchentes dos rios Pardo e Jequitinhonha, que levou a maior parte das roças de cacau plantadas nas regiões rebeirinhas. Quase simultaneamente, na vizinha região de Ilhéus/Itabuna, denunciavam os produtores uma possível safra reduzida em 80% com relação à anterior, explicada pelo retardamento das chuvas, prejudicando a floração e a frutificação das árvores⁽⁹⁾.

Essa conjuntura excepcional carecia de soluções de caráter imediato, e era justificável a mobilização que se promoveu no sentido de impedir outros desdobramentos. Curioso é não ter nem os mencionados grupos de pressão, dependentes diretos dos resultados das safras do cacau, nem o governo do Estado da Bahia, dependente dos mesmos resultados para a concretização de sua política administrativa, estrutura as medidas de longo alcance, que os pusesse a salvo das mudanças bruscas.

As crises conjunturais, do mesmo modo que as necessidades regionais ficavam a depender de soluções improvisadas, das articulações políticas possíveis no Estado e deste para com o governo federal.

O problema se agrava, contudo, quando se sabe que as crises conjunturais são de origem diversa, e de efeitos diferentes, o que serve para realçar ainda mais o despreparo da sociedade regional, por não possuir mecanismos de defesa, os quais a magnitude das transações justificava plenamente.

O caráter emergencial das medidas se constata ao se observar que mesmo o Banco do Brasil, tendo atendido a quase totalidade das reivindicações feitas em 1921/22, não foi capaz

de introduzir ou estabelecer novas bases no relacionamento da sociedade regional com os órgãos de governo. Assim, ao se apresentar novos sintomas de crise para a safra 1925/26, logo se volta a comentar sobre a "ruinosa" situação da lavoura e que a única salvação está no restabelecimento da carteira de crédito agrícola para o cacau⁽¹⁰⁾.

O crédito se apresentaria dessa maneira como uma das variáveis fundamentais para o estudo da sociedade cacaueira, principalmente da classe dominante regional. A rarefeita presença de bancos oficiais, as complexas exigências para a realização de negócios e mesmo a incapacidade da sociedade regional de interferir de maneira decisiva nas diretrizes governamentais⁽¹¹⁾, teriam sido responsáveis pelo aparecimento de fenômenos sociais e econômicos, decisivos para o desenvolvimento regional.

Em primeiro lugar, deve ser realçado o papel do crédito hipotecário no direcionamento da concentração da propriedade na região cacaueira. Como já foi dito, "os clientes desse crédito se colocavam na condição de vendedores potenciais das suas terras"⁽¹²⁾. A não exigência de formalidades⁽¹³⁾ tinha como contrapartida a cobrança de taxa de juros exorbitante acompanhada de formas variadas de multas, cuja finalidade era aproximar sempre mais o capitalista da posse da terra hipotecada. Um antigo morador do município de Itabuna, em depoimento prestado⁽¹⁴⁾, apresenta as listas das fazendas e proprietários, localizadas à margem do Rio Cachoeira, nos limites do município de Itabuna. Para um total de trinta e três propriedades no início do presente século, são discriminados número igual de pioneiros, donos das posses, em sua maioria sergipanos e sertanejos. Observando os sucessores dos primeiros proprietários - tanto por simples compra como por herança - anotou que oito das trinta e três originais pertenciam a um só dono, Manoel Joaquim de Carvalho, comerciante, cuja presença na região decorre exatamente do interesse pela prática comercial envolvendo o cacau. Não se quer dizer com isso que essa apropriação resulte única e exclusivamente da utilização do "poder do crédito". Contudo, deve-se admitir que o mesmo deve ser responsável por parte dessa expansão dos comerciantes pelos caminhos da produção.

A constatação de que o capital comercial transformou-se em outra forma de capital, de natureza financeira, conduz ao entendimento da inicialmente complexa relação produtor-comerciante.

Tomando-se como amostra quatro das principais casas exportadoras de cacau, com representação em Ilhéus e comissários distribuídos por toda zona produtora no ano de 1915, portanto quando inexistia banco na região e observando-se as funções por elas desempenhadas, teríamos⁽¹⁵⁾:

a) Hugo Kaufmann & Cia.

Exportação e Importação, agente da "Companhia Navegação Costeira", proprietária das fazendas "Cascata" (600 ha e setenta mil cacauzeiros) e "Paraizo" (80 ha e vinte e cinco mil cacauzeiros).

b) Costa & Ribeiro.

Exportação e Importação, representante dos bancos "London" e "River Plate" e do Banco da Bahia, além de bancos alemães.

c) Valente Peixoto & Cia.

Exportação e Importação e proprietária de fazendas de cacau, cujas denominações não foram fornecidas.

d) F. Stevenson & Cia.

Exportação e Importação, agente do Banco do Brasil e do "British Bank of South America", representante da Cia. Antártica Paulista, além de proprietária das fazendas "São João", "Santa Isabel" e "Quebra".

A multiplicidade de funções, desde a comercial até a financeira, passando pela representação de companhia de

navegação e ao desempenho de funções diplomáticas⁽¹⁶⁾ fornecia aos comerciantes condições para expandirem e diversificarem os negócios.

Para o caso da economia cacaueteira, a exemplo do que ocorreu em outras economias na Velha República, o papel central residiu na intermediação comercial e financeira que se constituiu como uma unidade⁽¹⁷⁾. A consequência mais imediata e certamente de grande efeito regional é o fato de que tal procedimento promoveu a retirada da economia cacaueteira de parte significativa do excedente produzido. A maior parte desse excedente não retornava à região, mas servia à acumulação da economia dos países que a realizavam, como a Inglaterra, inicialmente, e logo após, os Estados Unidos.

Regionalmente, no entanto, os comerciantes inicialmente e logo após os grandes produtores apareceram como fornecedores do crédito para custeio das safras. Enquanto, os primeiros, colocavam em giro não só capital de propriedade das firmas comerciais, mas também das casas bancárias que representavam, os grandes produtores se utilizavam do excedente retido originariamente com base nas primeiras roças e fazendas.

Se parte do excedente global permanecia na região produtora, a outra, certamente de maior valor, acumulada exclusivamente na intermediação comercial, retornava à região sob a forma de capital financeiro. Esta realidade, invalida a suposição de ter ocorrido em algum instante um desenvolvimento regional autônomo, que se auto-sustentava.

A forma de "financiamento" com a participação de bancos estrangeiros, via casas exportadoras, no financiamento da produção ora considerável.

Vem daí a importância da política cambial, como variável significante na relação interna da burguesia cacaueteira. A intermediação comercial e financeira ao se realizar inteiramente na forma de divisas estrangeiras⁽¹⁸⁾ se constituía em elemento fundamental na formação da ronda dos produtores da agroexportação. Dessa maneira, o complexo produção-financiamento

to-comercialização-acumulação-produção permaneceu independente das deliberações pensadas regionalmente, pois, no caso do cacau, a já mencionada fraqueza política dos seus representantes impediram a adoção de políticas econômicas, inclusive cambial, que favorecesse o produto.

A taxa cambial, por seu turno, refletia ao mesmo tempo os interesses dos grupos sociais voltados para a egroexportação e os problemas econômicos do governo da União. Aproveitando a situação apareceram os bancos estrangeiros usufruindo lucros no movimento do câmbio, drenando recursos para o exterior, tendo muitas filiais se tornado credoras das respectivas matrizes, devido ao volume dos recursos⁽¹⁹⁾.

Este é o quadro onde se inserem, em princípio, as duas frações dominantes que historicamente tenderiam a formar um grupo único, consolidando-se a partir da constituição de uma base múltipla - produção, comércio, financiamento - de interesses.

Antes dessa formação, os maiores comerciantes de cacau, já estavam vinculados à atividade comercial, tendo portanto interesses originariamente diversificados, o que possibilitava a existência de condições mais amplas para a explicitação dos seus interesses. Sinal bastante eloquente é o envolvimento da Associação Comercial da Bahia⁽²⁰⁾, nas medidas governamentais para beneficiar o cacau.

Os "novos Ricos" do cacau, os que detinham o poder no interior da região de produção eram, contudo, os grandes proprietários, e o exercício político mais importante dos mesmos ligava-se exatamente à ampliação da posse e da propriedade da terra. O desenvolvimento das relações sociais na produção, aliado ao enriquecimento rápido, onde havia "fortunas aqui realizadas de mais de mil contos de réis, em menos de 12 anos de atividade honesta e bem sistemática"⁽²¹⁾, e a percepção da possibilidade de aumentar os lucros através da participação no comércio, motivou alguns desses "coronéis" a ingressarem na atividade comercial⁽²²⁾.

Convém lembrar que não foi necessária a criação de outras casas comerciais e/ou o ingresso como sócio nas existentes, como fizeram alguns. Os primeiros beneficiamentos da amêndoa, especialmente as operações de fermentação e secagem exigiam instalações apropriadas, as quais inexistiam na pequena propriedade. Daí surgirem operações de compra e venda entre as fazendas, logicamente em benefício do grande proprietário. A dificuldade de transportes, o difícil acesso da produção aos portos regionais servia também de motivo para a ocorrência de práticas comerciais entre produtores, pois os maiores possuíam canoas e tropas de muares, que permitiam o deslocamento da produção até os locais de destino. O pequeno produtor se transformou em tributário da grande propriedade, cujo dono, por ter instalações apropriadas para o beneficiamento pagava um preço sempre inferior pelo produto.

2.3 - A UNIDADE CONSOLIDADA

O que se procura demonstrar é que na observação de certos traços da estrutura da sociedade cacaueteira, principalmente da sua classe dominante, se torna difícil identificar apenas antagonismos entre as frações produtora e comercial. Como já foi anotado, embora situadas em campos distintos, as atividades tinham um caráter complementar. Por outro lado, chamou-se atenção para a tendência de não só o comerciante se transformar em produtor, mas de ter existido casos de acumulação de funções no sentido inverso. Além do mais, no interior da própria região produtora, o grande fazendeiro desempenhou originariamente funções comerciais.

Seria um equívoco identificar como exclusividade da fração comercial o fornecimento de capital para financiamento da produção. Esses capitais eram também originários dos grandes produtores, mas que nem por isso devem ser entendidos como de origem diversa do posto em giro pelos comerciantes. Tanto um como outro ingressavam na produção na forma de capital financeiro, o qual poderia reproduzir-se através da cobrança de juros, como também abrir caminho para o recebimento do bem (fazenda) penhorado na forma de hipoteca.

A tese de que "o capital gerado pelo cacau revertia à lavoura", a qual teria se desenvolvido através de um auto financiamento⁽²³⁾ não é de todo correta. A apropriação do excedente acontecido na circulação determinou o retorno desse excedente quando ocorria, sob a forma de capital, não mais pertencente à lavoura, mas de propriedade de uma burguesia agroexportadora que fazia uso do mesmo para ampliar a sua capacidade de interferir e de se apropriar das rendas novamente geradas no reinício do circuito produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção.

No mesmo estudo acima citado⁽²⁴⁾ observa-se que tanto produtores quanto comerciantes fizeram uso do crédito hipotecário, chamando-se atenção para o crescimento do número de hipotecas em anos considerados anormais. O pico notado no ano de 1921, justificou-se por ocorrências climáticas desfavoráveis e redução da demanda. Naquele ano foram efetuados 250 registros de hipotecas, sendo que 81 em benefício do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola e 169 a comerciantes e produtores, sendo que apenas um produtor foi responsável por 24 dessa modalidade de operação de crédito. Logicamente que os fenômenos naturais e a própria flutuação de preços, além de variações da demanda influíram no crescimento de propriedades hipotecadas naquele ano. Todavia, o que é importante realçar é que a hipoteca da fazenda passou a partir de 1909/10 a ser uma prática rotineira e salvo os anos de guerra, quando ocorreu uma redução sensível, permaneceu entre 1900/1930 mais ou menos estacionária, numa faixa situada entre 150 a 200 hipotecas por ano.

As conclusões que poderiam ser retiradas desse quadro mostram, em primeiro lugar, que não são apenas as crises conjunturais que levam o produtor a hipotecar sua propriedade. A partir de 1910 começaram a aparecer sinais que indicavam a necessidade de medidas que comesçassem a adequar a produção à demanda. Nesse último ano, já se podia observar também que tinha passado a correria inicial em busca de uma pequena posse para se constituir uma roça e começava a se intensificar a luta interna entre proprietários para ampliação das suas respectivas posses, crescendo conseqüentemente todas as práticas de expulsão e apropriação das roças menores. A falta de terras ainda li

vres e aptas para a cacauicultura contribuía assim de forma decisiva para as transformações que começaram a acontecer.

A obrigação por parte da economia cacauera de se adaptar às regras de uma economia de mercado, trouxe consigo a introdução de novos comportamentos, sintetizados em um novo relacionamento no interior da própria classe proprietária, guiado pelo expansionismo e preocupação com o aumento da produção.

À maioria dos pequenos e à alguns dos médios produtores se impunha como uma questão de sobrevivência acompanhar os novos tempos, que no caso do pequeno e médio produtor significava aumento de produtividade, modernização das instalações e melhoria da qualidade do produto final, que se constituía numa reclamação constante dos consumidores.

As crises conjunturais, não importando as origens, contribuíram para o agravamento das dificuldades, para o grupo de médios e pequenos produtores. A exigência quase imediata após a colheita de beneficiamento das amêndoas, retirava-lhes a maior parte do lucro que poderia vir a obter pelo produto, entregando o mesmo por preço inferior ao de mercado, impossibilitado que estava de atender as exigências desse último.

O que se observou, então, foi o aparecimento da tendência à formação dentro da sociedade regional de um segmento único de atividade agroexportadora, cujos interesses, mesmo sendo originariamente divergentes, se apresentavam articulados e baseados em práticas semelhantes.

Mesmo admitindo-se que muitos dos proprietários das casas exportadoras jamais foram moradores da região, vinculados que estavam a uma base urbana e com interesses diversificados não só no comércio de gêneros agrícolas, mas até de outros setores econômicos, não se pode deixar de incluí-los no grupo dominante ao lado do grande produtor. A tendência foi à constituição de um grupo mixto, divergentes nas suas práticas originais, mas coesos política e ideologicamente nas relações com os demais grupos sociais.

Já era passado o tempo das lutas da "lira" versus "minerva"⁽²⁵⁾ que expressavam no início do século, no Arraial das Tabocas, as divergências e oposições dos grupos políticos locais. Começaram a surgir modernos grupos de pressão como foram os casos das Associações Comerciais: a de Ilhéus, fundada em 1912 e a de Itabuna em 1908, mas reorganizada de forma definitiva em 1912. Na composição das listas de associados, principalmente os de maior poder, percebe-se a presença dos representantes da burguesia agroexportadora do cacau⁽²⁶⁾, os quais, organizados começavam a tentar fazer ouvir suas reivindicações e necessidades, buscando respostas políticas para a representatividade econômica regional em relação à Bahia.

As cidades de Ilhéus e Itabuna passam então a ser o palco principal das manifestações, do debate, das reivindicações. Apesar da insuficiente oferta de serviços, as cidades estão preocupadas em exteriorizar a riqueza da minoria dos seus habitantes. As intendências promovem obras administrativas que acompanham o ritmo acelerado de crescimento que para um contemporâneo se constituía em "um fervedouro de interesses mercantis"⁽²⁷⁾.

Multiplicam-se os jornais, que nascem e morrem ao sabor dos interesses políticos em disputa. As obras de melhoria e instalações definitivas para o Porto de Ilhéus passa a ser uma bandeira de luta da sociedade regional como um todo. Aparecem as Uniões dos Estivadores e a dos Carregadores do Ilhéus (1918), a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (1920), a Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus (1922), "a melhor organização proletária do sul do Estado e talvez de todo Estado"⁽²⁸⁾.

A nova dinâmica da sociedade regional era um fato incontestável. Os diversos segmentos da sociedade concretizaram formas de associações, todas elas representativas de interesses específicos de cada grupo.

Contudo, essas novas formas de pensar e agir, não eram suficientes para dar à região, à sua sociedade, a representatividade e os retornos que julgavam merecedores. Daí, muitas

vezes ter acontecido o envolvimento ideológico de toda sociedade na luta por medidas cuja finalidade era beneficiar apenas uma minoria.

Mas essa era uma "aliança" para fora da região. Internamente, no entanto a burguesia cacauzeira tentou consolidar sua dominação e percebia claramente que era necessário se fazer representar. Ter acesso ao centro de tomada de decisões, participar e interferir na política administrativa do Estado, se constituiu no objeto primeiro da política da classe.

As contradições maiores no seio da classe dominante eram minimizadas. As lutas entre famílias, a invasão de propriedades, os jagunços já eram considerados coisas do passado ou de um interior distante e por isso mesmo selvagem⁽³⁰⁾.

A realidade já era identificada e confundida com a "civilização do cacau" e seu futuro de glórias e conquistas. Não importava o custo de vida, pois se consumia champanha francesa nos bares como aperitivo. Os cafés e confeitarias eram procurados de maneira intensa e os hotéis e pensões estavam sempre lotados.

Ilhéus passou a ser confundida com o Rio de Janeiro e Copacabana o modelo para todas as inovações. A empresa de excursões "Transoceânica" do Rio de Janeiro, certamente para dar vazão à "fatura de dinheiro no sul do Estado"⁽³⁰⁾ organizou uma excursão de Ilhéus ao Rio na época do carnaval de 1916, em vapor de primeira classe do Lloyd.

Aparecem os supérfulos na pauta de importação do Porto de Ilhéus, começa-se a esbanjar com o sentido de afirmar uma posição econômica privilegiada dentro do Estado.

A nova sede da Associação Comercial de Ilhéus recebe um tratamento especial. São contratados decoradores do Rio de Janeiro e exige-se semelhança com o estilo Luiz XIV (sic). A síntese no entanto pode nos ser dada, pela forma como foi reconhecido o primeiro bispo de Ilhéus, D. Manoel de Paiva, em agosto de 1915. Na oportunidade, através da palavra dos prínci

pais líderes regionais se reafirmava o caráter pacífico e ordeiro da "civilização do cacau" e que tudo que por ventura o prelado tivesse escutado sobre violência e banditismo era falso. Recepcionando em sua residência (projeto e construção do arquiteto italiano E. Darin), a nova autoridade religiosa, o intendente Coronel Manoel Misael da Silva Tavares apresentava aos convivas o seguinte cardápio:

"Menu: Potage aux pointes d'asperges
Hors d'oeuvre
Sardines, Olives, Pickles
Poisson au gratin, sauce mousseline, croquets de volaille, filet piqué à la Princesse, Paté froid aux crevettes, Dind farcie à la Brésilienne, Jambon à York, Salade de laitue;

Fruits Variés

Dessert: Glacé à la vanille, Gâteaux assertis, compotes;

Vins: Santerne, S. Julien, Médoc, Porto, Champagne, Café, Liguers, Cigarres"⁽³¹⁾.

O francesismo certamente foi uma prática constante no Brasil até bem recentemente. Foi no entanto, quase que uma exclusividade de uma elite econômica e intelectual. Pode-se supor que era bastante reduzido o número de presentes ao acontecimento que compreendessem a língua francesa. Todavia, era fundamental para atender a preocupação de se retirar dos visitantes qualquer imagem que compromettesse os bons costumes e a gentileza da sociedade regional.

A consolidação da burguesia cacauzeira, através da solidariedade das frações que a formavam, reafirmava a hegemonia da mesma a nível regional e a capacitava como fração economicamente dominante na luta pelo poder com as frações burguesas de vínculo mais urbano, basicamente situadas em Salvador.

A luta pelo poder político, a vontade de ~~transformar~~ se transformar em classe hegemônica estadual se constituiu des

de então em meta prioritária da burguesia cacauêira. Esta intenção logicamente se manifestaria de forma mais clara procedendo da fração inicialmente produtora, basicamente os "coronéis" e seus herdeiros.

Enquanto o momento apropriado não chegava, os "novos ricos", os realmente afortunados graças à atividade cacauêira, exercitaram regionalmente o seu domínio, que se concretizava em todos os níveis; econômico, político e ideológico.

Dessa maneira, se entende e explica o comportamento da burguesia cacauêira, na sua presença regional. As metas e o comportamento dessa classe passaram a se confundir com as necessidades regionais. Suas ambições, vontades e gostos apareceram como comuns à toda sociedade.

A ascensão daquela burguesia não significou, contudo, qualquer mudança profunda na sociedade cacauêira. Incapaz de promover regionalmente as inovações que desejava e, possivelmente, cansada de exteriorizar para si mesma o seu poder econômico, abandonou a região. Essa atitude forneceu as condições propícias para o aparecimento de uma nova tendência: uma zona agrícola, onde a classe dominante permanecia ausente, comprometendo a própria dinâmica da sociedade regional, que não conseguia identificar no seu ambiente os verdadeiros proprietários dos meios de produção.

2.3 - A BASE MATERIAL: PRODUÇÃO E COMÉRCIO

As condições em que se fundamenta o poder e a significação social e econômica da burguesia cacauêira estão situadas na tendência crescente que o principal produto da sua atividade - cacau - demonstra durante todo o período da Velha República. A observação é válida para três variáveis verificadas - produção, volume físico e valor real das exportações - devendo-se este último, mais ao incremento das duas primeiras variáveis, do que ao preço real pago pelo produto, o qual apesar de ter conhecido momentos de elevação, não formou uma tendência crescente.

O cacau passou de um papel secundário entre os produtos de exportação do Estado da Bahia até o fim do século XIX, para uma posição de destaque e liderança. A partir do ano de 1904, quando suplantou no valor das exportações os resultados obtidos pelo fumo, assumiu a condição de principal produto baiano de exportação, mantendo essa posição até 1930, último ano que esta proposta de estudo abrange.

Essa realidade contribuiu decisivamente para a ascensão do cacau ao lugar de maior relevo, no que concerne aos recolhimentos aos cofres públicos, através da cobrança de "direitos de exportação", afora a participação em outras rubricas menos significativas como "Serviço Agrônômico", "Estatística" e o recolhimento de 1% sobre o valor da exportação destinado especificamente ao Banco de Crédito da Lavoura da Bahia⁽³²⁾. A receita orçamentária do Estado da Bahia, permanecendo, como foi o caso, estreitamente vinculada ao valor do recolhimento efetuado na cobrança de direitos sobre exportação permaneceu na dependência dos resultados econômicos do produto em questão, os quais marcavam a própria situação financeira do Estado como um todo.

Quando se salienta a tendência crescente tanto do volume exportado quanto do valor conseguido pelo mesmo, não se quer dizer que este crescimento tenha ocorrido sem flutuações, livre de mudanças conjunturais. Como se pode notar nos gráficos onde estão eliminadas as tendências tanto a produção, como o volume e valor da exportação sofrem os efeitos de determinantes que se interpõem e modificam muitas vezes os resultados esperados.

Numa visão panorâmica, pode-se fazer inicialmente referência a acontecimentos tipicamente externos à economia nacional, como foram os casos da Primeira Guerra Mundial (1914/1918) e da crise do capitalismo mundial em 1929, que contribuíram de alguma forma no comportamento do comércio exterior.

Sob outro ângulo se poderia posicionar os efeitos das políticas econômicas dos governos republicanos, com interesse prioritário na cafeicultura, cujos reflexos repercutiam sobre a agricultura em geral, principalmente a de exportação. Nesse bloco poder-se-ia salientar os efeitos produzidos, por exem

plo, pela política de câmbio seguida pelos governos. Os resultados das políticas de contenção entre 1903/1913 e entre 1923 e 1929, tendo como pontos relevantes a instituição da Caixa de Conversões, em 1906, no primeiro caso, e a reforma monetária de 1923 e a instituição da Caixa de Estabilização em 1926, no segundo.

Como se salientou acima, a política nacional no período em análise se confundia com a política do café. As medidas adotadas tinham em primeiro lugar o objetivo de beneficiar a burguesia agrocomercial vinculada a esse produto.

No caso do Estado da Bahia, não se pode afirmar que tenha existido uma participação significativa, muito menos uma hegemonia da burguesia cacaueteira na orientação da política econômica estadual, não estivesse essa última vinculada às deliberações assumidas nacionalmente.

Como se verá no terceiro capítulo, as medidas tomadas, a encampação da problemática cacaueteira como parte decisiva dos próprios problemas econômico-financeiros do Estado, só aparece mais claramente na década de vinte do presente século (33).

No caso do produtor, a sua participação muitas vezes independeu de sua vontade e deliberação. A própria natureza contribuiu de forma apreciável na execução da sua atividade fim. As variações climáticas, enchentes, inundações, falta de chuvas, pragas e moléstias são ocorrências que se repetem no decorrer de uma atividade agrícola. Mesmo quando se fazia referência ao "Abandono da produção de cacau" (34), se cogitava intervir na salvaguarda dos maiores interesses da lavoura, não a partir da melhoria dos serviços agrícolas e/ou da promoção de inovações tecnológicas, mas simplesmente como resposta às pressões externas, baseadas na crítica à qualidade da amêndoa de procedência baiana (35). No caso específico do ano de 1923, por exemplo, se tratava de atender aos critérios da recém constituída Liga Internacional dos Produtores de Cacau que solicitou intervenção do Estado no sentido de que fosse permitido apenas a exportação do produto do tipo "Bahia Superior", que correspon

dia às amêndoas provenientes na sua maioria da safra imediatamente anterior.

Os comerciantes, por seu turno, ao lado de se encontrarem espacialmente melhor posicionados, estabeleceram relações comerciais acentuadamente desiguais com os médios e pequenos produtores, no que foram acompanhados pela elite dessa última fração. Os exemplos são variados dessas práticas que em muitas safras contribuíram para instauração de instantes de inquietação regional, face à sucessiva descapitalização dos produtores. Privilegiados pela posição que se encontravam, souberam tirar proveito das oscilações apresentadas pela demanda, nas variações de preços, nos transportes e nos fretes. Comportaram-se em algumas oportunidades, a se supor da "falta de seriedade dos exportadores" (sic)⁽³⁶⁾, o que significava fraudes cometidas pelos exportadores, nas situações de premência do mercado mundial, que conduziram à perda dos mercados conquistados, tão logo chegava a normalidade.

Dessa forma, alguns dos pecados que se tentava imputar aos produtores, acusando-os de imprevidência no beneficiamento do produto - secagem e fermentação -, da não utilização de envólucro apropriado, da permanência demasiada do produto em armazéns e da mistura de tipos diferentes de amêndoas não era no seu todo procedente.

Muitos dos recursos acima apontados não se constituiram em "especialidade" dos produtores. Ao contrário, alguns deles eram mais apropriados à atividade comercial, como no caso específico da armazenagem, o que possibilitava a formação de estoques, os quais se constituiriam em reservas para ocasiões mais propícias.

Diante desse quadro e tendo em vista as tabelas e gráficos específicos, pode-se fazer algumas inferências, quanto ao comportamento do cacau na economia baiana, através das variáveis produção, volume e valor da exportação comparando-se quando necessário, essa última variável com a correspondente ao total do Estado da Bahia.

2.3.1 - Produção

O caráter duradouro da participação do cacau na pauta de exportação, a crescente contribuição à receita esta dual introduziu uma nova realidade, observada e vivida mais intensamente no sul do Estado, mas que tinha reflexos para o todo.

Regionalmente, ocorreu então um salto, pois de forma rápida a estrutura social e econômica daquela região, per de a sua base material, que se mantinha secularmente baseada na policultura de subsistência. A partir de 1890, os recursos disponíveis terão um só destino: produzir amêndoas de cacau, sempre estimulando-se a expansão da área cultivada, o aumento do volume da produção, num processo desorganizado, mas que possuía uma dinâmica própria, apresentando retornos imediatos e, de certa forma garantidos. A tendência, dentro desse comportamento, foi a constituição de uma região exclusiva para a produção de cacau, fornecendo os contornos da futura atividade monocultora.

A série de produção de cacau da Bahia (Tabela 4, Gráfico 1), período compreendido entre 1900/1930, representa essa expansão da produção, com uma tendência de incremento anual na base de 2.087 t, ocorrendo entretanto durante o período várias oscilações, que determinavam a não obtenção dos valores esperados na produção.

A primeira década desse século correspondeu ao momento em que o cacau deixou de apenas compor a pauta e se converteu no principal produto do comércio exterior baiano. Como já foi indicado anteriormente, correspondeu também ao período de chegada de correntes migratórias procedentes de outras regiões nordestinas e do sertão.

A expansão da produção naquele instante estimulada pela demanda externa, se baseava essencialmente na expansão da área cultivada. Naquele momento, para o qual ainda é permitido dizer, após uma viagem ao sul do Estado, da existência de "grandes extensões de terra inteiramente despovoadas e incultas"⁽³⁷⁾, o fator terra, dada a sua abundância, se apresentava

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE CACAU DA BAHIA

1.900/1 - 1929/30

em t

A N O	Dados Originais		Dados Estimados		Desvios Absolutos		Desvios Relativos
	Bruto em t	Índice 1900/1=100	Bruto em t	Índice $Y(1900/1)=100$	Dados Brutos em t	Índice $Y(1900/1)=100$	
1900/1	11.592	100	9.152	79	2.440	21	26,7
1901/2	13.919	120	11.239	97	2.680	23	23,8
1902/3	17.597	152	13.326	115	4.271	37	32,1
1903/4	14.857	128	15.413	133	- 556	- 5	- 3,6
1904/5	18.316	158	17.500	151	816	7	4,7
1905/6	18.982	164	19.587	169	- 605	- 5	- 3,1
1906/7	22.935	198	21.674	187	1.261	11	5,8
1907/8	25.183	217	23.761	205	1.422	12	6,0
1908/9	27.196	235	25.848	223	1.348	12	5,2
1909/10	29.059	251	27.935	241	1.124	10	4,0
1910/11	27.395	236	30.022	259	- 2.627	-23	- 8,8
1911/12	31.933	275	32.109	277	- 176	- 2	- 0,5
1912/13	23.186	200	34.196	295	-11.010	-95	-32,2
1913/14	36.750	317	36.283	313	467	4	1,3
1914/15	29.253	252	38.370	231	- 9.117	21	-23,8
1915/16	49.191	424	40.457	349	8.734	75	21,6
1916/17	39.189	338	42.544	367	- 3.355	-29	- 7,9
1917/18	48.865	422	42.631	385	4.234	37	9,5
1918/19	47.965	414	46.718	403	1.247	11	2,7
1919/20	39.041	337	48.805	421	- 9.764	-84	-20,0
1920/21	59.616	514	50.892	439	8.724	75	17,1
1921/22	25.834	223	52.979	457	-27.145	-234	-51,2
1922/23	54.724	472	55.066	475	- 342	- 3	- 0,6
1923/24	66.274	572	57.153	493	9.121	79	16,0
1924/25	59.186	511	59.240	511	- 54	0,5	- 0,1
1925/26	68.804	594	61.327	529	7.477	65	-12,2
1926/27	58.964	509	63.414	524	- 4.450	- 15	7,0
1927/28	77.823	671	65.501	565	12.322	106	18,8
1928/29	72.025	621	67.588	583	4.437	38	6,6
1929/30	66.752	576	69.675	601	- 2.923	25	- 4,2

Dados Originais da Comissão de Comércio do Cacau da Bahia. Demais dados são cálculos do Autor.

Dados Estimados: $Y_c = 9152 + X \cdot 2.087$ X origem 1900/1 em-t.

Coefficiente de Variação: $V = 18\%$.

GRAFICO 1: PRODUÇÃO DE CACAU

1900/1 - 1929/30

Em t

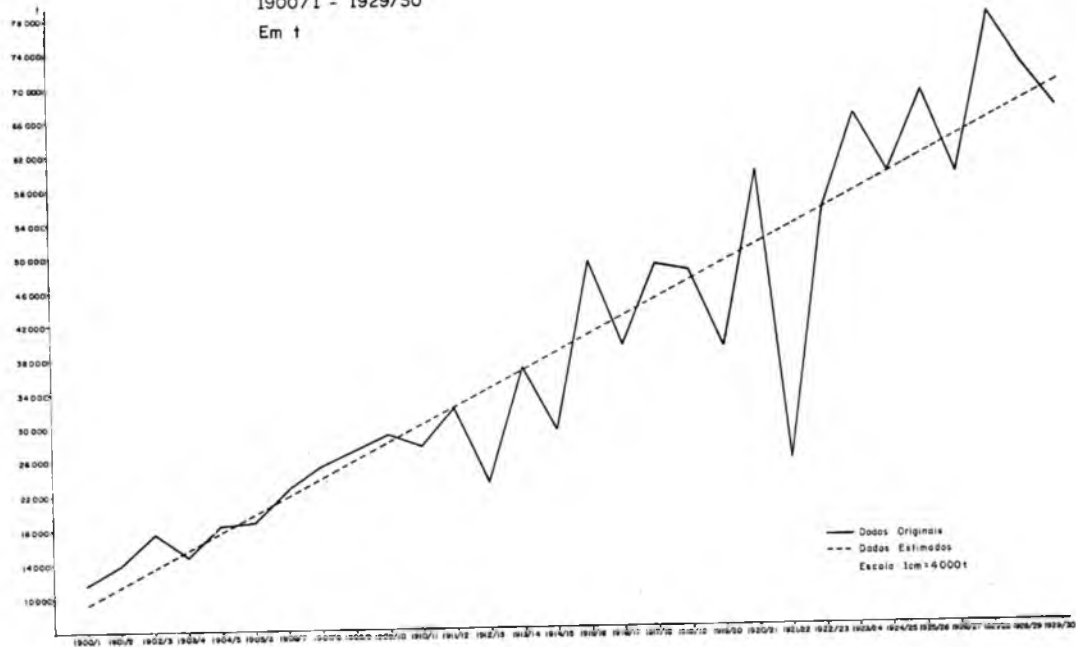
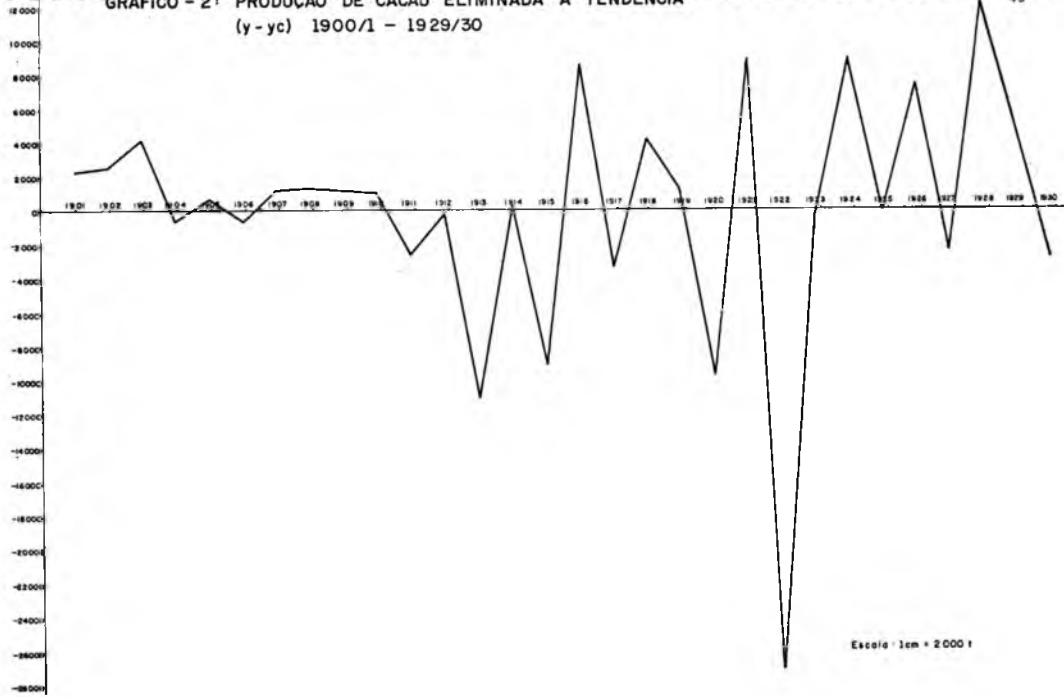


GRÁFICO - 2. PRODUÇÃO DE CACAU ELIMINADA A TENDÊNCIA
(y - yc) 1900/1 - 1929/30



Escala: 1cm = 2000 l

como o elemento decisivo, não só para a produção, como também para a própria fixação dos recém-chegados. A produção se originava dos pequenos cultivos que vinham sendo implantados desde o fim do século anterior, correspondendo também à interiorização da sociedade regional até então, em sua maioria, vinculada ao litoral.

Refletindo essa situação, os desvios verificados, a partir do estudo da série da produção, em geral se situam acima dos valores previstos a longo prazo, salvo, pequenos desvios negativos em 1903/04 e 1905/06. Em compensação, os três primeiros anos da série foram os que apresentaram os três maiores positivos da mesma.

Após a expansão inicial, que não foi acompanhada do necessário desenvolvimento dos serviços agrícolas e orientação ao produtor contra possíveis práticas empíricas, não apropriadas, a produção dá sinais de sofrer o impacto dessa situação. Em 1913 por exemplo, cogitou-se pela primeira vez da realização de estudos que conduzissem ao aumento da produção, principalmente verificando-se as origens das pragas e moléstias que atacavam a lavoura e da indicação de medidas saneadoras⁽³⁸⁾. Para atender a essa necessidade é que chega à Bahia o especialista Leo Zehntner, que se encarrega de elaborar o primeiro trabalho⁽³⁹⁾ que tinha como objeto a cacauicultura e o seu impulso recente na economia baiana.

Por outro lado, nos anos de 1913 e 1914 o excesso de chuvas na região produtora causou sérios problemas à produção. As enchentes dos rios, especialmente o Pardo e o Jequitinhonha, determinaram a quase completa destruição das roças de cacau. Os serviços de transporte foram também prejudicados, não só os da região dependente do transporte fluvial e terrestre, mas a própria Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, o trecho entre aquela primeira cidade e Itabuna ficou completamente paralizado, por causa das inundações⁽⁴⁰⁾.

Reflexo dessa situação foram as baixas observadas, sendo as mais significativas em relação aos valores estimados a longo prazo, as de 1912/13, com menos 11.010 t, ou seja,

apresentando um desvio relativo de menos 32,2% e a do ano 1914/15 com menos 9.117 t, o que equivale a um desvio relativo de menos 23,8%.

No período compreendido entre 1915/16 e 1922/23, nota-se a manifestação de grandes flutuações com valores que oscilam de forma significativa para mais e para menos em relação à tendência da série. Justamente nesse período acontece a maior inflexão, ocorrida em 1921/22.

Os problemas indicados anteriormente logicamente não tiveram imediata solução. Assim é que voltam a se manifestar moléstias e pragas que preocupam os produtores, os quais reivindicam medidas capazes no encontro de soluções duradouras⁽⁴¹⁾. Além do estudioso Leo Zehntner, também o Pe. Camilo Torrend é convidado a depor sobre os problemas fitobotânicos da cacauicultura⁽⁴²⁾.

No decorrer do ano de 1919, novas cheias e destruição das roças voltam a acontecer trazendo, sérios prejuízos para a lavoura.

Outro problema identificado diz respeito à falta de braços, uma questão de fato relevante na época da colheita. Decorria da própria organização social da região, que acarretava uma grande mobilidade da força de trabalho com consequentes quedas cíclicas na oferta de mão de obra para lavoura.

A cacauicultura quando da sua implantação e processo inicial de expansão foi capaz de fixar os imigrantes que chegavam à região. Terminado o processo de desmatamento, escasseando a terra mais apta para expansão da área cultivada, foi em muito reduzida a possibilidade de trabalho permanente.

A exceção acontecia durante a colheita, o que implicava na existência durante as safras de um amplo contingente de mão de obra ocupado. Cessados os motivos, passado o trabalho de colheita, a mão de obra em disponibilidade, quedava marginalizada, sem outra ocupação que lhe permitisse fixar-se na região, uma vez que as fazendas não desenvolveram outras atividades.

des que permitissem a retenção dos trabalhadores na entre safra.

O que se procurava evidenciar é que os reclamos quanto a escassez da oferta de mão de obra, uma constante no reinício das atividades agrícolas, decorreu geralmente da manci ra como se estabeleceu a estrutura de produção no cacau. Na sa fra de 1920, por exemplo, estimada em um milhão de sacas pelos produtores, segundo os mesmos, esse número não foi alcançado pe la falta de braços para a lavoura. Entre janeiro e maio daquele ano são constantes os pedidos para que sejam tomadas providên cias⁽⁴³⁾. O risco de não realizar a colheita, colocava em pâni co os produtores que pediam "braços cearenses, flagelados pelas secas" ou que o governo "deveria colocar na lavoura a grande massa da população que a nada se dedica porque assim estaria reprimindo a vagabundagem". Na ocasião, carta do Presidente da Associação dos Agricultores de Cacau ao Jornal "A Tarde", con clamava a ação da imprensa na divulgação da oferta de trabalho na zona agrícola do cacau, sendo concedidas aos interessados pas sagens gratuitas de segunda classe para os portos de Ilhéus, Canavieiras e Belmonte.

Entre os meses de setembro e outubro de 1924, vol tam os reclamos, sendo o problema objeto de análise por parte da Sociedade Bahiana de Agricultura, a qual inicialmente atri buía o evento ao deslocamento de sertanejos para outras para gens⁽⁴⁴⁾, mas também recomendava ao governo do Estado medidas para facilitar o desenvolvimento da policultura no sul do Esta do. Mais importante todavia, foi a recomendação aos fazendeiros para que "oferecessem no seu próprio interesse aos seus auxilia res melhor remuneração e outros elementos do seu bem estar, de modo a atraí-los e fixá-los no lugar". Os pontos mais importan tes do "conselho" eram os seguintes⁽⁴⁵⁾: construção de casas hi giências, oferta de alimentos em bom estado de conservação e a preço de custo, condições de lazer na fuzenda e educação para os filhos dos trabalhadores.

Já se chamou atenção inclusive, para o caráter nô made⁽⁴⁶⁾ do trabalhador do cacau, apresentando-se como determi

nantes: a) o salário agrícola que não fazia face ao elevado custo da fazenda; b) falta de uniformidade do salário; c) precárias condições de trabalho e moradia; e d) risco de dispensa em massa nas crises de quaisquer natureza. Além desses motivos poder-se-ia acrescentar ainda a ausência de escolas e de assistência médica.

Para o período em estudo, observa-se que as instalações para o beneficiamento de cacau, estufa e armazém, mereciam um melhor cuidado do que a própria casa do fazendeiro. Em geral, explica-se essa ocorrência pelo absenteísmo do proprietário⁽⁴⁷⁾. Entretanto, esta ausência é um fenômeno posterior e específico da minoria composta pelos grandes proprietários. Na fase de expansão e instalação da monocultura, o proprietário, mesmo os maiores, estava presente sendo as disputas pela posse da terra, os "caxixes", e jagunços evidências dessa marcante interferência. A origem social e geográfica dos grandes proprietários então, parece ser o indicador mais consistente para a pobreza das fazendas de cacau.

Não estava de acordo com a realidade, reivindicar ao proprietário da fazenda que concedesse ao trabalhador do lazer e divertimento, se o próprio fazendeiro se privava dessas necessidades, concentrando todos os recursos na expansão das posses e na plantação de novas roças.

Quanto à alimentação, repete-se o mesmo fenômeno. Os próprios fazendeiros consomem uma dieta alimentar pobre, o que muito se deve ao caráter monocultor da organização agrícola. Se preferia importar a produzir, sendo que apenas uns poucos, tanto nas fazendas como nas cidades, podiam pagar o elevado preço dos artigos importados. A consulta à pauta de importações do Porto de Ilhéus a partir de 1926⁽⁴⁸⁾ mostra a elevada participação percentual dos gêneros alimentícios na mesma, especialmente bacalhau e xarque, chegando em alguns anos a participar com cerca de 70% do total do valor das mercadorias.

São estes artigos que constituirão basicamente os produtos à disposição no "barracão", acrescentando-se especificamente para o trabalhador feijão e farinha de mandioca, ambos

produzidos fora da região. A aquisição da carne verde pelo trabalhador era considerada um luxo e o leite uma exclusividade do proprietário⁽⁴⁹⁾.

Curioso é que, vizinha a região cacauceira, estava se constituindo a região pastoril do Estado, em torno dos atuais municípios de Vitória da Conquista e Itapetinga e inexistem in formações quanto a ocorrência de relações comerciais sistemáticas entre as citadas regiões. Ao contrário, o pioneiro do intercâmbio teria sido José Krucheswsky⁽⁵⁰⁾, que demorava cerca de vinte e três dias para realizar o percurso, estando sempre acompanhado "do seu pessoal de repetição para a travessia", devido a insegurança e ameaças durante o trajeto, desestimulando a in tensificação dos negócios.

Assim, inexistindo uma agricultura de alimentos, na própria região, sendo difícil o intercâmbio interregional de produtos agrícolas, o quadro que se forma é de uma permanente situação de crise, em função dos elevados preços dos gêneros alimentícios e da especulação devido a escassez quando acontecem dificuldades nos transportes, por exemplo.

O maior ônus contudo, recaiu sobre os trabalhadores, que viram acentuar-se o grau de dependência em relação ao fazendeiro, o qual termina por se apropriar dessa fonte adicional de renda, concretizada através do "crédito" no barracão e justificada pelo isolamento da fazenda e pela dificuldade de transporte entre o litoral e a unidade de produção. A abertura de estradas e a diversificação dos transportes em geral, iniciada no decorrer dos anos vinte, não conseguiu alterar significativamente essa estrutura, o que também pode ser observado através do lento desenvolvimento dos pequenos "comércios", que custaram a se transformar em unidades autônomas⁽⁵¹⁾.

Uma outra variável importante além da mão de obra, diz respeito ao fato de que a produção baiana não era a única a ser oferecida no mercado. A também crescente produção de origem africana, indicava a urgência de medidas que adequassem a oferta do cacau baiano à demanda, o que de fato não veio a ocorrer até 1930.

Era evidente porém, que essa necessidade significava uma espécie de intervencionismo, o qual nem era uma meta da burguesia cacauífera, que mal começava a expandir-se, nem essa fração de classe estava de posse dos meios e condições que a isso conduziisse.

Durante o período da 1.ª Guerra Mundial (1914/18), um acontecimento considerado de grande efeito para as economias exportadoras, a produção de cacau parece não ter sentido reflexos imediatos. A incerteza quanto à possibilidade de venda, face a escassez de transportes para os países consumidores deve ter se constituído no receio maior dos produtores.

Assim é que a safra de 1915/16 se constituiu num dos momentos de alta, com mais 8.734 t, que o estimado, ao contrário dos instantes de baixa conhecidos no pós-guerra, quando em 1919/20 constata-se um resultado inferior em 9.764 t ao esperado e 1921/22 quando observa-se expressivas 27.145 t a menos do estimado.

Quanto a esse último evento específico é bom notar que desde o início de 1921, o então governador J. J. Seabra chamava atenção para as condições desfavoráveis da safra que se avizinhava⁽⁵²⁾. No decorrer do ano de 1922 se apresentaria intensa a correspondência entre o citado governador e o Presidente Eptácio Pessoa. O objetivo era a criação junto ao Banco do Brasil de uma carteira de crédito para o cacau⁽⁵³⁾. A renegociação das dívidas dos cacauicultores com aquela instituição financeira, ao lado da concessão de novos financiamentos seriam os motivos para instituição da carteira.

A análise da série de preços deflacionados da exportação de cacau indica para o ano de 1919 o pagamento de cerca de 90 libras por tonelada. Nos anos subsequentes, ocorreram reduções e em 1921 o valor pago foi em média de 39 libras por tonelada. Essa queda brusca em dois anos apenas contribuiu para desarticular as relações comerciais, logicamente afetando a produção. O término da guerra trouxe consigo além da euforia pela normalização dos transportes e retorno dos tradicionais compradores, determinando instantes de grande especulação, onde as re

lações entre produtores e comerciantes se tornaram tensas, principalmente após os resultados econômicos - como se pode ver na série valor das exportações - do ano de 1919⁽⁵⁴⁾.

Dessa maneira, no caso específico dos anos pós-guerra, além de problemas edafoclimáticos, pragas e moléstias, o cacau ingressa numa nova era, onde se manifestava de forma mais clara a natureza especulativa do seu comércio, causando se guidos transtornos a uma ampla faixa de produtores.

Por outro lado, os anos 20 desse século correspondem a um momento quando já estão lançadas as condições fundamentais para a criação da monocultura do cacau. A própria estrutura da produção se apresentava modificada. As incertezas e oscilações já tinham retirado de vários, a condição de se autodenominarem "fazendeiros do cacau". A concentração da posse da terra já era uma realidade irreversível, e para tanto se fez uso dos mais variados processos e os agentes promotores, como foi visto, tanto foram de origem comercial, como ligados à atividade produtiva.

Os valores da produção nesse período, apesar das oscilações anuais - certamente ainda vinculada às intempéries - apresentaram uma tendência claramente para alta, com valores situados acima dos estimados, destacando-se 1927/28 com 12.322 t a mais do que o estimado, ou seja, um desvio relativo de mais 18,8%.

Estavam lançadas as condições para o desenvolvimento do cacau, a partir daquele instante, em novas bases. A concentração da posse significou mais poder para um pequeno grupo. A cacauicultura não podia continuar - a realidade assim indicava - governada pelos seus recursos exclusivos, acentuadamente de origem particular. Fazia-se necessário o estabelecimento de políticas mais amplas, a criação de organismos modernos e dinâmicos.

Nesse sentido se encontram as medidas sugeridas pelo Sindicato dos Agricultores de Cacau ao governador Góes Calmon (1924/1928), que além de indicarem soluções inovadoras como a criação da Bolsa de Mercadorias e da modernização dos servi

ços de Estatística, sugerem da importância da criação de um Instituto do Cacau, como uma necessidade de todo Estado⁽⁵⁵⁾.

A resposta ao pedido principal não foi imediata. Mas era uma exigência real, tanto assim que passados seis anos ela aparece, se constituindo como primeira medida de caráter abrangente para a lavoura cacaueteira, conseguida via Estado.

Nos anos vinte observou-se a manifestação simultânea de problemas decorrentes do descompasso entre oferta e procura e o aparecimento no cenário estadual de uma classe social-burguesia cacaueteira - forte economicamente e aspirando um lugar, ocupar um espaço político dentro do aparelho do Estado.

Quanto a primeira questão, o ponto central estava na transformação da cacauicultura em atividade monocultora, capaz de ter concentrado os recursos, a auto prazo, em mãos de poucos.

A comprovada capacidade de atrofiamento, comum às monoculturas em geral, foi sentida inclusive pelo setor de subsistência, passando as necessidades da população a serem supridas por artigos importados de outras regiões brasileiras e até do exterior. Como consequência, observou-se uma nova sangria da renda regional, pela evasão, através da compra de gêneros alimentícios e bens de consumo em geral. A exclusividade do cacau impediu que o sul da Bahia produzisse gêneros para os quais estava apta a fazê-lo, sem prejuízo da sua principal lavoura.

Por outro lado, o correto entendimento por parte dos produtores de que a apropriação do excedente ocorria na circulação, forneceram regionalmente as condições para a adoção de mecanismos de dominação social e política representadas por diferentes práticas: o coronelismo, a meação, a parceria, o colono e o "barracão"⁽⁵⁶⁾. A presença desse último, que entre outras finalidades tinha o objetivo de tornar mais duradouro o vínculo do trabalhador com a fazenda, viabilizou uma reduzida monetarização nas relações de troca, estreitando, fora de dúvida, a dependência.

Colocadas essas questões pode-se inferir o grau de profundidade de certas consequências decorrentes do caráter autoritário da dominação com reflexos generalizados.

Na ausência de outras atividades produtivas de maior porte que funcionassem como fator de equilíbrio, principalmente nas fases menos prósperas do cacau e, face também ao crescimento da produção nos países concorrentes, a região caucuoira baiana constituiu sua estrutura de forma vulnerável, conhecendo períodos de instabilidade econômica.

A exclusividade para o cacau concretizada em linhas gerais entre 1920/30 trouxe consigo transtornos sociais graves, o que se acentuava em função da ausência de alternativas situadas nas cidades regionais, especialmente Ilhéus e Itabuna⁽⁵⁷⁾.

As mudanças ocorridas, possibilitaram a que nessa última década não se percebesse mais os sinais da época da frente pioneira, quando referindo-se as origens do Arraial das Tabocas, atual cidade de Itabuna, Manoel Bonfim Fogueira⁽⁵⁸⁾ depõe sobre os pioneiros, em geral ilheenses, sertanejos e sergipanos, que chegavam com o objetivo de plantar cacau atraídos pela fertilidade da terra. Esclarece que na sua maioria chegaram no decorrer da administração do governador José Marcelino (1904/1908), o qual em virtude da situação crítica do Estado de Sergipe, autorizou o fornecimento de transporte marítimo gratuito por parte da Navegação Baiana.

Se no citado depoimento alguns desses pioneiros, passados alguns anos, são considerados afortunados, ricos que "foram morar nas capitais, em nada beneficiando esta cidade"⁽⁵⁹⁾, é possível supor, no entanto, que o processo de enriquecimento não implicou em afastamento imediato da região produtora. Nos primeiros trinta anos certamente, os produtores, mesmo os mais ricos, se constituíram em elementos fundamentais da estrutura da sociedade caucuoira, como se observará no próximo capítulo.

Certamente, a origem humilde, modesta e o encontro da primeira oportunidade de enriquecimento devem ter marcado es

ses produtores por algum tempo. Por outro lado, é bom considerar que o caráter comparativo que se tenta fazer entre as propriedades canvieira e cacueira não tem sentido, a não ser que se tente partir exatamente do estudo das origens sociais dos proprietários. Observar a fazenda de cacau com os olhos voltados para a ostentação e o luxo da sociedade canvieira do Recôncavo, significa, entre outras coisas, desconhecer o caráter específico das frentes pioneiras, a condição de certa forma livre das fronteiras agrícolas.

A timidez contudo, foi uma manifestação, um comportamento inicial, sendo que muitos dos coronéis já na segunda década do presente século, já davam mostras do que posteriormente viria a se constituir em tendência e mesmo o comum. O gosto pelo supérfluo, a divulgação dos dados da riqueza pessoal, a transferência da renda regional para investimentos urbanos, culminando com o abandono da região por parte da sua elite social e política.

Se o primeiro problema estava limitado ao âmbito da burguesia cacueira e decorria da própria organização da produção qua a mesma promovia e sustentava, o segundo, se apresentava mais resistente. Não bastou consolidar a hegemonia econômica para garantir automaticamente um espaço político. O alcance desse último seria um processo mais demorado, como mostram os lances das disputas entre as frações de classe dominante do Estado depois de 1950.

Finalmente, tocando a produção, vale a pena considerar o fato de que o progresso do cacau foi mais patente a nível da expansão da produção do que da sua rentabilidade. Os preços reais cresceram a nível inferior ao volume físico da exportação⁽⁶⁰⁾, e a produção baiana concorrendo com a originária das colônias africanas, sendo essa última "protegida" pelas nações industrializadas e colonizadas, tornou-se mais vulnerável às oscilações de mercado e as diversas crises conjunturais.

Apesar de tudo, para a totalidade da economia estadual, o segmento cacueiro representou uma possibilidade concreta de recuperação, um novo estímulo para a "vocalização agrícola"

nacional. Do mesmo modo, não se pode por em discussão a representatividade, ou melhor, o poder regional que era detido pela burguesia cacauceira. Como pode ser visto no Capítulo III, a questão que se apresentava era a forma de como ampliar, fazer sentir no Estado da Bahia, que pelo menos um segmento da sociedade estadual apresentava-se vivo, economicamente integrado ao antigo modelo exportador de gêneros agrícolas, inserido no padrão da divisão internacional do trabalho e adaptado às mudanças ocorridas nas relações de produção.

Para a economia e sociedade agroexportadora do Estado essa era a grande novidade. Pela primeira vez, na história econômica do Estado, apresentava-se de forma consistente e dura doura uma alternativa agrícola, segundo as formas tradicionais de produção e comércio em função da demanda externa, situada fora da área de controle da classe dominante instalada na capital e no Recôncavo.

2.3.2 - Comércio

No período estudado é evidente a correlação entre os valores obtidos pela exportação de cacau com os valores realizados pela exportação da Bahia (Gráfico 5). Essa última variável oscila de acordo com a primeira, apresentando-se este fenômeno de forma permanente e acentuada.

Nos anos iniciais, quando o cacau ainda não tinha se firmado de todo, a participação desse produto está situado acima de 20%, sendo no entanto o menor valor observado entre 1900 e 1930. No geral, o cacau contribuiu com aproximadamente 40% do valor total das exportações baianas na primeira república, alcançando em 1927, o momento mais expressivo quando atingiu uma participação percentual de 53,5%.

Na Velha República, enquanto a exportação de cacau cresceu a um valor estimado de 84.000 libras por ano, a exportação da Bahia o fez com uma cifra em torno de 168.000 libras, o que vale dizer que o cacau foi responsável pela metade do incremento observado no crescimento da exportação do Estado, quanto ao valor.

TABELA 5 - EXPORTAÇÃO DE CACAU (AMENDÓAS) DA BAHIA

LONGO CURSO - VOLUME

1901 - 1930

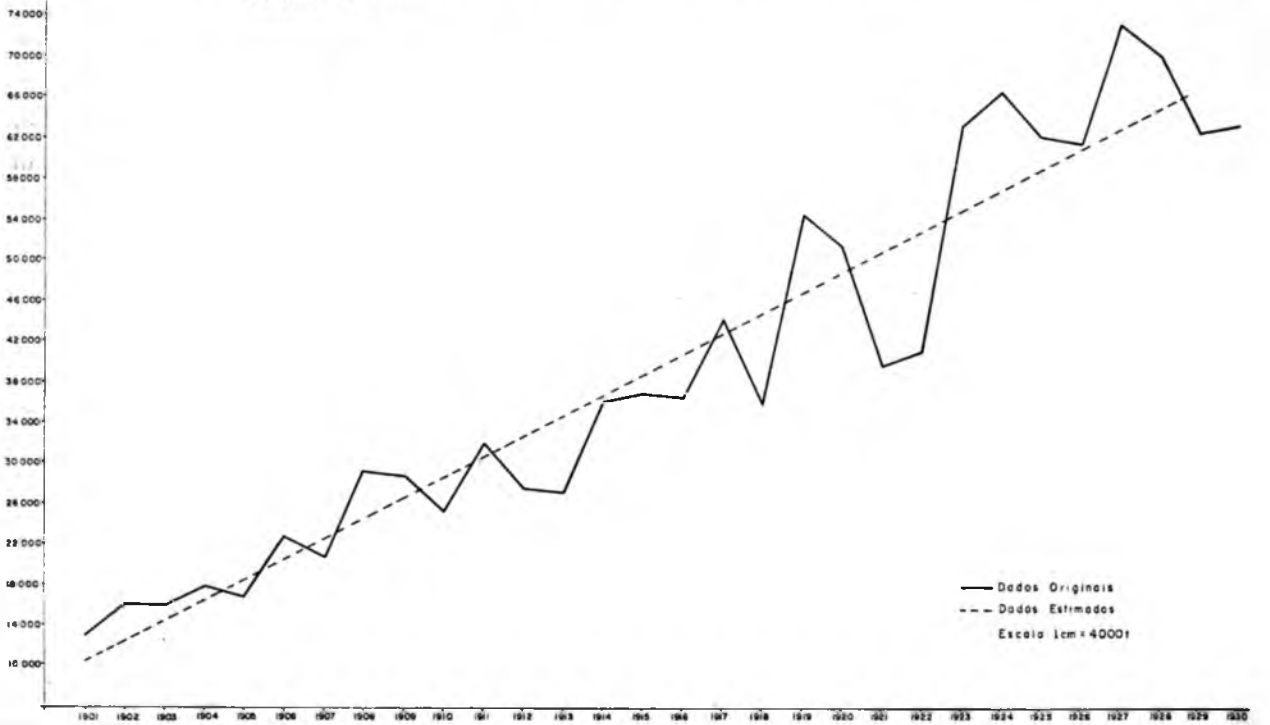
ANO	Dados Originais		Dados Estimados		Desvios Absolutos		Variação Relativa %
	Bruto em t	Índice 1901=100	Bruto em t	Índice $\gamma(1901)=100$	Bruto em t	Índice $\gamma(1900)=100$	
1901	13.290	100	10.500	79	2.790	21	26,6
1902	16.197	122	12.537	94	3.623	28	28,9
1903	15.917	120	14.574	110	1.343	10	9,2
1904	18.018	136	16.611	125	1.407	11	8,5
1905	16.879	127	18.648	140	- 1.769	- 13	- 7,5
1906	22.964	173	20.685	156	2.279	17	11,0
1907	20.847	157	22.722	171	- 1.875	- 14	- 8,3
1908	29.384	221	24.159	186	4.625	35	18,7
1909	28.864	217	26.796	201	2.068	16	7,7
1910	25.377	191	28.833	217	- 3.456	- 26	- 12,0
1911	32.261	243	30.870	232	1.391	11	4,5
1912	27.782	209	32.907	248	- 5.125	- 39	- 15,6
1913	27.377	206	34.944	263	- 7.567	- 57	- 21,7
1914	36.345	273	36.981	278	- 636	- 5	- 1,7
1915	37.125	279	39.018	294	- 1.893	- 15	- 4,9
1916	36.723	276	41.055	309	- 4.332	- 33	- 10,6
1917	44.537	335	43.092	324	1.445	11	3,4
1918	36.115	272	45.129	339	- 9.014	- 67	- 20,0
1919	54.854	413	47.166	355	7.688	58	16,3
1920	51.577	388	49.203	370	2.374	18	4,8
1921	39.948	301	51.240	385	-11.292	- 84	- 22,0
1922	41.422	312	53.277	401	-11.855	- 89	- 22,3
1923	63.552	478	55.314	416	8.238	62	14,9
1924	66.946	504	57.351	431	9.595	73	16,7
1925	62.715	472	59.388	447	3.327	25	5,6
1926	62.055	417	61.425	462	630	5	1,0
1927	73.762	555	63.462	477	10.300	78	16,2
1928	70.903	534	65.499	492	5.404	42	8,3
1929	63.204	476	67.536	508	- 4.332	- 32	- 6,4
1930	64.167	483	69.573	523	- 5.406	- 40	- 7,8

NOTA: Dados Originais, Brutos; Ministério da Fazenda, Diretoria de Estatística Comercial - Serviço de Informações Econômico-Fiscais. Demais dados são cálculo do Autor.

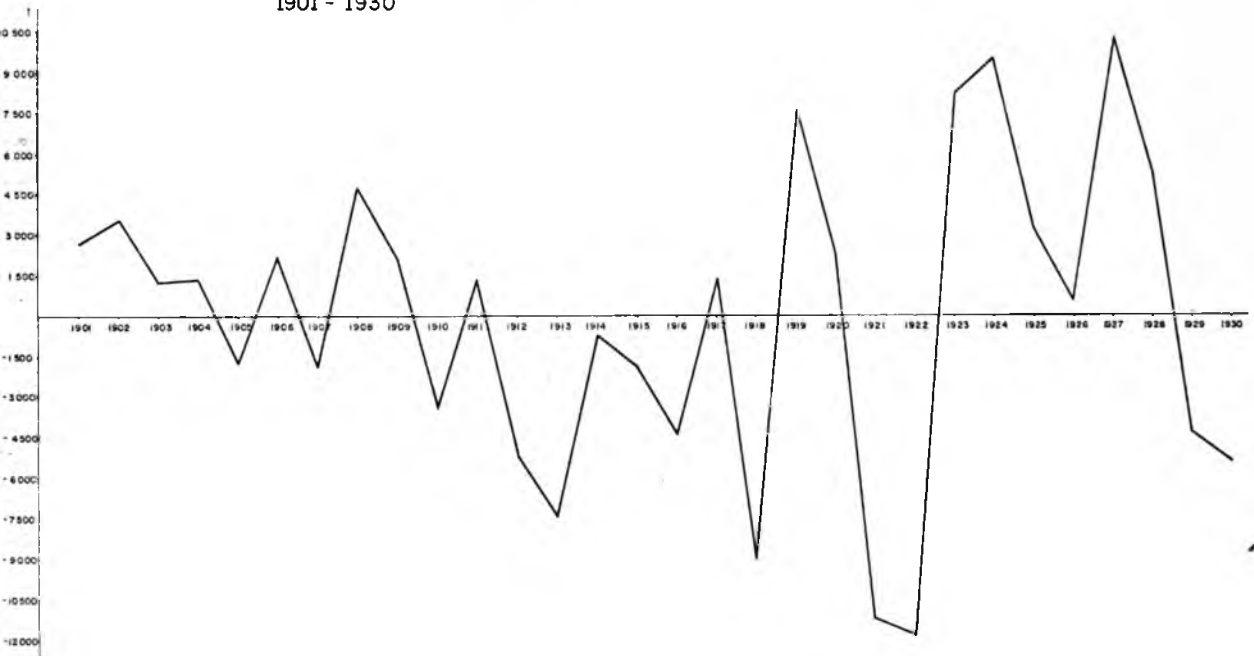
Dados Estimados: $Y_e = 10.500 + 2037 X$ Origem 1901 em t.

Coefficientes de Variação: $V = 14\%$.

Volume Em t



ELIMADA A TENDÊNCIA (y - yc) 1901 - 1930



ESCALA - 1cm = 1500

Por sua vez, o volume de exportação de cacau, apresentou uma tendência crescente, com base num valor estimado anual situado em 2.037 t.

Especificamente ao volume exportado é notável a semelhança entre o seu comportamento e o do volume da produção. Por essa quase superposição, pode-se concluir que o setor produtivo sempre se vinculou às oscilações da demanda, o que, ao mesmo tempo que se constituía em estímulo, determinava as crises conjunturais quando não atendia às expectativas.

Entre 1901 e 1918 o comércio exportador de cacau apresentou-se relativamente livre de interferência, principalmente as motivadas pela concorrência de outras regiões produtoras.

Esse período correspondeu à expansão do volume físico exportado, quando os países consumidores demonstravam uma constante capacidade e necessidade de compra de cacau.

Por outro lado, a concorrência provocada pela produção africana não se fazia sentir ainda em toda sua plenitude. O ano de 1911 é que marca a primeira grande presença dessa produção no mercado, quando a atual Ghana exporta 40.000 t de cacau, o que vale dizer, equivalente a 17% das exportações mundiais, que totalizaram 242.000 t⁽⁶¹⁾.

Esse período apresentou como características a adoção de política de contenção por parte do governo brasileiro, o que se refletiu sobre toda economia de exportação. A própria taxa de câmbio que vinha se valorizando, a partir de 1903, conhecendo uma elevação de 25% entre 1905/1906, com a criação da Caixa de Conversão nesse último ano, atravessou até o ano de 1914 um período de relativa estabilidade.

Quanto aos preços, após experimentar uma conjuntura da ascensão entre 1902 e 1907, quando alcançou o valor de 83 libras por tonelada, apenas inferior ao excepcional ano de 1919, conheceu uma queda até 1909, quando se estabilizou até 1914 em torno de 50 libras por tonelada.

O volume embarcado apresentou um resultado acima do esperado até 1909 (quando a produção também se mostrou crescente), experimentando um período de baixa até 1914, por motivos explicados quando se analisou a produção, aliado ao aumento da concorrência externa.

Naquele ano, já se chamava atenção para o momento crítico que o Estado atravessava, face aos resultados pouco animadores da exportação. A causa era identificada como devido a inapetência dos comerciantes baianos em penetrarem na especulação mercantil, "a alma e a vida de todo comércio"⁽⁶²⁾.

A questão central de então é que o Estado, embora considerado como de vocação policultora, não conseguia através da sua pauta de comércio exterior recursos necessários, ou melhor, as cifras que o grupo dirigente necessitava para o desempenho das suas funções. As causas eram menos de origem comercial, e mais em função da própria estrutura econômica do Estado, com poucas alternativas para enfrentar as inflexões do comércio exterior.

Quanto aos anos de guerra, ao contrário, do que se poderia supor, não representara um momento de catástrofe comercial. O comportamento da exportação se mostrou próximo à tendência, sendo que para o Estado da Bahia nota-se o caráter ascendente da curva, a partir de 1914.

Entre os anos de 1917 e 1918 é que se pode constatar a minifestação de determinados problemas, como foi o caso da falta de transportes, a elevação do frete, deterioração do produto armazenado, suspensão de compras pelos exportadores, etc.

A dificuldade de transportes se fazia sentir principalmente para os deslocamentos com destino à Europa, o que contribuiu para a crescente participação dos Estados Unidos, que consolidaria sua posição de maior comprador de cacau do Brasil.

As medidas de represália do governo inglês, boicoteando as exportações das firmas comerciais, cujos sócios eram de

TABELA 6 - EXPORTAÇÃO DE CACAU (AMENDÓAS) DA BAHIA
LONGO CURSO - VALOR

ANO	Dados Brutos em Contos de Réis	Dados Originais		Dados Estimados		Desvios Absolutos		Desvios Relativos %
		Brutos: Y em £:1.000	Índice 1901=100	Brutos em £:1.000	Índice Y(1901)=100	Brutos em £:1.000	Índice Y(1901)=100	
1900	15.352	721	100	785	109	- 64	- 9	- 8
1901	13.704	675	94	869	121	- 194	- 27	- 22
1902	15.120	649	104	953	132	- 204	- 28	- 21
1903	16.739	845	117	1.037	144	- 192	- 27	- 19
1904	13.232	868	120	1.121	155	- 253	- 35	- 23
1905	19.159	1.280	178	1.205	167	75	10	6
1906	27.393	1.721	239	1.289	189	432	60	34
1907	28.448	1.780	247	1.373	190	407	56	30
1908	21.781	1.363	189	1.457	202	- 94	- 13	- 6
1909	18.124	1.214	168	1.541	214	- 327	- 45	- 21
1910	22.789	1.515	210	1.625	225	- 110	- 15	- 7
1911	20.895	1.393	193	1.709	237	- 316	- 44	- 18
1912	22.071	1.467	203	1.793	249	- 326	- 45	- 18
1913	27.810	1.698	236	1.877	260	- 179	- 25	- 10
1914	47.537	2.467	342	1.961	272	506	70	26
1915	41.754	2.080	288	2.045	284	35	5	2
1916	37.495	1.985	275	2.129	295	- 144	- 20	- 7
1917	34.840	1.869	259	2.213	307	- 344	- 48	- 16
1918	82.659	4.956	687	2.297	319	2.659	369	116
1919	61.525	3.702	513	2.381	330	1.321	183	55
1920	44.863	1.548	215	2.465	342	- 917	- 127	- 37
1921	63.286	1.891	262	2.549	354	- 658	- 91	- 26
1922	90.572	2.024	281	2.633	365	- 609	- 84	- 23
1923	94.882	2.347	326	2.717	377	- 370	- 51	- 14
1924	96.266	2.444	339	2.801	388	357	50	13
1925	101.783	3.028	420	2.885	400	143	20	5
1926	183.003	4.456	618	2.969	412	1.487	206	50
1927	145.488	3.572	495	3.053	423	- 519	72	17
1928	101.114	2.465	342	3.137	435	- 672	- 93	- 21
1929	87.630	1.977	274	3.221	447	- 1.244	- 175	- 39

Dados Brutos em Contos de Réis: Ministério da Fazenda. Diretoria de Estatística Comercial - Serviço de Informações Econômico Fiscais.

Demais dados são cálculos do Autor:

Dados Estimados: $Y_c = 785 + 84 X$ origem 1901 em £:1000

Coefficientes de Variação: 57%

EXPORTAÇÃO TOTAL DE CACAU DA BAHIA - LONGO CURSO

1901 - 1930

Valor em 1000 £

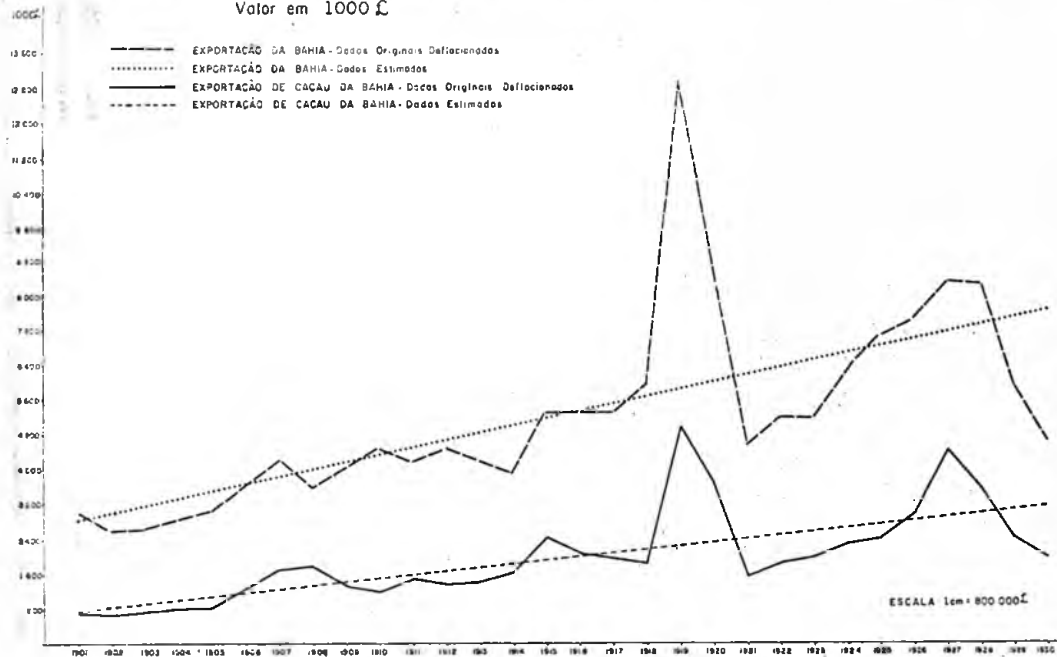
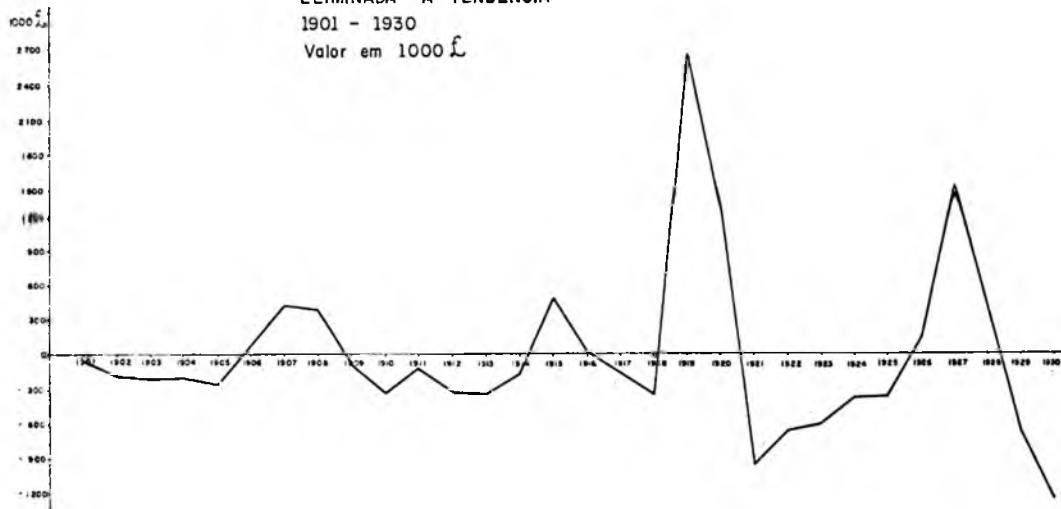


GRÁFICO - 6 : EXPORTAÇÃO DE CACAU (amendoas) DA BAHIA
ELIMINADA A TENDÊNCIA
1901 - 1930
Valor em 1000 £



ESCALA 1cm = 300 000 £

TABELA 7
 COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA - EXPORTAÇÃO
 VALOR
 1901-1930

A N O	Valor Bru to em Con tos de Rês	Vadres Origi nais		Valores Estima dos		Desvios Abso lutos		Desvios Relati vos %
		Bruto em £:100	Índice 1901=100	Bruto em £:1000	Índice 1901=100	Bruto em £:1000	Índice 1901=100	
1901	65.459	3003	100	2.840	92	233	8	8
1902	52.422	2650	84	3.008	98	-418	-14	-14
1903	53.246	2608	85	3.176	103	-538	-18	-17
1904	57.193	2805	94	3.344	109	-458	-15	-14
1905	46.076	3101	98	3.512	114	-488	-16	-14
1906	55.530	3709	121	3.680	120	29	1	0
1907	67.795	4229	139	3.848	125	411	14	11
1908	58.062	3667	118	4.016	131	-383	-13	-10
1909	65.420	4105	133	4.184	136	-91	-3	-2
1910	67.308	4550	147	4.352	142	157	5	4
1911	62.781	4615	136	4.520	147	-347	-11	-7
1912	67.772	4535	147	4.688	153	-170	-6	-4
1913	61.812	4619	134	4.856	158	-747	24	-15
1914	64.578	3194	128	5.024	163	-1.080	-35	-21
1915	102.199	5735	173	5.192	169	111	4	2
1916	106.468	5735	173	5.360	174	-57	-1	0
1917	102.599	5742	177	5.528	180	-97	-3	-2
1918	111.253	5792	194	5.696	185	272	9	5
1919	216.932	13100	423	5.864	191	7.143	232	121
1920	147.403	8777	285	6.032	196	2.715	89	45
1921	133.922	4700	150	6.200	202	-1.579	-52	-26
1922	174.722	5720	170	6.368	207	-1.147	-37	-18
1923	233.286	5725	170	6.536	213	-1.311	-43	-20
1924	255.978	6757	206	6.704	218	-371	-12	-6
1925	281.078	7117	232	6.872	224	265	8	4
1926	250.408	7145	242	7.040	229	410	13	6
1927	342.220	8735	271	7.208	235	1.125	36	15
1928	538.740	8734	271	7.376	240	938	31	13
1929	249.113	6105	198	7.544	245	-1.470	-47	-19
1930	205.832	4.65	151	7.712	251	-3.069	-100	-40

FONTE: Dados Brutos em Contos de Rês: Ministério da Fazenda - Diretoria de Estatística Comercial - Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

Demais Dados são Cálculos do Autor:

$$Y = 2.840 + 168 X \quad \text{- Origem em } \text{£}:1000$$

Coeficiente de variação. V = 31%

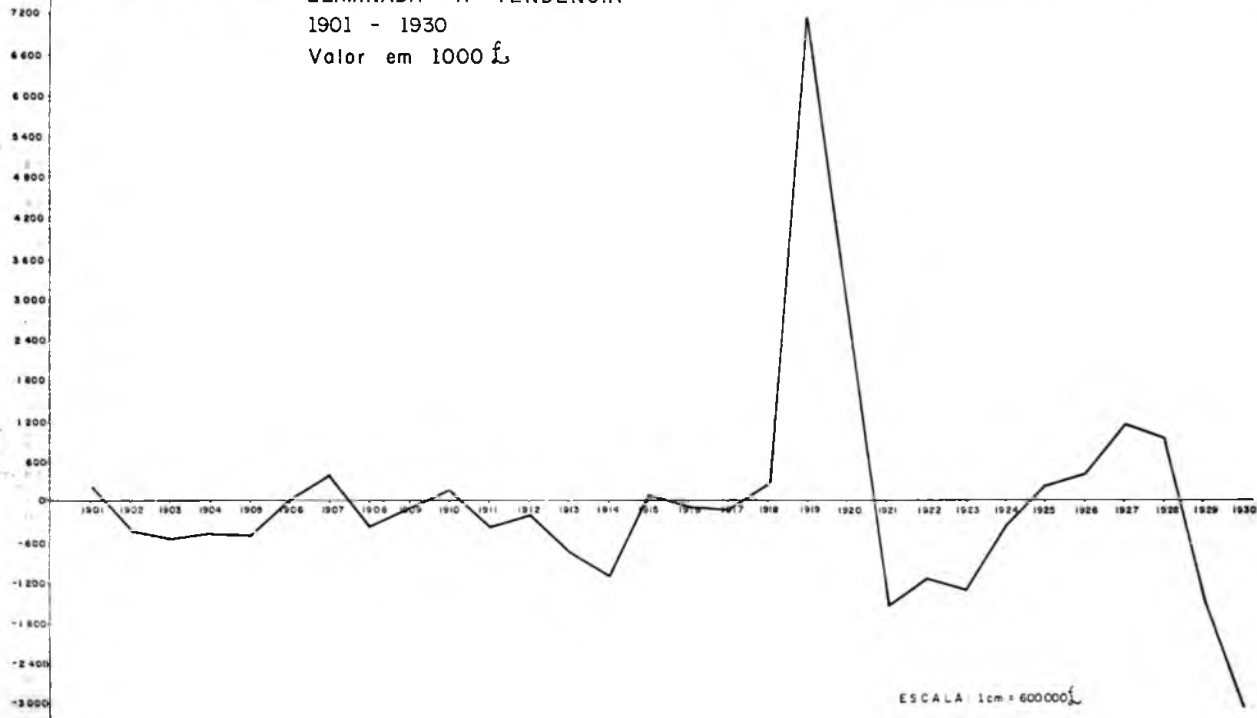
GRAFICO 7

EXPORTAÇÃO DA BAHIA - LONGO CURSO

ELIMINADA A TENDÊNCIA

1901 - 1930

Valor em 1000 £



ESCALA: 1cm = 600000 £

origem alemã, não parece ter resultado em maiores entraves. No caso do cacau, por exemplo, estariam listadas Rehrmann & Comp., Westphalen Bach & Cia. e Wildberger & Cia., as quais estavam entre as maiores exportadoras de cacau⁽⁶³⁾, os quais não exteriorizaram qualquer sinal de crise.

O primeiro ano posterior a guerra, no entanto, apresentaria o mais forte incremento da série, no que tange a preço e valor da exportação.

A explicação para tal evento está diretamente relacionada com a regularização dos transportes e a política de formação de estoques por parte de consumidores. Os reflexos dessa nova realidade se fizeram sentir não só no mencionado ano, como também em 1920.

Este momento favorável logicamente não durou muito e a partir do início da década de vinte, os valores de exportação passaram a oscilar intensamente e uma conjugação de fatores contribuíram na formação desse quadro, muito embora possa ser considerado um período, especialmente quanto ao volume físico exportado, de obtenção de grandes resultados.

Saliente-se que os problemas registrados no comércio, causavam impactos sobre a produção, conforme foi mostrado quando se analisou a produção, a qual conheceu na última década objeto desse estudo sucessivos percalços.

Nessa conjuntura desfavorável, a especulação passou a ser uma constante. O pico dos anos 1919 e 1920 criou a falsa impressão de que preços e demanda permaneceriam em alta permanente. Assim, ao aumento da safra para atender a essa possível procura crescente, correspondia um aumento e sofisticação de relações comerciais danosas aos médios e pequenos produtores. Surgiram os tempos da pressão baixista, da suspensão das compras para por fim aos estoques, das compras antecipadas por dez meses, etc.

Os Estados Unidos como maior consumidor do cacau brasileiro começaram a interferir de forma mais decisiva no inter

TABELA 8
 PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA EXPORTAÇÃO DE CACAU EM
 RELAÇÃO AO VALOR DA EXPORTAÇÃO DA BAHIA
 1901-1930

A N O	%	Ano	%	Ano	%
1901	23,4	1911	36,3	1921	33,5
1902	30,0	1912	30,8	1922	36,2
1903	28,4	1913	35,7	1923	38,7
1904	29,3	1914	43,1	1924	37,1
1905	28,7	1915	46,5	1925	34,2
1906	23,8	1916	39,2	1916	40,6
1907	40,4	1917	36,5	1927	53,5
1908	49,0	1918	31,3	1928	43,0
1909	33,3	1919	38,1	1929	40,6
1910	26,9	1920	42,3	1930	42,6

Cálculos: A partir das Tabelas 6 e 7.

câmbio comercial, principalmente após o início das operações com cacau na Bolsa de Nova York (1925). Essa vinculação estreita à demanda norte-americana começada nos anos vinte, marcaria de forma decisiva o cacau brasileiro nas décadas seguintes.

Por outro lado, o aumento da produção nas antigas colônias inglesas possibilitou a adoção pelo Reino Unido de tarifas preferenciais para a produção de origem africana, o que não ficaria restrito às partes do seu território. Devido às pressões, outros países do continente europeu adotaram medidas semelhantes.

A todas essas variáveis deve-se acrescentar a dúvida difundida entre os consumidores quanto à qualidade do cacau brasileiro em comparação com o de outras procedências, o que causava danos na cotação do produto.

As reivindicações externas surtiram efeito quanto à necessidade de fiscalizar e controlar a qualidade do produto exportado. A partir de 1925, é regulamentado o serviço de compra e venda de cacau e a exportação passou a ser feita com base em cinco tipos: superior, sepfixo, bom, regular e restolho ⁽⁴⁰⁾ ₆₄.

Para o final do período em estudo convém notar que anterior a crise econômica de 1929, tanto o cacau como a exportação do Estado da Bahia, já davam sinais de perdas significativas quanto aos valores conseguidos.

A gravidade da conjuntura já se fazia notar, quando os mais expressivos grupos de pressão, representantes dos interesses cacauceiros - Sindicato dos Agricultores de Cacau e Associações Comerciais da Bahia, Ilhéus e Itabuna solicitaram a intervenção governamental, para que fossem estabelecidas medidas recuperadoras ⁽⁶⁵⁾.

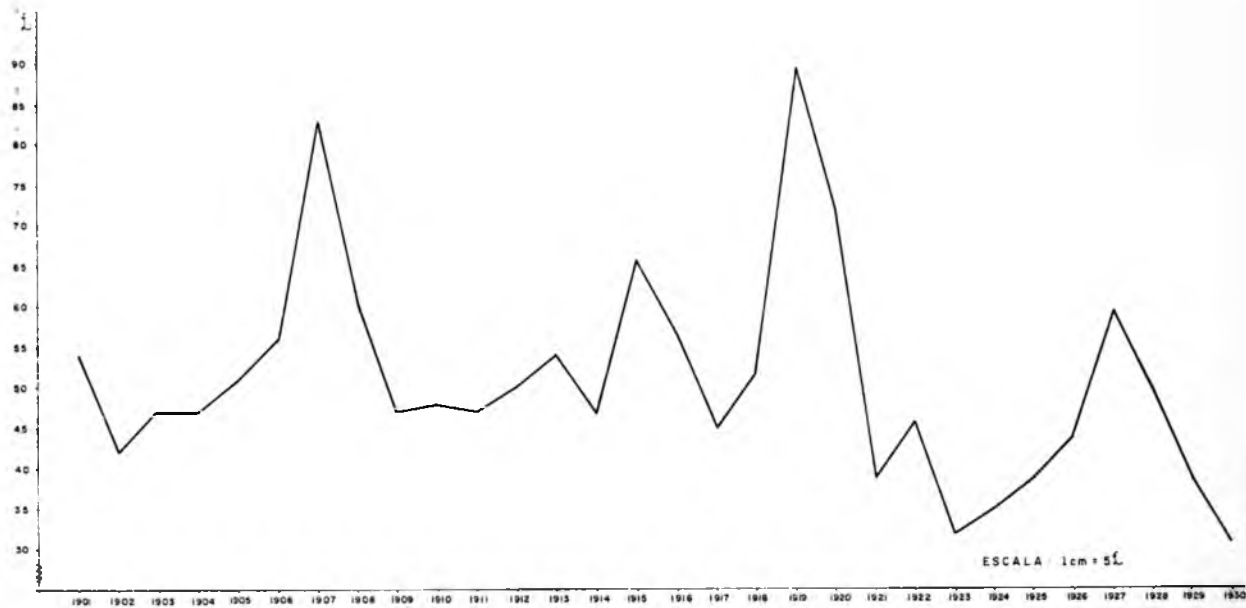
A identificação dos problemas que formavam aquela conjuntura aparecia resumida à variável preço, a qual era automaticamente vinculada à ação de especuladores. Tendo em vista, a gravidade da situação, "capaz de abalar seriamente a economia

TABELA 9
PREÇO MÉDIO DE CACAU POR TONELADA
1901 - 1930

N O	Preço em Contos de Réis	Preço em \$	Ano	Preço em Contos de Réis	Preço em \$
1901	1,16	54	1916	1,14	57
1902	0,85	42	1917	0,84	45
1903	0,95	47	1918	0,96	52
1904	0,93	47	1919	1,51	90
1905	0,78	51	1920	1,19	72
1906	0,83	56	1921	1,12	39
1907	1,31	83	1922	1,53	46
1908	0,97	61	1923	1,42	32
1909	0,75	47	1924	1,42	35
1910	0,71	48	1925	1,53	39
1911	0,71	47	1926	1,64	49
1912	0,75	50	1927	2,48	60
1913	0,81	54	1928	2,05	50
1914	0,77	47	1929	1,60	39
1915	1,28	66	1930	1,37	31

Cálculos a partir das Tabelas 5 e 6.

1901 - 1930



do Estado"(66), o governo, firmou consórcio com firmas que comercializavam o produto(67), objetivando a compra de até com mil sacos de cacau com a obrigação de encontrar condições para pronta venda da mercadoria logo que o preço oferecido cubrisse o total de custo.

A inovação aparecia no entanto, quando o Estado se comprometia a cobrir os eventuais prejuízos do consórcio sempre que houvesse ameaça de deterioração da mercadoria e/ou que da persistente do mercado(68).

Não é o caso de se afirmar que o cacau começava a sua crise, a exemplo de outros produtos baianos de exportação. Ao contrário, os seus resultados em anos posteriores - mesmo permanecendo as oscilações - prova o contrário, e sua liderança entre os produtos agrícolas baianos permaneceu inquestionável.

O que é notável é que o aumento anual da produção e as variações da demanda e, principalmente, do valor obtido nas transações evidenciaram a impossibilidade do desenvolvimento da economia cacauera prosseguir, segundo seus próprios recursos.

Em 1928, estão postas as bases que dariam margem nos anos subsequentes a formas variadas de intervencionismo. A final de contas, essa atitude já era comum por parte do Estado nacional em relação ao café.

O ponto fundamental, no entanto, e que deve ser salientado, é de que estas formas de intervenção, longe estiveram do caráter pretensamente "democrático" que muitos ainda tentam interpretar. Desde sua origem se constata o caráter classista da mesma, protecionista da burguesia agrocomercial exportadora e que seria reproduzida de maneira mais acabada, inicialmente com o Instituto de Cacau da Bahia e posteriormente com a criação da CEPLAC.

NOTAS:

- (1) Ver GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e FREITAS, Antonio Ferran do Guerreiro de - História Econômica e Social da Região Cacaueira. Rio de Janeiro, Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975, Pg. 37.
- (2) A TARDE, ed. 04/11/1921, Pg. 4 e ed. 01/04/1922. Pg. 4, transcreve cópia dos ofícios encaminhados ao Ministro da Agricultura.
- (3) ALMEIDA, Rômulo - Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951, Pg. 10
- (4) Correspondência da Associação Comercial de Ilhéus. Documentos Avulsos.
- (5) A TARDE, ed. 08/03/1917, Pg. 2.
- (6) GARCEZ, Angelina Nobre Rolim - Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no eixo Itabuna-Ilhéus, 1890/1930 (um estudo de História Agrária). Salvador, 1977 [Dissertação Apresentada ao Mestrado em Ciências Humanas da UFBA]. Pg. 130.
- (7) SEABRA, José Joaquim - Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922. Pg. 59.
- (8) Id. *ibid.*, Pg. 60.
- (9) A TARDE, ed. 08/07/1921, Pg. 2. e ed. 04/08/1921. Pg. 1.
- (10) A TARDE, ed. 05/11/1926, Pg. 1, comenta os resultados da reunião realizada na sede da Associação Comercial de Itabuna, quando os lavradores decidiram enviar pedido de auxílio aos Governos do Estado e da União.
- (11) Ao fazer referência ao último ponto, se quer destacar a capacidade da burguesia cafeeira não só de influir, mas de conduzir as políticas de governo segundo seus interesses.
- (12) GARCEZ, Angelina - *op. cit.*, pág. 131.
- (13) A necessidade de apresentar documentação de posse da terra, afastava de imediato boa parte dos clientes potenciais das casas bancárias.
- (14) GONÇALVES, Oscar Ribeiro - O Jequitibá da Taboca. Itabuna-Ba., Oficinas Gráficas da IOB, 1960. O autor se fundamentou no depoimento de Manoel Bonfim Fogueira, um dos pioneiros das terras do cacau. No caso, chama-se especial atenção para os quadros das páginas 24 a 27.
- (15) As informações foram recolhidas da Correspondência da Associação Comercial de Ilhéus - Documentos Avulsos e do Jornal A TARDE, ed. 21/08/1915, Pg. 3.
- (16) Em março de 1917, Eduard Durant Molyneux, Gerente de F. Stevenson & Cia. em Ilhéus, acumula essas funções com as de Vice-Consul da Grã Bretanha naquela cidade.

- (17) OLIVEIRA, Francisco - A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da Economia da República Velha no Brasil (1889/1930), in, A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977, Pg. 16.
- (18) OLIVEIRA, Francisco - op. Cit. Pg. 17.
- (19) FRAGOSO, Arlindo - Notas Econômicas e Financeiras, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916. Pgs. 81/82. Quanto ao assunto em pauta reproduz o autor comentário do Jornal do Comércio de 15/11/1915, no qual alerta o Presidente Wenceslau Brás quanto à política cambial.
- (20) Associação Comercial da Bahia. Relatórios da Diretoria entre 1890/1930, especialmente na última década.
- (21) A TARDE, ed. 04/09/1915, Pg. 3.
- (22) Possivelmente a forma mais acabada desse tipo de proprietário tenha sido o Cel. Misael Tavares, que além de ter sido um grande proprietário, foi também, comerciante e banqueiro.
- (23) GARCEZ, Anegolina Nobre Rolim - op. Cit. Pg. 62.
- (24) Id. ibid., anexos 5 e 6, Pg. 184. Nas duas tabelas aparecem o número de hipotecas ano a ano, segundo levantamento efetuado no Livro de Registro de Hipotecas, do Cartório de Registro de Imóveis de Ilhéus.
- (25) GONÇALVES, Oscar Ribeiro - op. Cit. Pg. 42.
- (26) Desde sua fundação até 1936 foram presidentes da Associação Comercial de Ilhéus, os seguintes sócios: Armando de Lemos Peixoto (1912/16), Hugo Kaufmann (1917/20), Avelino Fernandes da Silva (1921/22), Aprígio Mello (1922/23), Armando de Lemos Peixoto (1924/25), Leovigildo Penna (1925/29), Álvaro Mello Vieira (1929/30) e Manoel Misael da Silva Tavares (1930/36), reeleito quatro vezes.
- (27) BARBOZA DE MELLO, J. S. - Ilhéus, o maior centro cacauceiro do Brasil, Ilhéus-Ba., Graphica Industrial F. de Piro & Cia., 1927, Pg. 15.
- (28) Id. ibid., Pg. 38.
- (29) A TARDE, ed. 18/03/1915, Pg. 2 e ed. 30/11/1917, Pg. 1.
- (30) A TARDE, ed. 19/01/1916, Pg. 1
- (31) A TARDE, ed. 28/08/1915, Pg. 5. O Jornal enviou uma reportagem para realizar a cobertura do acontecimento, tendo o mesmo reproduzido o cardápio na reportagem que realizou.
- (32) SEABRA, J. J. - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia - Bahia, Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1913, Pg. 144.

- [33] Referente à crítica situação econômica do Estado, as condições difíceis para resolver os problemas financeiros do mesmo, são frequentes nas mensagens dos governadores, especialmente a partir de José Joaquim Seabra, no período 1917/1916.
- [34] CALMON, Francisco Marques de Góes - Mensagem Apresentada à Assemblêia Geral Legislativa do Estado da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925, Pg. 168 e nas seguintes abordada às medidas mais indicadas para resolver os problemas.
- [35] Id. *ibid.* Pg. 170.
- [36] VILLELA, Aníbal e Suziga, Wilson - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889/1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, Pg. 51.
- [37] SOUZA, José Marcelino de - Mensagem Apresentada à Assemblêia Geral Legislativa do Estado da Bahia. Bahia, oficinas do "Diário da Bahia", 1907, Pg. 9.
- [38] SEABRA, J. J. *of. Cit.*, Pg. 45
- [39] ZEHNTNER, L. Le Cacaoyer dans l'Etat de Bahia. Berlin, s.c.p., 1914.
- [40] SEABRA, J. J. - Mensagem Apresentada à Assemblêia Legislativa do Estado da Bahia. Bahia; Secção de Obras da "Revista do Brasil", 1915, Pg. 121.
- [41] O noticiário do Jornal A TARDE nos anos de 1916, 1917, 1918 e 1919, apresentam seguidamente informações quanto a esses problemas envolvendo a cacauicultura.
- [42] A TARDE, ed. 18/02/1919, Pg. 1.
- [43] A TARDE, ed. 12/01/1920, Pg. 3; ed. 21/05/1920, Pg. 3; ed. 26/05/1920, Pg. 3.
- [44] A TARDE, ed. 10/09/1924, Pg. 1.
- [45] A TARDE, ed. 30/10/1924, Pg. 1.
- [46] CALDEIRA, Clóvis - Fazendas de Cacau na Bahia. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola - Ministério da Agricultura. 1954. Documentário da vida rural nº 7. Pg. 44.
- [47] Entre outros, ver CALDEIRA, Clóvis, *op. Cit.*, Pg. 33.
- [48] Ministério da Fazenda - Diretoria de Estatística Comercial. Serviço de Informações Econômico-Fiscais. Boletim 1926/1957. Porto de Ilhéus. Importação. Apenas em 1926 o Porto de Ilhéus, é elevado à categoria de alfandega, após as obras de melhorias das suas instalações e dragagem do canal de acesso.
- [49] CALDEIRA, Clóvis, *of. Cit.* Pg. 48.
- [50] GONÇALVES, Oscar Ribeiro, *of. Cit.* Pgs. 91/92.

- [51] Até 1930, a atual MRH 154 - Cacaueira, era constituída apenas de quatro municípios: Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte, os quais, a exceção de Itabuna, são unidades político-administrativas constituídas anteriormente ao desenvolvimento da economia cacaueira.
- [52] SEABRA, J. J. - Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado, da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922. Pg. 59.
- [53] Id. *ibid.* Pg. 60 e segs.
- [54] A TARDE, *id.* 08/06/1920, Pg. 1 e ed. 14/07/1921, Pg.3, traz amplos comentários sobre as acusações trocadas por comerciantes e produtores de cacau.
- [55] A TARDE, ed. 04/04/1925, Pg. 3. Nessa edição encontra-se a totalidade das medidas sugeridas e alguns comentários sobre as mesmas.
- [56] OLIVEIRA, Francisco. *of. Cit.*, Pg. 30.
- [57] CF. AUGEL, Johannes e FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de - Monocultura e urbanização na Região cacaueira da Bahia, In, Revista Planejamento, Vol. III, nº 1. Janeiro/Março de 1976, Pg. 53.
- [58] GONÇALVES, Oscar Ribeiro - *of. Cit.*, Pgs. 23, 32 e 122, especialmente.
- [59] Id. *ibid.* Pg. 123.
- [60] JANCSO, Isteván - As Exportações da Bahia durante a República Velha (1889/1930), Considerações Preliminares. Paris, Anais dos Colloques Internationaux du C.N.R.S - Histoire Quantitative du Brésil de 1800/1930, Pg. 341.
- [61] FONTE: FAO, CACAO, Tendances actuelles de la production, des prix et de la consommation. Rome, 1927. Série des Monographies de produits - Bulletin nº 27. Pg. 3.
- [62] PAULO, João Ferreira de Araújo - Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia. Bahia Oficinas da Empresa "A BAHIA", 1909, Pg. 67.
- [63] A TARDE, ed. 20/11/1916, Pg. 1.
- [64] CALMON, Francisco Marques de Góes - Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1926, Pg. 231.
- [65] SOARES, Vital Henrique Baptista - Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1929, Pg. 50. Além da síntese das reivindicações, a Mensagem traz cópia do decreto governamental.
- [66] Id. *ibid.* Pg. 51.
- [67] O consórcio foi firmado com as firmas Tude Irmão & Cia., Epiphânio de Souza & Cia. e Luiz Barreto Filho.
- [68] SOARES, Vital Henrique Baptista, *op. Cit.* Pg. 53.

CAPÍTULO TERCEIRO:

A BURGUESIA CACAUEIRA E O ESTADO DA BAHIA:

A QUESTÃO DO PODER

Durante a primeira república um dilema se colocou para a classe dominante regional: quais os mecanismos que poderiam conduzi-la a uma participação junto às elites políticas do Estado, onde poderia expor de forma clara as suas reivindicações e mais, transformar as prioridades da burguesia cacaueira em pontos fundamentais da própria política de governo.

Como avançar, no sentido de fazer presente, na região, órgãos e iniciativas do poder público estadual, que não fossem apenas fazendeiros e fiscais? Afinal, aceita-se como ponto pacífico a ausência de instituições representativas do próprio Estado na região cacaueira baiana. A presença de jagunços - verdadeiras milícias particulares - era justificada pelos coronéis como uma decorrência da falta de organismos oficiais, especialmente de natureza policial.

A questão central, teria sido então, como abrir caminho para se impor diante de oligarquia (s) dominante (s) no Estado, expressando e lutando por um espaço político que correspondesse à força da sua base econômica.

A tendência estadual naquela ocasião não era logicamente a de reconhecimento da importância da região sul. A sociedade regional pela ótica da sociedade de Salvador e do Recôncavo era composta de aventureiros, imigrantes procedentes do Nordeste e do Sertão, percebendo o sul do Estado apenas como uma região de problemas sociais, de inquietação e insegurança. As mensagens de alguns governadores do Estado ao se referirem àquela parte do Estado demonstravam quase exclusivamente essa preocupação.

João Ferreira de Araújo Pinho (1908/1911), por exemplo, chamou atenção para o crescente movimento forense da Comarca de Ilhéus, que atendia, além da sede, Itabuna e Barra do Rio de Contas, aconselhando que fosse criada mais uma vara de Juiz de Direito naquele município, atendendo a solicitação dos "diversos magistrados que ali tem servido"⁽¹⁾. Na mesma ocasião, mostrava-se o governador preocupado especialmente com o termo de Itabuna, onde, devido à distância do litoral, apareciam, na época da safra, ao lado de trabalhadores pacíficos, "indivíduos de toda ordem e condições e até criminosos de ter

mos vizinhos que se acoitam em suas matas, elementos heterogêneos, a porfia dos interesses, os caprichos pessoais de velhas desintelligências" (2).

O grupo oligárquico do cacau, constituído, então, pela elite de grandes produtores, se via incapacitado de introduzir na região, determinados organismos - comerciais, agrícolas e educacionais, por exemplo - que atendessem aos seus objetivos mais imediatos. Por um lado, a mencionada presença possibilitaria novos canais de favores e benefícios à clientela política local. E por outro, exteriorizaria o poder, que eventualmente teriam alguns daqueles canais, junto ao governo estadual.

A tese de que os coronéis do litoral, por sua vinculação econômica nacional e internacional estavam mais sujeitos ao controle do Estado⁽³⁾ não parece ser de todo correta no que toca ao cacau. Apesar de se situar geograficamente junto ao mar e de ser dependente da demanda externa, não se pode afirmar que tenha havido uma subordinação ao Estado, por parte da oligarquia cacauceira, desde que os coronéis daquela região ao não influírem politicamente, não podiam ainda ser confundidos com o próprio Estado.

O comportamento primeiro da classe dirigente estadual "preso (a) que estava ... à tradição (e interesses concretos) de identificar Estado com Recôncavo"⁽⁴⁾ foi o de ignorar, no máximo ver na sociedade cacauceira apenas o seu lado exótico", fornecendo as condições para que começasse a se constituir o "enclave cacauceiro", com soluções e métodos específicos.

Um outro ponto quanto ao poder da oligarquia cacauceira é o que cogita da quase nenhuma relação entre os padrões de distribuição de terras e a estrutura e o funcionamento do coronelismo na primeira república⁽⁵⁾, exemplificando-se no caso de Ilhéus-Itabuna que "os maiores donos de terras (e mais capitalistas), como Misael Tavares e Oscar Falcão, não surgiram como sendo a elite política mais poderosa"⁽⁶⁾, o que seria explicável segundo o citado autor por diversos fatores.

Entre estes, os principais seriam: a) os de natureza demográfica, decorrentes da mobilidade da população impe

dindo o controle do poder regional por parte de um único coronel-fazendeiro; b) a competição e a influência crescente de comerciantes, médicos e advogados, decisiva na limitação do poder do proprietário de terra; e c) a distância de Salvador teria sido fundamental na ascensão de diversos domínios coronelistas.

Quanto à mobilidade espacial da população, deve ser observado que as relações de produção no cacau se constituíram a partir do trabalho "assalariado, muito embora revestido de caracteres - o uso do barracão", por exemplo - que detinham, muitas vezes, os trabalhadores nas fazendas por tempo além do desejado pelos mesmos. A repetição do fenômeno nos períodos de entre-safra, conforme foi salientado no capítulo anterior, deve ser reconhecido não como uma atitude deliberada dos trabalhadores, mas como uma decorrência da própria organização do trabalho na fazenda de cacau. Esta mobilidade demográfica não pode então explicar a fraqueza dos coronéis do cacau, pois era consequência das condições sobre as quais os mesmos tinham constituído a organização social na produção.

Por outro lado, mesmo onde o coronelismo se apresentou de forma mais monolítica - Chapada Diamantina e Vale do São Francisco - não ocorreu o domínio de um só coronel. As disputas foram constantes entre grupos divergentes, apesar das bases do poder daqueles coronéis estarem estabelecidas desde o século anterior.

A referência à competição promovida por médicos, advogados e comerciantes, se mostra equivocada quando salienta o caráter exclusivamente divergente dessas categorias sócio-profissionais em relação ao proprietário da terra.

Como foi salientado anteriormente, esse último grupo não pode ser identificado como formador de uma totalidade. Já se apresentava no seu interior estratificado. Os maiores proprietários não se confundiam com os médios e "burareiros". Pelo contrário, relacionavam-se não como produtores entre si, mas, muitas vezes, como comerciantes, "banqueiros", em operações onde o crédito hipotecário concorria de forma crescente para o endividamento de quase todos "burareiros" e de alguns me

diões produtores, promovendo as condições essenciais para a concentração da propriedade.

Segundo essa forma de agir, o grande proprietário - que apresentava melhores condições para o exercício de práticas coronelistas - se confundia e tendia a formar um grupo misto com os comerciantes, tidos como de base urbana e pouco afeitos às lutas políticas.

Quanto aos profissionais liberais - em especial, médicos e advogados - evidencia-se mais uma vez o caráter diverso da região em estudo. A expansão da economia cacaueira, por ser uma ocorrência essencialmente limitada ao período republicano, ocorreu numa Bahia onde "bastava que um chefe político de real prestígio ascim o decidisse, congregando à sua volta elementos representativos da sociedade, nomes de prestígio no meio político e sócio-econômico"⁽⁷⁾ para que fosse fundado um novo partido.

Na Bahia "pluripartidária" é que ocorre o desenvolvimento da lavoura cacaueira. As organizações partidárias carregavam todo o peso da carisma dos seus líderes, dos seus fundadores. Daí a fraqueza ideológica, a despreocupação com o estabelecimento de bases populares mais amplas. Nada mais natural então do que para os estaduais "se~~x~~verinistas", "marcelinistas" e "seabristas", aparecessem os municipais "pessoistas" e "adamistas"⁽⁸⁾.

Na luta política municipal na primeira república, ao invés de terem se constituído em frações rivais, os coronéis proprietários foram encontrar, principalmente nos advogados o apoio e a sustentação necessária na execução de suas políticas locais. A presença de um Antonio Pessoa da Costa e Silva, em Salvador, é notada como um acontecimento atípico. No entanto, a presença dos jovens advogados da região cacaueira, como João Mangabeira ou Gileno Amado, são mais constantes e, muitos desses ficaram, consolidaram suas presenças nas ocasiões de disputa dentro da política estadual, conseguindo para si uma projeção fora das fronteiras do município ou da região.

Quanto aos citados profissionais liberais é inegável que se deslocaram para a região com o intuito de fazer fortuna, de por a serviço da classe dominante regional o conhecimento adquirido, jamais com o objetivo "a priori" de contestar aos coronéis, a não ser quando solicitado por algum destes.

Comportavam-se mais como aliados do que como adversários dos mesmos, estabelecendo os laços para o domínio conjunto dos "doutores" e dos "coronéis"⁽⁹⁾. A vinculação mostrava-se tão estreita que não havia distinção entre os meios e os estilos de ação, constituindo-se os "jovens" como herdeiros dos redutos⁽¹⁰⁾.

Dessa forma, não era possível se esperar mudanças nas relações sociais e políticas pela simples presença de "bacharéis" nos domínios dos coronéis. A violência e a intriga continuaram como os principais instrumentos políticos e mesmo os filhos dos coronéis quando passam a representar a região no Estado e fora dele, não conseguem esconder por trás do requinte das suas maneiras e da aparência de fino trato, os modos pelos quais se garantiam no poder⁽¹¹⁾.

Restaria, então, para explicar o fato de que os maiores donos de terra na região cacauceira não teriam surgido como a elite política mais poderosa, a distância de Salvador, o que teria possibilitado a ascensão de diversos domínios coronelistas.

Ora, é inegável que a distância de Salvador causou reflexos no desenvolvimento da lavoura cacauceira como um todo. Afinal, a capital do Estado se constituía como único centro urbano em condições de oferecer os serviços comerciais, bancários, portuários - mais essenciais. Era o centro político-administrativo, capital das finanças e do comércio e onde se localizava o principal porto para escoamento dos artigos de exportação. Dada essa conjugação em um único centro, as regiões mais afastadas deviam sentir dificuldades na concretização de uma série de necessidades - das essencialmente econômicas até as de natureza jurídico-administrativas - o que certamente trazia transtornos consideráveis.

Admite-se, no entanto, que a maior dificuldade não se encontrava nem na distância, nem na condição de Salvador como cidade, centro econômico, social e político.

Como se verá mais detalhadamente adiante, as causas do isolamento devem se situar mais na importância social e política dos grupos tradicionalmente vinculados ao setor açucareiro que se apropriaram do poder, através da constituição de um grupo dirigente que governava segundo os interesses da sociedade canavieira. A questão fundamental para a classe dominante da região cacaueira era não expurgar o grupo tradicionalmente hegemônico no Estado, uma tarefa quase impossível, mas estabelecer bases para um domínio em comum, única maneira de atender aos interesses das diversas frações da classe dominante esta dual, através de um governo que tanto submetesse as aspirações divergentes das frações principais como as demais classes que forneciam a sociedade estadual.

Essas aspirações, contudo, não foram conseguidas a curto prazo. Certamente por todo o período da primeira república essas metas não se transformaram em realidade.

A conclusão a que se chegaria então é a de que na sociedade cacaueira os maiores proprietários de terra (os mais capitalistas), formaram realmente o grupo de maior prestígio e poder. Comerciantes e profissionais liberais não conseguiram abalar a dominação dos primeiros. Ao contrário, foram seus aliados táticos e estratégicos numa consolidação certamente facilitada pela distância, determinando que frações de classe que originalmente desempenhariam funções contraditórias, exercessem e cultivassem o caráter complementar das mesmas.

De forma ampliada, essas novas relações também passavam a ser comuns na estrutura da sociedade da capital e do Recôncavo. A perda, por parte da atividade canavieira, das condições que serviam de base material para sua dominação, permitiu o ingresso ou a convivência com elementos novos, na sua maioria provenientes do setor comercial, através da porta aberta pelas sucessivas crises do setor açucareiro⁽¹²⁾.

Entre as frações cacaueira e canavieira, não existia em realidade distinções quanto à base de suas condições materiais, ambas fundamentadas na posse da terra, no poder do latifúndio, nem quanto às relações sociais correspondentes, embora deva ser considerado que a formação social canavieira carregou consigo o peso da secular utilização da mão de obra escrava.

As possíveis contradições entre o capital de origem comercial e o latifúndio tinham perdido sua força, do mesmo modo que a oposição campo versus cidade. No caso do açúcar, o setor comercial e financeiro, em virtude das sucessivas crises, penetrou, associou, dividiu e consolidou um domínio comum com os antigos proprietários, todos estabelecidos na capital. No cacau, por seu turno, as condições específicas decorreram do já mencionado isolamento regional, da presença física da fração comercial na região produtora, o que possibilitou a formação de estratos, não necessariamente diferenciados pelas espécies de propriedade, o capital de um lado e o latifúndio de outro, haja vista a natureza múltipla dos interesses da burguesia cacaueira.

Não teria existido, então, princípios superiores que tivessem colocado as diferentes frações em atitude de oposição irreconciliável. As divergências dadas pelas distintas bases materiais de existência - o capital e o latifúndio - pareciam desaparecer dando margem ao surgimento de um bloco hegemônico. Inicialmente concretizado para o caso do açúcar, voltou a repetir-se no cacau, onde em anos mais recentes tornou-se praticamente impossível distinguir os interesses específicos de grandes produtores, comerciantes e industriais.

A organização do Estado nacional sob a forma de república federativa deu margem a que, no decorrer da Velha República, ocorresse, no interior de cada uma das unidades - Estado - lutas específicas que exteriorizassem as várias formas do estágio de desenvolvimento das relações sociais na produção. A expressão nacional dos grupos estaduais estava na razão direta da importância da atividade econômica principal e da representatividade e prestígio das suas camadas dirigentes, como bem evidencia o caso do café.

Não se pode explicar então a posição secundária da Bahia no período republicano como simples efeito de ter permanecido a província da Bahia - através do comportamento dos seus líderes - fiel a monarquia, sendo por consequência a última província a aderir a nova forma de governo inaugurada em 1889.

A compreensão para a posição secundária do Estado da Bahia deve ser buscada justamente na situação econômica pouco significativa, presa que permanecia - por laços econômicos e, principalmente, políticos - às exigências da lavoura canavieira, o que importava estar à braços com uma situação permanentemente crítica.

Em 1912, ao comentar as condições financeiras do Estado, o governador Seabra além de indicar como solução para "grande operação de crédito"⁽¹³⁾, apontava como causadores da situação "os velhos processos de cultura e práticas rudimentares"⁽¹⁴⁾ no trato das culturas mais importantes para o Estado. A exceção seria a cultura de cana que atravessava uma fase de prosperidade econômica.

Em relação à sociedade nacional ocupava a burguesia agroexportadora baiana um espaço nitidamente secundário. As oligarquias regionais, do Estado, por seu turno, apesar de serem consideradas quando se buscava apoio político - principalmente para a eleição dos candidatos protegidos - não tinham acesso na sua plenitude ao poder público.

Na constituição da Sociedade Bahiana de Agricultura, filiada à Sociedade Nacional de Agricultura, o açúcar fez jus a um capítulo à parte, quanto à sugestão de medidas para o desenvolvimento da lavoura. Fumo, café, cacau, fibras têxteis apareciam agrupados num mesmo bloco⁽¹⁵⁾.

Nesse quadro, compreende-se a negativa ao setor cacauceiro baiano, em 1908, quando tentou obter do governo federal apoio na valorização do cacau, a exemplo do tratamento dado ao café, quando do Convênio de Taubaté, em 1906. Naquela oportu-

tunidade, apesar do apoio do governador Araújo Pinho, a preten
ção cacauceira não foi ouvida e, além da falta de prestígio polí
tico da Bahia, observou-se desinteresse para com a concretiza
ção da medida por parte "dos principais grupos econômicos do Es
tado" (16).

Para a concretização daquela aspiração era neces
sário que, mesmo sem se constituir em fração hegemônica dentro
do bloco no poder estadual, a burguesia do cacau já se fizesse
presente no bloco, como membro "daquela unidade contraditória
das classes ou frações politicamente dominantes" (17).

A participação da burguesia cacauceira - compreen
dida na sua unidade contraditória composta de grandes proprie
tários e comerciantes - no decorrer da primeira década do sécu
lo, no bloco do poder estadual, teria sido realmente um aconte
cimento prematuro. Nessa época a monocultura do cacau está ain
da começando sua expansão. A dinâmica comercial do produto não
tinha conhecido ainda os efeitos observados nos anos subsequen
tes. A conjuntura de então mostrava a evidência, que tinha nos
seus contornos, o desvio por parte do Estado das receitas do ca
cau para outros fins, a carência dos investimentos públicos,
se constituindo o Estado como fator de descapitalização do sul
cacauceiro (18).

2 - A POLÍTICA REGIONAL

A observação da lista de intendententes das cidades
de Ilhéus e Itabuna fornece uma mostra da capacidade do grande
proprietário de terra de assumir e fazer seus descendentes - fi
lhos e afilhados - ocuparem posição de destaque na política ad
ministrativa municipal, entre 1900 e 1930.

Intendententes da cidade de Ilhéus: Joaquim Ferreira
de Paiva, Manoel Hollenwerger Homem, Ernesto Sã,
Domingos Adami de Sã, João Mangabeira, Antonio
Pessoa da Costa e Silva, Eustáquio de Souza Bas
tos, Misacl da Silva Tavares, Domingos Fernandes
da Silva, Mário Pessoa da Costa e Silva, Durval

Olivieri e Eusíbio Lavigne, que assume após a Revolução de 1930 e permanece até 1937.

Intendentes da cidade de Itabuna: Olinto Leoni, Antonio Gonçalves Brandão, Manoel da Fonseca Dorea, Adolfo Leite, José Kruschewsky, Gileno Amado, Laudelino Lorens, Henrique Alves dos Reis, Benjamin de Andrade e Glicério Esteves Lima, que chegou ao cargo com a Revolução de 1930 e nele permaneceu até 1932.

Alguns dos sobrenomes acima seriam posteriormente identificados pela sociedade estadual devido a procedência das terras do cacau. Os descendentes dos chefes políticos regionais e mesmo os "herdeiros" dos seus afilhados se transformariam posteriormente em membros de famílias de destaque e prestígio, e por que não dizer, de poder na sociedade baiana.

A afirmação é válida não só para as famílias, cujos ancestrais desempenharam funções públicas na região, como também para muitas outras, que se enriqueceram no sul do Estado, a partir do desenvolvimento da cacauicultura. Entre essas últimas, estão Maron, Benício dos Santos, Fontes Lima, Hage, Kaufmann, Berhman e outros mais.

A importância econômica, social e política dessas famílias, mesmo quando muitos, ou a maioria, abandonaram o sul do Estado não deixou de estar vinculada à economia cacauífera. A questão que ~~pode~~ levantar quanto aos efeitos regionais determinados pela ausência da sua elite se situa em um outro nível.

A colocação correta seria afirmar-se que a classe dominante regional, passados os primeiros trinta anos de expansão da cacauicultura, abandonou a região. Inicialmente através dos descendentes mais jovens, e, posteriormente, se constituiu do como atitude comum à própria burguesia cacauífera.

Afinal de contas, se a fração ligada ao comércio quase sempre esteve distante do espaço cacauífera e admitindo-se, como é o caso, a estreita relação entre essa fração e a mi

noria dos grandes produtores, nada mais natural que essa identificação se reproduza em atitudes. A longo prazo a tendência notada foi a ausência da burguesia cacauífera da região produtora, limitando-se a visitas esporádicas, muitas vezes não passando do centro Ilhéus-Itabuna.

Porém, no período que esse estudo abrange era perfeitamente notável a presença da classe dominante na região, especialmente representada pelos proprietários da terra, que assumiram o poder e exerceram uma liderança comum a todo "coronel".

Como já foi observado anteriormente, por ter sido o "coronelismo cacauífera" posterior aos similares que se manifestavam em outras regiões do Estado, foi também de algum modo diferente.

Da mesma maneira, que a maioria baseou o seu poder na posse da terra, estabelecendo a ampliação da mesma como prioridade número um da sua "política". Essa era uma meta, um valor não questionável.

A utilização de "força armada particular" foi também uma prática repetida e motivos de disputas, verdadeiras batalhas motivadas pela posse de terra.

Um retrato daquela época constata que "às pessoas que atravessaram o tempo do Arraial de Tabocas, principalmente até chegar a cidade, deveriam ter vivido dias de insegurança e amarguras ... um núcleo de população, tendo por chefes de partidos políticos, pessoas cujo prestígio consistia no número de jagunços às suas ordens" (19).

Logicamente se pode identificar dentro da oligarquia do cacau várias facções. Internamente, quando estava em jogo o poder municipal as disputas se apresentavam constantes e violentas. As práticas eleitorais repetiam as realizadas no restante do Estado. Foram comuns as acusações de fraude e alteração de resultados por parte das facções oposicionistas e fenômeno de duplicidade de candidatos eleitos verificou-se em algumas

oportunidades. Tudo segundo as regras ditadas pelo partido do minante no Estado, que para preservar o poder fazia uso de todo recurso possível.

Como foi dito anteriormente, a disputa pela posse da terra se constituiu regionalmente como principal móvel das alianças, dos acordos, mas também dos conflitos e "batalhas".

Importante seria então discutir que relação teria essa forma de proceder da oligarquia do cacau com a oligarquia (s) dominante (s) do Estado da Bahia.

Torna-se muito difícil, em primeiro lugar, diante da forma como foram organizados os partidos no Estado, traçar relações entre eles e a própria estrutura da sociedade. Identificar, por exemplo, o Partido Republicano da Bahia com os interesses da "aristocracia agrária rural" e o Partido Republicano Democrata como um partido "urbano"⁽²⁰⁾ seria uma precipitação.

Ora, deixando de lado uma questão conceitual que seria a definição do que era "urbano" na Bahia nas duas primeiras décadas desse século, outros problemas devem ser situados. Se fosse o caso de identificar um grupo urbano seria ele a burguesia agrocomercial, a qual deu o apoio necessário quando da fundação do PRB, especialmente ao ex-governador Severino Vicira.

Já a "aristocracia do açúcar" tinha uma base esencialmente urbana, habitante que foi da capital do Estado.

V. Quanto ao ex-governador Seabra, mesmo se admitindo que foi um inovador em matéria de liderança política na Bahia e que estabeleceu bases essencialmente urbanas, não se pode desconhecer o fato de que sua sobrevivência política se deveu muito ao trato com as oligarquias interioranas. Desse modo, aliado à uma prática que pode ser considerada de pré-populista foi o político Seabra que promulgou a Lei 1.102 de 11/08/1915, pela qual os intendentes municipais passavam a ser nomeados pelo governador. O grande objetivo dessa inovação não teria sido outro então, do que estreitar mais os laços entre o poder esta

dual e as oligarquias representativas das diversas regiões do Estado.

A única afirmação que se pode fazer com alguma segurança é a de que as organizações políticas baianas atendiam prioritariamente os interesses pessoais, cultivando as lideranças personalistas. Convém notar porém, que essas lideranças atendiam a determinados interesses de grupos - ao menos conjuntamente - o que permitia um respaldo social e econômico às medidas de caráter político-administrativo.

Um outro ponto que se deve chamar atenção é o que se refere aos significados de governo e oposição na Velha República. No caso baiano, o que se nota é que o poder se constitui como uma espécie de rodízio de grupos com a mesma base sócio-econômica, não se constituindo os mesmos nem em frações de classes divergentes. Em geral, no interior dos citados grupos estão presentes as reivindicações do latifúndio e dos grupos comerciais, sendo que os segundos, salvo quando das indicações de Francisco Marques de Góes Calmon e Vital Henrique Soares, - os dois últimos governadores eleitos antes de 1930 - não "colocaram" pessoas diretamente vinculadas àquela facção no cargo mais importante de natureza político-administrativo do Estado.

Se esse comportamento significa a manutenção de uma certa distância dos cargos públicos, por outro lado, evidencia que os outros governantes vinham satisfazendo os objetivos da fração social vinculada à atividade comercial.

Retomando a questão quanto à sociedade cacaueteira, se diria inicialmente que essa multiplicidade de interesses no interior das organizações político-partidárias servia justamente aos também "complementares interesses" da burguesia cacaueteira. De início, nenhuma fração permaneceu marginalizada, ou melhor, sobreviveu à margem do poder.

Interessaria perguntar sobre o grau, em que nível se situavam as relações entre a oligarquia dominante do Estado e a liderança política da região cacaueteira. Essa última teve reconhecido o seu significado econômico para o Estado, ou a inte

gração à política estadual se deu apenas como mais um passo exansionista do grupo dominante estadual, visando ampliar suas chances de permanência no poder?

Nessa perspectiva, verificou-se que o grupo inicialmente liderado pelo coronel Domingos Adami de Sá, tendo como herdeiro maior o futuro deputado João Mangabeira e como seguidores importantes as famílias Catalão, Kruschewsky, Lavigne e Berbert de Castro, gozou os benefícios do poder até a ascensão de Seabra. Estavam todos sob a proteção do Partido Republicano da Bahia.

Os "pessoistas", por sua vez, após período de espera, passariam a ter suas reivindicações atendidas com Seabra no poder, não tivesse sido o coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva um dos fundadores do Partido Democrata. Essa vertente da política ilheense teria como seu principal herdeiro o coronel Manoel Misael Tavares.

Na política itabunense, observa-se uma estreita vinculação com as lideranças ilheenses. Assim, o primeiro líder político, ainda quando da existência do Arraial das Tabocas, foi o engenheiro Olinto Leoni, apoiado pelo coronel Domingos Adami de Sá, da vizinha Ilhéus. Nesse grupo, a figura que alcançaria maior projeção estadual seria Gileno Amado, uma presença constante na política baiana desde o primeiro governo Seabra.

O seabrismo funcionou como um divisor âguas. Os "adamistas" e "leonistas" que formavam uma unidade na política regional se separaram. Enquanto a liderança itabunense se tornou uma aliada ao governador Seabra - o que se explica inclusive, pelo fato de Olinto Leoni ser irmão de Arlindo Leoni, uma das mais expressivas figuras ligadas ao grupo do governador - a facção ilheense ingressava na oposição.

O primeiro instante de confronto aconteceu na campanha civilista, quando os "adamistas" de Ilhéus, sob a orientação de João Mangabeira defenderam a candidatura Rui Barbosa, enquanto os itabunenses, seguindo orientação do líder Seabra ficaram ao lado da candidatura Hermes da Fonseca.

A oposição no âmbito do município de Itabuna se ria desempenhada pelos liderados de Firmino Alves e Paulino Vi eira, engrossada posteriormente pela participação do coronel Henrique Alves dos Reis, que abandonou o "leonismo" após Gileno Amado ter assumido a liderança do citado grupo, em 1912.

A habilidade política de Gileno Amado, a sua mob ilidade dentro da (s) oligarquia (s), dominante forneceu poucas oportuni-da des à oposição itabunense no decorrer da República Velha. Ape-nas nos Governos Antonio Moniz (1916/1920), em circunstâncias especiais, pois o intendente era nomeado pelo governador e com Góes Calmon (1924/1928), devido à retirada de apoio a esse can didato por parte de Gileno Amado, quando da campanha suc cessô-ria, tiveram chance de ocupar a int endência municipal de Itabuna.

Como se pode notar, não só os cargos púb licos, mas toda liderança política da região cacauera esteve em mãos do grupo formado pelos grandes proprietários de terra, por seus herdeiros e/ou afilhados.

A fração de origem comercial, mesmo tendo muitos comerciantes se transformado, no decorrer dos primeiros vinte anos desse século, em produtores não chegavam a corporificar uma fac ção política e os vínculos e apoios assumidos jamais ap are-ciam de maneira clara. A liderança política acima indicada, ori ginária do setor latifundiário, cuja tendência foi diversificar suas atividades, transformando-se em comerciantes e banquei ros, se responsabilizaram por levar adiante a luta política no interior da sociedade regional.

Os comerciantes logicamente adotavam outros meca nismos para se fazerem ouvir. É inegável a capacidade por exem plo, de uma entidade como a Associação Comercial da Bahia quan do reivindica em benefício dos seus associados, especialmente os representantes das firmas comerciais mais poderosas, dos in teresses econômicos hegemônicos. À essa entidade, principalmente, e à suas cogêneres regionais coube o papel de canalizar as reivindicações dessa facção.

Regionalmente, o exercício político ficou entre gue à fração dos grandes produtores de cacau, os quais fizeram

sentir nas relações com os demais grupos, a presença de uma classe dominante que, embora não conseguisse expressar estadualmente a sua significação econômica, soube retirar proveito da condição privilegiada em que se situava.

Dessa maneira, disputas como as ocorridas entre o coronel Basílio de Oliveira e os irmãos Badaró, pertencendo estes últimos ao grupo político do governador Seabra, causava transtornos não só às famílias litigantes como à própria sociedade regional, dada as dimensões e permanência da disputa. Contudo, todos os membros das citadas famílias, envolvidos em processos, foram absolvidos e a luta, apesar dos reflexos para a sociedade regional, não causou maiores problemas para o grupo no poder estadual. Para esse último, ocorrências desse tipo serviram apenas para realçar o lado exótico da região e as medidas se limitavam geralmente ao envio de reforço policial.

Um exemplo típico desse comportamento se dá quando da passagem dos bandidos cauassus pela região. Naquela oportunidade (1918/1919), foram frequentes os reclamos contra saques, invasões de roças, assassinatos, etc, o que justificou o envio de uma "força" para expulsar os bandidos. A explicação que geralmente se deu era de que os bandidos estavam na região a fim de garantir a posse de José Kruschewsky na intendência de Itabuna. Todavia, ao lado dessa finalidade estava uma outra de sentido mais amplo: a "organização" teria sido utilizada na cobrança de dívidas de parte dos comerciantes regionais⁽²¹⁾, realizando para tanto as "visitas" às fazendas e pequenos "comércios" no interior da região caucueira.

Um antigo estudioso e morador da região⁽²²⁾ já chamou atenção para o que chamou de "anarquismo" e "caudilhismo" no processo de tomada e disputa da posse no sul da Bahia. Para ele, tais atos, além de tornarem a insegurança um fenômeno comum teriam atrasado a própria dinâmica da sociedade regional.

Os problemas, então constatados para a região caucueira, não eram em absoluto simples caso de polícia. Possivelmente a escassa presença de órgãos governamentais na região pode ser responsabilizada pelo agravamento de algumas situações,

mas não estaria aí exclusivamente a causa de tudo que a dinâmica sociedade cacaueira promovia no seu interior.

O Capitão Manuel Fernandes de Souza Dantas, enviado à Itabuna em 1917, dizia após sua visita⁽²³⁾ das dificuldades encontradas para cumprir sua missão. Denunciou a aliança de fazendeiros com bandidos; a utilização por parte dos políticos dos benefícios do governo estadual para permanecerem imunes; a polícia, cujo comportamento considerava "estranho"⁽²⁴⁾; e o poder judiciário, inerte, incapaz e dominado pela corrupção.

Seria o caso de afirmar-se que todos esses eventos eram característicos de uma sociedade em formação, onde a própria classe dominante - a burguesia cacaueira - não tinha ainda se organizado completamente como classe, para exercer o seu domínio como tal.

A questão fundamental é que a burguesia cacaueira não tinha adquirido sua expressão política mais significativa, como fração de classes dominante componente de uma formação social determinada. A própria oligarquia que exercia o poder estadual, por seu lado, não tinha atentado ainda, para a nova realidade que indicava a formação de uma tendência de coexistência na dominação política de várias classes e frações, através da fixação de limites na constituição do bloco no poder⁽²⁵⁾.

O Estado da Bahia, e essa é uma variável fundamental para explicação do problema, tinha como maior fonte da sua receita, os direitos cobrados sobre exportação. Tomando-se como base os quatro principais produtos que participaram da pauta entre 1902 e 1926⁽²⁶⁾, conforme aparece na tabela 10, verificou-se a participação absoluta e relativa do cacau, fumo, café e açúcar.

Observa-se inicialmente que a baixa contribuição do açúcar não se deve exclusivamente a uma taxação, que na maior parte do período, tinha como base uma alíquota de 1%. O açúcar baiano, no período em exame, tinha a maior parte da produção destinada ao consumo interno, sendo por isso mesmo reduzida a sua participação no comércio exterior.

TABELA 10
RECEITA DE EXPORTAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Direitos de Exportação da Bahia Contos de Réis (a)	Cacau (*)		Fumo (*)		Café (*)		Açúcar (*)	
	Contos de Réis	% em relação (a)	Contos de Réis	% em relação (a)	Contos de Réis	em relação (a)	Contos de Réis	% em relação (a)
7.169	2.366	33,0	3.649	50,9	397	5,5	15	0,2
6.156	2.028	32,9	2.305	37,4	809	13,1	28	0,5
6.518	2.420	37,1	1.838	28,2	741	11,4	25	0,4
4.834	1.599	33,1	1.590	32,9	414	8,6	56	1,2
5.804	2.307	39,7	1.634	28,2	524	9,0	32	0,6
7.734	3.613	46,7	2.136	27,6	421	5,4	163	2,1
6.351	3.462	54,5	1.231	19,4	375	5,9	127	2,0
5.344	2.748	51,4	2.100	39,3	410	7,7	148	2,8
6.932	2.234	32,2	2.345	33,8	447	6,4	124	1,8
7.560	3.004	39,7	1.701	22,5	1.005	13,3	121	1,6
7.988	2.917	36,5	2.063	25,8	884	11,1	103	1,3
7.456	2.964	39,8	2.395	32,1	377	5,1	97	1,3
7.726	3.584	46,4	2.384	30,9	251	3,2	108	1,4
12.311	6.389	51,9	2.239	18,2	632	5,1	261	2,1
13.195	5.835	44,2	2.887	21,9	793	6,0	358	2,7
11.696	5.397	46,1	2.886	24,7	386	3,3	656	5,6
11.009	5.059	46,0	3.978	36,1	493	4,5	909	8,3
22.112	11.572	52,3	5.340	24,1	1.342	6,1	256	1,2
18.168	8.469	46,6	4.969	27,4	704	3,9	556	3,1
16.059	5.696	35,5	5.520	34,4	1.665	10,4	376	2,3
20.768	8.551	41,2	4.747	22,9	1.851	8,9	1.390	6,7
26.582	10.963	41,2	5.230	19,7	2.766	10,4	1.111	4,2
28.592	11.242	39,3	7.803	27,3	4.678	16,4	1.672	5,8
-	10.640	-	8.325	-	4.071	-	1.081	-
25.708	6.251	24,3	5.327	20,7	4.249	16,5	1.281	5,0

Dados em Contos de Réis - Mensagens dos Governadores do Estado da Bahia 1902 a 1927.

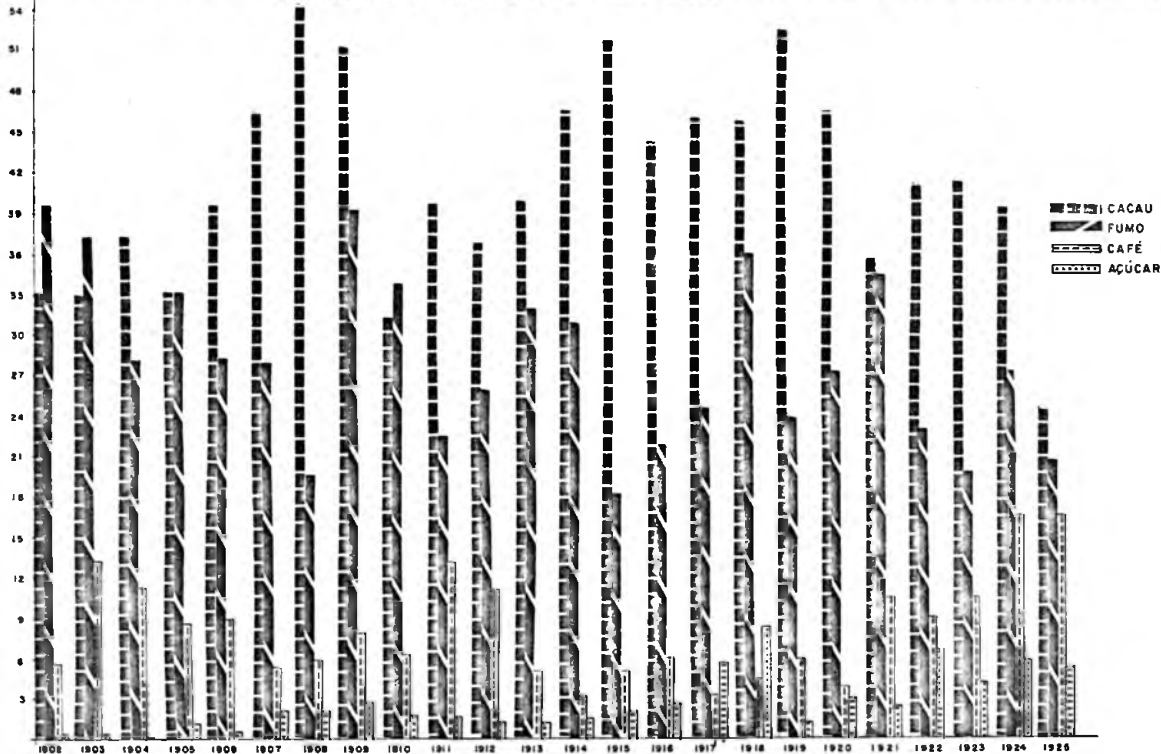
% (percentuais) - cálculo do autor.

(*) As alíquotas sobre os produtos eram de:

A N O	1901-1923	1924-1925	1926
	%	%	%
Cacau	14	12	10
Fumo	12	12	10
Café	7	8	7
Açúcar(**)	1	5	5

(**) Em 1918 e 1919 foi de 2%.

EXPORTAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA



O que fica evidente, porém, é que cacau e fumo formavam a dupla de maiores contribuintes para a receita estadual, tendo como base a cobrança de direitos sobre exportação. Em geral, os dois produtos participaram com cerca de dois terços da quota rubrica, o que denota um alto grau de concentração, o que invalidaria um pouco, a noção de que o Estado da Bahia seria um privilegiado em relação aos demais estados dada a diversidade de sua pauta. O Estado podia exportar uma variedade muito grande de artigos, contudo, quanto à contribuição particular de cada um, ela se mostrou, no transcorrer da primeira República, de forma claramente concentrada.

O cacau a partir de 1904 assumiu a liderança, continuando mantê-la por todo período estudado. Em três anos da série em exame - 1908, 1915 e 1919 - participou com mais da metade da arrecadação estadual sobre produtos exportados, sendo que apenas no último ano essa mesma participação foi inferior a 30%.

A partir da constatação dessa marcante presença, importaria discutir quais eram as frações da sociedade baiana voltadas para os cultivos de fumo e cacau.

Quanto à primeira cultura em foco, sempre se caracterizou como uma atividade familiar, apresentando-se de maneira consorciada com os cultivos de subsistência, a exemplo do milho, da mandioca e do feijão.

Uma outra característica é a que diz respeito ao valor do produto na sua forma mais natural, o que implicou na necessidade de beneficiamento para que o fumo conhecesse o valor real de mercado.

E o dado mais importante, que decorria da presença secular de capitais comerciais estrangeiros, basicamente de origem alemã, que exerciam um verdadeiro monopólio sobre as diversas etapas de produção, beneficiamento e comércio, retirando por conseguinte qualquer sentido mais amplo que se queira dar à independência do plantador.

Essa estrutura, cujo fundamento maior está exatamente no caráter expropriador das relações entre produtor-comerciante-financiador, logicamente retiraria dos primeiros qualquer possibilidade de ver expressado politicamente as medidas essenciais que pudesse vir em benefício do grupo⁽²⁷⁾. Sendo essa atividade alimentada pelo capital mercantil e realizando-se a apropriação do excedente fora da região produtora, ocasionava uma grande limitação social e política dos fumicultores.

Por outro lado, a cacauicultura tinha como grupos sociais diretamente interessados no seu desenvolvimento uma fracção comercial, cuja veículo com a região produtora se processava de forma semelhante que o fumo, embora deve ser ressaltado a natureza não monopolista, haja visto as transformações processadas no interior da burguesia cacauera durante sua formação.

Além dos comerciantes, existia o grupo formado pelos plantadores de cacau, os quais, por serem moradores da região representavam os interesses e desempenhavam as funções afins à classe dominante regional. Até a segunda década do presente século, os produtores assumiram o papel de administradores das suas roças e tinham nas associações a que se filiavam e nos partidos políticos, as instituições onde buscavam conseguir apoio. Por essa época ainda não estava criada o que Eusíbio Lavigne chamou "classe de fazendeiros ricos"⁽²⁸⁾, que em curto espaço de tempo abandonaram suas fazendas em busca do centro urbano de maior conforto.

Como se chamou atenção no capítulo anterior, esses fazendeiros apresentaram como tendência a formação de um pequeno grupo de grandes proprietários, os quais através da aplicação das suas posses e, principalmente, da diversificação das suas atividades, transformando-se em comerciantes e agentes financeiros da produção, formaram a oligarquia do cacau, a quem coube a responsabilidade de administrar e dirigir a sociedade regional.

Como já foi visto, a origem social desse grupo era bem diferente da oligarquia dominante no Estado da Bahia. A pró

pria procedência dos "coronéis" do cacau tornava distante os dois grupos, pois enquanto um estava garantido pela "tradição" da sua presença na política e na economia baiana desde os tempos da colônia, o outro, tinha como principal característica, o ter se constituído originariamente como "aventureiro", o ocupante da fronteira agrícola que se formava desde fins do século XIX.

Por essas razões, não se pode dizer, mesmo se admitindo a importância econômica do sul do Estado no decorrer da primeira República, que a sua classe dominante tenha conseguido uma projeção estadual na proporção do seu significado econômico.

A explicação estaria a cargo de duas condições que agiram simultaneamente. De um lado, os "novos ricos" do cacau não eram provenientes dos grupos sociais instalados em Salvador e arredores, os quais sempre se comportaram como se essa cidade fosse capital do Recôncavo⁽²⁹⁾. Por outro lado, esse comportamento teve como principal consequência o isolamento das diversas regiões interioranas e entre elas a cacaueira. As sociedades regionais eram reconhecidas exclusivamente através dos seus líderes, geralmente o chefe da oligarquia que em determinado instante gozava das simpatias do grupo no poder estadual.

Tomando-se a ausência da tradição como um traço determinante da sociedade cacaueira, do mesmo modo que o fato do coronelismo no cacau ter sido uma vigência relativamente recente, comparada às manifestações em outras regiões estaduais, tem-se como consequência o caráter precário do reconhecimento e da representatividade da classe dominante regional entre 1900/1930. Do mesmo modo, deve ser apreciado que quando da formação da oligarquia do cacau, o próprio fenômeno coronelismo já passava por suas transformações. Já se apresentava casado com o baronismo, acontecimento que possibilitou a introdução de novos critérios para a dominação regional, segundo orientação que os advogados davam a seus clientes, que eram, simultaneamente, chefes políticos de prestígio e coronéis de valor reconhecido.

Apenas dessa maneira, se pode entender, carreiras políticas de expressão estadual, originadas quando da expansão da monocultura do cacau. Casos como os de João Mangabeira e Gileno Amado, em que pese os distintos desdobramentos que tiveram, só as concretizaram porque na região cacaueira as disputas não foram decididas simplesmente no confronto entre proprietários, cada qual se fazendo acompanhar da sua "força privada".

Muitas vitórias foram conseguidas nos tribunais, nos juris ou forjadas em escritórios e cartórios, tendo a frente um "esclarecido" advogado, que iluminava os caminhos do padrinho. A própria fronteira viabilizava essa forma comum de dominação, pois é sabido o fato de que vários donos de fazendas e roças de cacau, em Ilhéus e Itabuna, não possuíam títulos de domínio. Era comum então, seguindo a fama do cacau enriquecedor, que alguns "farejando a descoberta de propriedades são registradas ou dependentes de inventário ou transferidas de boca ou por simples recibo particular, insuficiente, - os aventureiros, quais negociantes maliciosos - terminavam por conseguir o título legítimo dos primitivos senhores por um conclusão fraudulenta"(30).

Esse tipo de disputa exigia certamente a presença de advogados, os quais conseguiam e/ou descobriam formas que geralmente conduziam à concentração da posse em mãos de um reduzido grupo de proprietários, sendo a mais conhecida o "caxixe".

Do mesmo modo, não seriam os coronéis os que viariam se beneficiar de forma mais direta do convívio possível com o poder estadual. Foram justamente os afilhados e herdeiros que retiraram os maiores frutos, mesmo porque já se apresentaram quando a economia cacaueira já se fixara como uma realidade de irreversível.

Enquanto os coronéis continuaram assumindo as lutas no interior da região cacaueira os seus "aliados" davam andamento às disputas travadas nas cidades regionais e em Salvador. Ficaria a cargo de advogados, por exemplo, o encaminhamento da luta político-partidária, da qual souberam tirar o proveito para projetarem-se estadualmente como líderes da sociedade cacaueira.

O que realmente importa, no entanto, é que nem o cacau, através da sua oligarquia e muito menos o fumo por intermédio dos seus plantadores, apesar das respectivas contribuições à receita do Estado, conseguiram garantir no período em estudo, um espaço para expressar e realizar conquistas para as frações sociais a eles ligadas.

A oligarquia dominante resistiu por longo tempo, ao reconhecimento do novo alento à combatida economia estadual, que estava situado no sul do Estado. Somente a partir do segundo governo Seabra (1920/1924), começou a surgir de forma tímida medidas patrocinadas ou elaboradas nos escalões governamentais em benefício da sociedade cacauceira, especialmente da sua classe dominante.

Até 1920 é bastante difícil identificar a presença de políticos e/ou ocupantes de cargos da administração pública estadual procedentes da região cacauceira. A cogitada candidatura de Domingos Rodrigues Guimarães em oposição a Seabra (1912) não pode ser considerado como exemplo fortuito⁽³¹⁾, pois o citado político havia iniciado sua carreira antes da expansão cacauceira. Essa era uma candidatura mais ao gosto do "severinismo", baseada numa velha amizade com o Marechal Deodoro, do que a expressão da força política da oligarquia do cacau.

Esse último grupo, permaneceu ao sabor das circunstâncias, onde alianças e rompimentos se faziam, quase sempre, segundo as preferências pessoais dos coronéis e seus comandados.

Afastada está também a possibilidade de que esse comportamento ocorresse por motivos ideológicos e/ou que garantisse qualquer segurança e fortalecimento do grupo oligárquico do cacau.

Os acontecimentos parecem indicar exatamente uma tendência inversa. Quando da candidatura Góes Calmon ao governo do Estado (1924), o Cel. Antonio Pessoa da Costa e Silva, tradicional seguidor da corrente "seabrista", rompe com esta última e apoia o candidato identificado com os interesses da burguesia comercial e financeira baseada em Salvador. Acontece que seria

no Governo Góes Calmon, que a burguesia interessada no comércio exterior, principalmente a ligada ao cacau, conseguiria uma das suas metas prioritárias.

A Lei nº 1815 de 31/07/1925 introduziria na Bahia o Imposto Territorial, o qual já se constituía em prática corrente nos Estados mais desenvolvidos, mas que na Bahia encontrava sérias resistências, situadas principalmente na representatividade das principais oligarquias do Estado - com interesses fundiários - nos diferentes governos baianos.

O objetivo de substituir o imposto sobre exportação pelo territorial de uma forma gradual não foi conseguido, tendo sido suspensa a cobrança no Governo Vital Soares (1928/1930), que o considerou "inadaptável ao meio"⁽³²⁾.

Na verdade, a pressão das oligarquias interioranas foi muito forte, e a presença e participação das mesmas era um dado indispensável para a sobrevivência política da classe dirigente estadual.

Para a oligarquia do cacau, no entanto, significava que, ainda no decorrer da década de vinte desse século, pouco influenciava nas decisões políticas tomadas no centro de decisões estadual, localizado em Salvador. Quando negociava apoio, não tinha garantido nenhum retorno. Pelo contrário, permanecia como que a deriva de determinações executadas sem que tivesse a menor interferência.

Essa totalidade contribuía assim do forma decisiva para consolidar os interesses e a política de uma elite, de uma classe burguesa que se formou ao longo dos primeiros trinta anos do século XX. Esse grupo se garantia justamente pela multiplicidade dos seus interesses, pela diversidade econômica de sua atividade e por terem mecanismos de reivindicação e pressão superiores aos que decorriam de negociações político-partidárias.

A burguesia cacaueira ao se constituir como único grupo capaz de fazer sentir as suas aspirações, participava da

economia cacaueteira em todos os planos. Independia, por exemplo, da presença de poderes públicos na região, do mesmo modo que da melhoria de serviços públicos pois, ou já estava baseada fora da região produtora ou rapidamente abandonava essa última, transformando-a em fonte de renda.

3 - EDUCAÇÃO, UMA VARIÁVEL EM EXAME

O que se tentará a seguir, de maneira sintética, é a verificação de como se apresentou, quais as bases em que se estabeleceu o setor educacional dentro da região cacaueteira.

O sentido dessa abordagem é exemplificar como se comportava a burguesia cacaueteira no tratamento de um assunto que em tese seria do interesse de toda sociedade regional e que permitiria a manifestação, de negociações no interior da região e dessa última em relação ao governo do Estado da Bahia.

A educação, que sempre se apresentou para a classe dirigente brasileira como um ponto central, uma prioridade histórica, pode-se dizer. Os discursos oficiais trazem em diferentes oportunidades, referências ao setor educacional, sem o qual a sociedade não conseguiria realmente desenvolver-se.

Apesar do Art. 109, § 6º, da primeira Constituição do Estado da Bahia, determinar que a instrução pública elementar fosse de responsabilidade dos municípios, ainda em 1894⁽³³⁾, apareciam no orçamento do Estado verbas para o atendimento das necessidades educacionais, justificado pela demora de constituição dos municípios. Assim, durante os cinco primeiros anos da República, a instrução primária na Bahia, contou com o apoio do poder público estadual.

Contribuiu ainda o Estado para o ensino elementar, através do fornecimento de auxílios. Justificava-se essa participação, face a pobreza de inúmeros municípios e a existência de comunidades com carência de recursos financeiros e humanos. A maioria dos municípios não tinha condições de atender às menores exigências, implicando na adoção de medidas, co

mo a de 1897, que estabelecia que os professores municipais recebessem seus vencimentos pelos cofres do Tesouro do Estado⁽³⁴⁾.

No último ano do século passado, o Estado mantinha 126 escolas elementares, com uma despesa de 383:200\$00. enquanto os municípios se responsabilizavam pelo funcionamento de 699 escolas elementares, recebendo do Estado uma ajuda de 865:502\$500⁽³⁵⁾.

Especificamente para a Comarca de Ilhéus, na última década do século passado, algumas indicações podem ser encontradas⁽³⁶⁾, as quais indicam escolas situadas em Barra do Rio de Contas (Itacaré - duas), Arraial do Pontal (uma), Colônia de São Jorge (uma), Povoação das Tabocas (Itabuna - uma), Vila de Barra do Una (duas), cidade de Ilhéus (duas), Vila de Olivença (uma), Arraial de Arataguá (uma). Nas localidades com duas escolas, uma era destinada ao sexo masculino e outra ao feminino, sendo que quando existia apenas uma escola, somente a população escolar masculina era atendida.

No total da comarca de Ilhéus existiam 379 alunos matriculados, com uma frequência aproximada de 257 alunos, observando-se no entanto, que a escola masculina da cidade de Ilhéus, que tinha na regência o Professor Florentino de Abreu Filho, não prestou informações.

Quanto ao município de Ilhéus, que em 1892 tinha 7.629 habitantes⁽³⁷⁾, existiam sete escolas públicas estaduais, atendendo a 233 alunos matriculados, com uma frequência de 156. numa média de 22 alunos por escola.

Empora considerando-se as dificuldades de locomoção, as limitações de uma sociedade fechada, voltada para os cultivos de subsistência⁽³⁸⁾, é evidente o pouco trato que se dava a educação, confirmado pela presença de apenas duas escolas na cidade de Ilhéus.

No início desse século, o governador José Marcelino de Souza (1904/1908), determinou a realização de um cadastro para observar o ensino municipal. O de Ilhéus não consta no levantamento final, porém o citado governador comenta de forma

genérica para todo o Estado "a total negligência dos municípios nos negócios do ensino"⁽³⁹⁾.

Com o surgimento da cacauicultura como atividade dominante e de largo efeito para a economia estadual, parece que o desenvolvimento educacional, apesar de ser considerado relevante, não merece o tratamento que seria de se esperar, principalmente pelo fato de que se constituiu como uma norma, o entendimento da educação como necessidade de uma elite. Esta encaminharia seus herdeiros para escolas fora da região, do Estado e até mesmo no exterior.

Cabe dizer contudo, que, se os municípios não assumiam às suas responsabilidades com a educação, principalmente por falta de condições materiais, o Estado também encontraria sérias dificuldades para se responsabilizar globalmente, haja visto o alto custo da iniciativa e a situação econômico-financeira da Bahia.

Antes da Reforma Educacional de 1925, quando se estadualizou o ensino público elementar na Bahia essa era a situação. A justificativa de que os municípios não tinham condições é válida para uma grande maioria, mas pode-se por em dúvida se, por exemplo, os municípios de Ilhéus e Itabuna, notoriamente os de maior arrecadação no interior do Estado a partir de 1910, não tiveram condições de estabelecer condições para dinamizar a educação no sul do Estado.

O que vale ressaltar é que além da salientada incapacidade dos municípios em bem administrarem as coisas públicas, em especial a educação, a própria classe dominante se colocava como um obstáculo, tanto promovendo medidas na condição de detentora do poder político municipal, quanto como interessada no desenvolvimento regional, - se era o caso - devendo por isso mesmo buscar os meios para tal.

No caso da oligarquia cacauceira, mesmo tendo-se em conta sua reduzida representatividade estadual, pouco interfere no sentido de promover mudanças fundamentais na região. O rápido enriquecimento possibilitou que desde cedo as gerações

mais novas pudessem abandonar a região. Dentro deste contexto pode-se entender, por exemplo, o pensamento do senador estadual e líder político da oligarquia do cacau quando diz achar inútil qualquer empenho no sentido de criar uma Escola Normal em Ilhéus. E acrescentava: "a luta pela manutenção do ensino atualmente é por si mesma pesada e não é possível, ao menos por agora, a criação de escolas normais, que demandam acrescidas despesas"⁽⁴⁰⁾.

Observou-se também, segundo as "Folhas de Pagamento", que entre 1911 e 1916 funcionaram nos municípios de Itabuna e Ilhéus quatro escolas estaduais elementares, sendo duas em cada uma das cidades. Ilhéus por seu turno, era sede de uma escola complementar, sob a responsabilidade do Professor José de Souza Júnior. A remuneração desses professores era de cerca de 2:000\$000 anuais, mais 300\$000 pelo aluguel da casa⁽⁴¹⁾.

A partir de 1917 ficaria o Estado responsável por escolas em Olivença, Almada e Pontal, situação que permaneceria até a Reforma de 1925. Após a concretização dessa última, verificou-se o número de escolas e a localização das mesmas nos municípios de Ilhéus e Itabuna.

Por esse levantamento, existiam as seguintes escolas: Macuco (Buerarema - duas), Mutuns (duas), Conquista (duas), Pontal (duas), Água Preta (Uruçuca - duas), Pirangy (Itajuípe - duas) e uma escola mixta em Ferradas, Palha, Boqueirão, Água Branca, Sarabayitiba, Ponto Obrigado, Rio do Braço, Banco da Vitória, Castello Novo, Rochedo, Itariry, Primavera, Sobradinho, Estrella do Rio, Lagoa Pequena, Banco do Pedro, Japu, Muçambo, Ontro Preto e Ribeirão de São José.

Entre o início do século e a segunda década parece claro ter aumentado de forma significativa o número de escolas públicas na região, embora deva ser considerado também que entre 1892 e 1920 a taxa média de crescimento anual da população dos dois municípios foi de 7,89%, por demais relevante, o que evidencia a constante chegada de migrantes à região. Em termos absolutos (Tabela 3), os dois municípios abrigavam em 1920, uma população de 105.892 habitantes, sendo 63.912 em Ilhéus e 41.980 em Itabuna.

Nesse ponto o que importa salientar é que a realidade educacional da região explicita em si duas considerações de maior importância.

Primeira, a oferta de escolas, não atendia absolutamente às necessidades da sociedade regional. As oito de Itabuna e as cinco de Ilhéus certamente não eram suficientes para o atendimento da clientela que potencialmente estivesse disposta a frequentar escolas. Por outro lado, nada mais natural, para os representantes da classe dominante do que independerem da precária oferta e abandonarem a região para realização dos seus estudos, do mais elementar ao superior. Em segundo lugar, essa independência foi responsável pelo pouco interesse em desenvolver a educação na região, seja através de uma política das intenções, fosse através de reivindicações do governo do Estado.

Claro que o deslocamento dos herdeiros de famílias mais ricas do interior sempre foi um hábito cultivado. Admite-se mesmo, que a própria classe média interiorana - funcionários públicos graduados, comerciantes, profissionais liberais - tenham promovido a retirada dos seus filhos em direção a Salvador.

O que tenta se discutir no entanto, é o fato de que a região cacauceira ao contrário da maioria das demais regiões do Estado tinha condições de promover de forma mais rápida e eficiente a instalação de escolas. Se não o fez não foi por razões materiais, por falta de recursos.

A burguesia cacauceira - constituída e estabelecida a partir dos resultados econômicos do cacau - teve como uma das suas principais características o reduzido vínculo com a região produtora. Agora os pioneiros, pode-se dizer que a "primeira geração burguesa do cacau" pouco entendimento tem das coisas regionais.

Internamente esse comportamento repercutiu no desenvolvimento das relações sociais, pois o distanciamento da classe dominante tendeu em muito a esvaziar os possíveis conflitos

tos, as disputas ideológicas, das quais se teve uma amostra rápida e significativa na década de trinta desse século.

O entendimento claro de que a apropriação do excedente econômico aconteceu na circulação e que historicamente, a burguesia do cacau se transformou num mixto de comerciantes-plantadores e latifundiários-comerciantes, fácil se torna inferir do pouco significado que tinha para essa classe criar raízes na região, lançar as bases para um desenvolvimento regional auto-sustentado.

Nessa atitude da burguesia cacauqueira nada de peculiar. Afinal, ser assim não é ser diferente dos demais segmentos da burguesia nas diversas sociedades.

O enriquecimento em prazo relativamente curto, em que pese a instabilidade do mercado consumidor, facilitou o deslocamento da classe dominante - especialmente a fracção de grandes proprietários - em direção a outros centros. Além da procura de uma maior aproximação com o poder, a procura de estar ao lado dos gabinetes decisórios, a motivação maior estava na preocupação de estabelecer bases mais diversificadas para o investimento do excedente econômico do cacau.

A região não oferecia mais qualquer atrativo e o abandono desta não implicava em qualquer risco de perda econômica. Ao contrário, aproximava os interessados dos centros comerciais e financeiros, atualizando-os nas informações sobre o mercado, integrando-os aos grupos de pressão e escalões decisórios de forma mais direta.

Uma última colocação, cabe como uma pergunta. Aonde teria sido aplicado os lucros auferidos pela burguesia com a economia do cacau?.

Faz parte do senso comum no estado, a aceitação de que o esbanjamento e o gosto pelo supérfluo eram elementos presentes e constantes do comportamento da burguesia cacauqueira. Mais uma vez, observa-se que ela não está distante das demais fracções burguesas. Por outro lado, sabido da própria fraqueza

do setor secundário na adsorção desse excedente, parece não ter restado outra opção, no âmbito do Estado da Bahia, que não fosse a aquisição de imóveis urbanos.

Dessa maneira, a elite do cacau formada na Velha República, teve regionalmente um caráter transitório, não esta-
belocendo bases sociais e políticas mais sólidas.

Esse comportamento da classe dominante, distan-
ciando-se espacialmente das demais classes trouxe sérios entra-
ves. Entre esses, o fato de que nos primeiros trinta anos desse
século o domínio da classe burguesa não estava totalmente orga-
nizado, nem na região nem no Estado. Aqueles trinta anos podem
ser considerados os da formação, quando a burguesia cacauera
não tinha ainda adquirido a plenitude da sua expressão políti-
ca. Assim sendo, ficava comprometido o próprio antagonismo com
as demais classes, que não se apresentava de forma clara. Per-
maneceu assim, vedado o outro caminho, certamente o mais dinâmi-
co e transformador, que poderia levar a inovações e mudanças na
região.

Somente em anos posterior a 1930, atendidos os re-
quesitos acima, "acelerou-se os movimentos de classes agremia-
das nas associações comerciais, nas cooperativas, nas entidades
de crédito, nos bancos, e nos estabelecimentos de ensino, como
colégios e ginásios, e, agora, revestindo outras formações edu-
cacionais e instrutivas, como os Institutos de Escolas Técnicas
do Comércio, o Instituto Geográfico e Histórico de Ilhéus e a
Academia de Letras de Ilhéus"⁽⁴²⁾.

A criação do primeiro ginásio de Ilhéus em 1935
deve ser considerada como uma conquista, fruto do desenvolvimen-
to das relações sociais no interior do "capitalismo cacauero"
que "afortunou uns e pauperizou outros", promovendo "opresões
aos trabalhadores, inclusive aos intelectuais, em razão do pró-
prio desenvolvimento, ... se tornando, o chefe, de fato, da po-
lítica da região"⁽⁴³⁾.

NOTAS:

- (1) PINHO, João Ferreira de Araújo - Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia. Bahia, offi-
cinas da Empresa "A BAHIA", 1909, Pg. 1º.
- (2) *Ibid*, Pg. 13.
- (3) PANG, Eul - Soo - Coronelismo e Oligarquias 1889/1934. A Bahia na primeira República Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, Pg. 57.
- (4) JANCZO, István - As Exportações da Bahia durante a República Velha (1889/1930), Considerações Preliminares. Paris, Anais dos Colloques Internationaux du C.N.R.S. Histoire Quantitative du Brésil de 1800/1930, Pg. 337.
- (5) PANG, Eul - Soo - *op Cit.*, Pg. 47
- (6) *Id. ibid*, Pg. 61.
- (7) SAMPAIO, Consuelo Novais - os partidos políticos da Bahia na Primeira República. Uma política de Acomodação. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA. 1978. Coleção Estudos Baianos, nº 10, Pg. 18.
- (8) Os três primeiros correspondem respectivamente aos adeptos das "políticas" dos ex-governadores do Estado da Bahia, Severino dos Santos Vieira, José Marcelino de Souza e José Joaquim Seabra, respectivamente. Os dois últimos aos líderes dos coronéis Antonio Pessoa da Costa e Silva e Domingos Adami de Sá, líderes políticos da região cacauêira, com base em Ilhéus.
- (9) SAMPAIO, Consuelo Novais - *op. Cit.*, Pg. 36.
- (10) *Id. ibid*, Pg. 21.
- (11) PANG, Eul - Soo - *op. Cit.*, Pg. 153.
- (12) JANCZO, Istvan - *op. Cit.*, Pg. 337.
- (13) SEABRA, J. J. - Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Bahia, Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1912, Pg. 4.
- (14) *Id. ibid*, Pg. 27.
- (15) Cf. Estatuto da Sociedade Bahiana de Agricultura do Comércio Agrícola da Bahia. Bahia, s.c.p., Pgs. 30 e 36.
- (16) PANG, Eul - Soo - *op. Cit.*, Pg 101.
- (17) POULANTZAS, Nicos - Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977. Pg. 232. os conceitos utilizados nessa parte do trabalho, aparecem de maneira sintética no capítulo 4. O Estado Capitalista e as classes Dominantes.

- [18] ALMEIDA, Rômulo - *Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio*. Salvador-BA, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951, Pg. 10.
- [19] GONÇALVES, Oscar Ribeiro - *O Jequitibã da Taboca*. Itabuna-BA, oficinas Gráficas da IOB, 1960, Pg. 55.
- [20] PANG, Eul - *Soo - op. Cit.*, Pg. 127.
- [21] GONÇALVES, Oscar Ribeiro - *op. Cit.*, Pg. 89.
- [22] LAVIGNE, Eusínio - *Regionalismo Literário*. Rio de Janeiro, Ed. Genasa, 1971, Pg. 66.
Na bibliografia podem ser encontradas as indicações bibliográficas da obra de Eusínio Lavigne, um analista da Sociedade Regional, que observou de forma crítica diversas passagens do desenvolvimento do sul do Estado.
- [23] *O Comércio*, ed. 25/11/1917, Pg. 1.
- [24] *Relatou então, o caso do Delegado que com pequeno salário já tinha se transformado em fazendeiro, obrigando a um pequeno proprietário a vender sua roça por preço muito inferior ao valor real.*
- [25] PONLANTZAS, Nicos - *op. Cit.*, Pg. 225.
- [26] *Não foi considerada a participação da borracha que, embora significativa até 1917, perdeu posteriormente posição, participando na pauta de forma bem secundária.*
- [27] BORBA, Sil-a Costa e Santos, Luiz Chateaubrind - *Fumo, IN: A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1a. etapa: 1850/1889*. Salvador, Fundação CPE, 1978, Pg. 70.
- [28] LAVIGNE, Eusínio, *op. Cit.*, Pg. 67.
- [29] JANCOS, Istvan - *op. Cit.*, 337.
- [30] LAVIGNE, Eusínio - *op. Cit.*, Pg. 169.
- [31] PANG, Eul - *Soo - op. Cit.*, Pg. 106.
- [32] SANPAIO, Consuelo Novais - *op. Cit.*, Pg. 161.
- [33] LIMA, Joaquim Manoel Rodrigues - *Mensagens e Relatórios Apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador*. Bahia, Typographia e Encadernação do "Diário da Bahia", 1894, Pg. 2.
- [34] VIANNA, Luis - *Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador*. Bahia, Typographia do "Correio de Notícias", 1898, Pg. 12.
- [35] VIANNA, Luis - *Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador*. Bahia, Typographia do "Correio de Notícias", 1899, Pg. 5.
- [36] *"Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública, pelo Sr. José Amâncio Carneiro da Mota, Inspector do 6º Distrito Escolar"*, in LIMA, Joaquim Manoel Ro

drigues, op. Cit., Anexo. O 6º Distrito abrangia as Comarcas do sul: Camamu, Ilhéus, Canavieiras, Porto Seguro, Caravelas e Alcobaça.

- (37) BOKEL, Francisco José - População da Bahia, IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador, 18 37-39): 196-198, 1913.
- (38) Sobre Ilhéus, do fim do século XIX, descreve um contemporâneo: "as famílias guardavam a tradição da pureza dos lares. Os namorados são confabulavam nas Igrejas, durante as missas, pela mímica como a dos lenços e leques, ou à vista dos pais, em casa, em redor das mesas, um em frente ao outro. Nem beijos, nem abraços, que são se concediam, mutuamente, pelos olhares e pelos suspiros ... nem por sonho perpetrava-se o lenocínio. Inexistia o comercialismo das relações amorosas. A rigidez desse costume ainda alcançamos, quando menino, há 70 anos, como aluno da dedicada professora Mariquinha Calazans". LAVIGNE, Eusíbio. op. Cit., Pg. 64.
- (39) SOUZA, José Marcelino de - Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador. Bahia, officina do Diário da Bahia, 1906. Pg. 13.
- (40) "O Comércio", ed. 10/04/1918, Pg. 1.
- (41) Para se ter uma idéia comparativa, em 1912, a produção de cacau foi de cerca de 23.000 t, a arroba girava em torno de 11\$000, um trabalhador recebia aproximadamente 1\$000/dia, in, LAVIGNE, Eusíbio, op. Cit., Pg. 111.
- (41) LAVIGNE, Eusíbio, op. Cit., Pg. 35
- (42) Id. ibid., Pg. 67.

C O N C L U S Õ E S

No início da década de 30 como também no decorrer da década de 40 a burguesia cacaueteira ainda não tinha conseguido tornar-se a fração de classe hegemônica no Estado da Bahia, apesar da economia cacaueteira permanecer como a maior contribuinte na formação da renda interna como da externa desse Estado.

O processo se mostrou lento, mas permanente. A ascensão da burguesia cacaueteira - iniciada durante a Primeira República - apresentou-se irreversível e, a partir da criação do Instituto de Cacau da Bahia em 1931, o Estado passou a considerar de forma crescente os interesses e metas da citada classe.

A ocorrência de conjunturas de crise, aliás uma constante na própria história do cacau, não abalou de forma acentuada o desenvolvimento da cacauicultura. Em anos atípicos, como foram, por exemplo, da segunda Guerra Mundial encontradas soluções que, se não garantiu uma tendência crescente à produção e ao comércio, garantiu uma manutenção da rentabilidade da economia cacaueteira a um nível aceitável por produtores e comerciantes.

Naquela oportunidade, atendendo apelo de produtores e comerciantes, o governo brasileiro estabeleceu um acordo com o governo norte-americano, pelo qual esse último se comprometia a comprar toda produção de cacau brasileira, desde que fossem permitidas condições que possibilitassem uma navegação segura.

Para uma situação aflitiva que se desenhava, face ao fechamento do mercado consumidor europeu, essa solução atendia perfeitamente o objetivo imediato da burguesia cacaueteira, preocupada em evitar a todo custo o colapso do sistema produtivo montado nas quatro décadas anteriores.

Do mesmo modo, quando nos anos cinquenta o descompasso entre a produção e a demanda externa atinge um limite insustentável e os mecanismos de intervenção existentes se mostram ineficazes, cria-se uma nova instituição, que se transforma de simples comissão - com caráter transitório - em um moder

no organismo, forte técnica e politicamente, o novo centro das atenções dos interesses da burguesia do cacau.

Do interior da CEPLAC passariam a surgir desde então as deliberações e orientações para a economia cacauzeira. Simultaneamente, foram incrementados os mecanismos de poder que possibilitariam o desenvolvimento das relações entre a classe dominante do cacau e o Estado, cuja maior expressão é o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau.

Mas, esses são desdobramentos recentes, são realizações que já explicitam uma nova realidade, que não se resume a uma região determinada, mas é comum à própria Nação. A burguesia cacauzeira, passou a se constituir numa fração da burguesia brasileira, consolidando-se econômica, política e ideologicamente, segundo as diretrizes da moderna sociedade capitalista do País, especialmente da sua classe dominante.

Nos primeiros trinta anos desse século porém, tempo que o presente estudo contemplou, pode-se situar a burguesia cacauzeira - no instante que se constituía como classe - com base em quatro pontos.

- 1 - A burguesia cacauzeira cresceu e se fortaleceu como classe, quando as duas frações originais - grandes produtores e comerciantes - exportadores - passaram a exercer atividades comuns, esvaziando uma hipotética separação entre latifúndio e capital mercantil;
- 2 - Pelo fato das duas frações originais se contrarem espacialmente separadas, coube à fração dos grandes produtores exercer e representar o papel de dominante no interior da região produtora;
- 3 - Apesar de ter se constituído como meta tornar-se a fração de classe burguesa hegemônica no Estado da Bahia, a burguesia do cacau não conseguiu durante o Velha República transfor

mar sua supremacia econômica em dominação política a nível do Estado;

- 4 - Como o domínio da classe burguesa se fundamenta na coexistência da dominação de várias classes e frações - o que torna possível o Estado capitalista - entende-se que a maior conquista da burguesia cacaceira no período foi ser admitida como parte do bloco no poder, o que é evidente a partir da década de vinte desse século.

FONTES DOCUMENTAIS

- 1 - Anuário Estatístico da Bahia (1924-1930)
- 2 - Arquivo Público do Estado da Bahia
Mensagens dos Governadores do Estado (1890-1929)
- 3 - Associação Comercial da Bahia
Relatórios da Diretoria (1900-1930)
- 4 - Associação Comercial de Ilhéus
Relatórios da Diretoria (1915-1930)
Correspondência
- 5 - Comissão Comércio de Cacau da Bahia
Estatística da Produção de Cacau da Bahia (1900/1-1929/30)
- 6 - Banco da Bahia S/A.
Relatórios da Diretoria (1910-1930)
- 7 - Folha de Pagamento - Professores. Diretoria do Thosouro e
da Contabilidade e Fazenda do Estado da Bahia (1911-17 e 1921-
1930).
- 8 - Livro de Registro de Recibos de Pagamento de Professores do
Interior. Diretoria Geral de Instrução (1927-1930).
- 9 - Ministério da Fazenda - Diretoria de Estatística Comercial,
Serviço de Informações Econômico-Fiscais.
Estatísticas Comerciais da Bahia.
- 10 - Prefeituras de Ilhéus e Itabuna
Documentos Avulsos - Correspondência.
- 11 - Jornais Culsultados:
A TARDE - 1913/1930
Diário da Bahia - 1890/1917
O Comércio (Ilhéus) - 1917/1925.

B I B L I O G R A F I A

1. ACCIOLY, Ignácio. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1931, v.3. Com anotações de Braz do Amaral.
2. AGUIAR, Manuel Pinto de. coord. A Zona Cacaueira. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1960.
3. ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.
4. ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. Notas Acerca da Produção e Comércio do Cacau. Rio de Janeiro, Tipografia Jornal do Comércio, 1917.
5. AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
6. AUGEL, Johannes e FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Monocultura e Urbanização na Região Cacaueira da Bahia. Revista Planejamento. Salvador, CPE, IV (1). 53-76, Janeiro/Março 1976.
7. BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional 1a. Etapa: 1850-1889. Salvador, 1978. Vol.1 - A Bahia no Século XIX, Vol.2 - Atividades Produtivas e Vol. 3 - Atividades não Produtivas.
8. BARBOSA, Mário Ferreira. Informações Estatísticas da Bahia. S. l., s.c.p., 1923.
9. ———. Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado da Bahia. S. s.c.p., 1923.
10. BONDAR, Gregório. A Cultura de Cacau na Bahia. Instituto de Cacau da Bahia, Salvador, 1938.
11. BRITO, João Rodrigues de. Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial, 1924.

12. CALDAS, José Antonio. Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu Desenvolvimento até o Presente Ano de 1759. Salvador, Tipografia Beneditina, 1951. Edição Fac. smile.
13. CALDEIRA, Clóvis. A Fazenda de Cacau na Bahia. Rio de Janeiro, 1954. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola (Documentário da Vida Rural, 7).
14. CALMON, F. M. de Góes. Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica e Comercial na Bahia de 1823 a 1900. Salvador. Diário Oficial, 02/07/1923, p. 376 96.
15. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os Métodos da História. Tradução de João Mala. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
16. CASTRO, Ana Célia. As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
17. FREIRE, Felisberto. História Territorial do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1906.
18. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
19. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. História Econômica e Social da Região Caucueira. Rio de Janeiro, Carto-Gráfica Cruzceira do Sul, 1975. CEPLAC, Diagnóstico Sócio-econômico da Região Caucueira, v. 8.
20. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Mecanismos de Formação da Propriedade Caucueira no eixo Itabuna-Ilhéus, 1890-1950 (um estudo de História Agrária). Salvador, 1977. (Dissertação Apresentada ao mestrado de Ciências Humanas da UFBA).
21. GUERRA, Inês Amélia Leal Teixeira. O Cacau na Bahia. Separata da Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 14 (1) 1935.
22. HILL, Henri. Uma visão do Comércio do Brasil em 1808. Tradução de Gilda Pires. Notas e Organização de Luiz Henrique Dias Tavares. Salvador, Banco da Bahia, s.d.

23. JANCZO, Istvan. As Exportações da Bahia durante a República Velha (1889-1930), Considerações Preliminares. Paris, Anais dos Colloques Internationaux du C. N. R. S. Históire Quantitative du Brésil de 1800-1930.
24. LAVIGNE, Eusínio. Associação de Agricultores de Ilhéus e Problemas Rurais Nossos. Ilhéus, Typ. Victória, 1940.
25. ——. Regionalismo Literário. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1971.
26. ——. Regionalismo e Problemas Correlatos. Salvador, Tipografia ITA, 1955.
27. ——. Defesa do Porto Marítimo da Região Cacaueira em Ilhéus. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1958.
28. ——. Como Nasceu o Instituto de Cacau. Salvador, s.c.p., 1972.
29. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo, no Brasil. 2. ed. São Paulo, Alfa Omêga, 1975.
30. MARTIUS, Von & Spix, Von. Através da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1916.
31. MARX, Karl. A Origem do Capital. A Acumulação Primitiva. São Paulo, Global Editora e Distribuidora LTDA., 1977.
32. ——. Introduccion General a La Crítica de La Economia Política (1857). 11a. Ed., México, Siglo XXI, 1977.
33. ——. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974.
34. NATIOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia. A Cidade do Salvador e Seu Mercado no Século XIX. São Paulo, Hucitec. Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
35. MAXIMILIANO, Príncipe de Wid Neuwild. Viagem ao Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1940.
36. MELLO, J. S. Barbosa de. Ilhéus. O Maior Centro Cacaueiro do Brasil. Ilhéus - Graphica Industrial F. de Piro & C., 1927.

37. OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
38. PANG, Eul Soo. Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934 - A Bahia na Primeira República Brasileira. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.
39. PINHO, Joaquim Wanderley de Araujo. A Cultura do Cacau na Bahia. Diário Oficial do Estado. 02/07/1923, Salvador, 1923. p. 235 (Publicação do Centenário da Independência da Bahia).
40. POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. Tradução de Francisco Silva. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
41. PRADO, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972.
42. SAMPAIO, Consuelo Novais. Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política de Acomodação. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA., 1975.
43. SANTOS, Mário Augusto da Silva. Comércio Português na Bahia, 1870-1930. Salvador, s.c.p., 1978.
44. SANTOS, Milton. A Zona do Cacau; Introdução ao Estudo Geográfico. Salvador, s.c.p., 1955.
45. ——. La Culture du Cacao dans L'Etat de Bahia. Cahiers d'Outremer, (64). 360-78, 1963.
46. SELIGSOHN, Otto. Cacau da Bahia, História e Problemática. Salvador, Instituto de Pesquisas Econômicas, Sociais e Administrativas, s.d.
47. SILVA, Odette Rosa da. Os Homens do Cacau. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, s.d.
48. SOARES, Sebastião Ferreira. Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977. Apresentação de Pedro Pinchas Geiger.

49. SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. 4a. Ed. Com comentários de Francisco Adolfo Varnhagem. São Paulo. Ed. Nacional, 1971 (Col. Brasília na, 117).
50. TAVARES, Joaquim da Silva. O Comércio do Cacau, particularmente no Estado da Bahia. Bahia, s.c.p., 1913. Separata da Broteira. Série Vulgarização Científica.
51. TOSTA FILHO, Ignácio. Comentários sobre a Conferência Internacional do Cacau. Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia, Salvador, 1933.
52. ———. Restabelecendo a Verdade sobre o Cacau Brasileiro. s.l., s.c.p., 1936.
53. VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Camponato. São Paulo - DIFEL, 1976.
54. VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia no Século XVIII. Salvador, Editora Itapuã, 1969. V.2, Coleção Baiana.
55. VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945. 2 Ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
56. ZEHNTNER, L. De Cacaoyer dans l'Etat de Bahia. s.l., s.c.p., 1914.